



# INFORMATIVO

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL

## Relatório Anual de Informações aos Participantes 2016



Plano I: Benefício Definido

Plano II: Codeprev – Contribuição Definida

Plano de Gestão Administrativa – PGA

Documentos Comuns aos Planos

Demonstrativos Contábeis, Notas Explicativas,  
Auditoria Independente, Auditoria Patrocinadora,  
Manifestação e Parecer do Conselho Fiscal e  
Deliberação do Conselho Deliberativo



# Sumário

<b>1. Introdução</b>	5
<b>2. Plano de Benefícios I – BD</b>	6
2.1. Quadro de Participantes	6
2.2. Benefícios Concedidos	7
2.3. Receitas e Despesas Previdenciárias	8
2.4. Hipóteses Atuariais	9
2.5. Principais impactos sofridos pelo Plano de Benefícios I (BD)	10
2.6. Enquadramento dos Investimentos – Posição: 31.12.2013 x 31.12.2014	10
2.7. Rentabilidade Acumulada Acima da Meta Atuarial – Período: 1994 a 2015	12
2.8. Rentabilidade Nominal Acumulada (Bruta x Líquida x Meta Atuarial) – Posição: 31.12.2015	12
2.9. Evolução do Ativo Total – Período: 2012 a 2015	14
2.10. Detalhamento dos Investimentos:	15
Demonstrativos Contábeis – BD	17
Demonstrativo Atuarial (Anexo 1)	21
<b>3. Plano de Benefícios II – Codeprev</b>	36
3.1. Receitas Previdenciárias	36
3.2. Despesas Previdenciárias	36
3.3. Enquadramento dos Investimentos – Posição: 31.12.2014 x 31.12.2014	36
3.4. Rentabilidade Nominal Acumulada (Bruta x Líquida x Meta Atuarial) - Posição: 31.12.2014	38
3.5. Detalhamento dos Investimentos	39
Demonstrativos Contábeis – Codeprev	40
Demonstrativo Atuarial (Anexo 2)	44
<b>4. Plano de Gestão Administrativa – PGA</b>	53
4.1. Recursos recebidos	53
4.2. Despesas Realizadas	53
4.3. Limites de Custeio das despesas administrativas	55
4.4. Demonstração dos gastos administrativos incorridos com a gestão de investimentos	55
4.5. Enquadramento dos Investimentos – Posição: 31.12.2014 x 31.12.2014	56
4.6. Rentabilidade Nominal Acumulada (Bruta x Líquida x Meta Atuarial) - Posição: 31.12.2014	57
4.7. Detalhamento dos Investimentos	58
Demonstrativos Contábeis – PGA	59
<b>5. Documentos Comuns aos Planos</b>	63
Balanço Patrimonial Consolidado	63
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	64
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis – Exercício 2014	65
Relatório de Auditoria Independente	95
Relatório de Auditoria da Patrocinadora	97
Manifesta�o do Conselho Fiscal	112
Parecer do Conselho Fiscal	118
Aprova�o Conselho Deliberativo	119



# 1. Introdução

---

## **DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS – ASPECTOS GERAIS:**

Encerrado o ano de 2015, a economia brasileira não emplacou nenhuma hipótese menos otimista lançada no mercado pelos agentes formadores de opinião, tampouco pelas projeções de indicadores realizadas pelas empresas de consultoria atuantes no mercado financeiro e de capitais. Isto é, o Brasil fechou os seus principais indicadores macroeconômicos de 2015, totalmente desfavoráveis e a população com elevado índice de pessimismo em relação à recuperação da economia nos próximos dois anos.

Os retornos dos diversos segmentos de investimentos, em que os planos podem realizar suas alocações, de forma global, não foram satisfatórios, frente às necessidades atuariais.

Foi observado no exercício o descolamento entre os indicadores INPC (utilizado para reajustar os benefícios) e o IPCA (utilizado para reajustar os investimentos), ou seja, o INPC teve uma variação maior que o IPCA em 0,61%.



## 2. Plano de Benefícios I – BD

O Plano de Benefícios I é um plano da modalidade “Benefício Definido – BD”, que foi fechado para ingresso de novos participantes a partir de 1º de novembro de 2013. No exercício de 2015, dois fatores, em especial, impactaram negativamente o Plano: 1) rentabilidade nominal dos investimentos abaixo da meta atuarial – impacto de R\$ 31,71 milhões; 2) mudança das tábuas de mortalidade – impacto de R\$ 15,50 milhões. Além desses impactos negativos houve a necessidade de se equacionar o déficit técnico ocorrido em 2014, no valor, corrigido para 31/12/2015, de R\$ 22,83 milhões. Esses valores atingem o montante de aproximadamente R\$ 70 milhões, enquanto os impactos positivos foram de R\$ 22,66 milhões. Esses resultados determinaram a necessidade de ajuste nos percentuais de aumento das contribuições ao Plano, que impactam positiva-

mente as reservas em R\$ 49,3 milhões e, com isso, o Plano resulta totalmente equilibrado ao final de 2015.

### 2.1. Quadro de Participantes

O Plano de Benefícios I, no final do exercício de 2015, contava com 1.331 participantes, sendo 466 ativos, 626 assistidos e 239 pensionistas. Durante esse ano, ocorreram as seguintes movimentações: 35 participantes solicitaram o cancelamento da inscrição; houve 2 óbitos de participante ativo, com o benefício convertido em pensão por morte; 1 concessão de aposentadoria por tempo de contribuição; e 1 pensão e 11 suplementações de aposentadoria foram encerradas.

As idades médias dos participantes do Plano de Benefícios I, por categoria de participante, no final do exercício de 2015, são as seguintes:

SITUAÇÃO	IDADE MÉDIA
Ativo	57
Aposentadoria Programada	71
Aposentadoria por Invalidez	64
Pensão por Morte	75

As patrocinadoras CODEVASF e SÃO FRANCISCO possuem 1.802 empregados, dos quais 1.780 da CODEVASF e 22 da SÃO FRANCISCO. Desse total de empregados 466 são participantes ativos do Plano I.

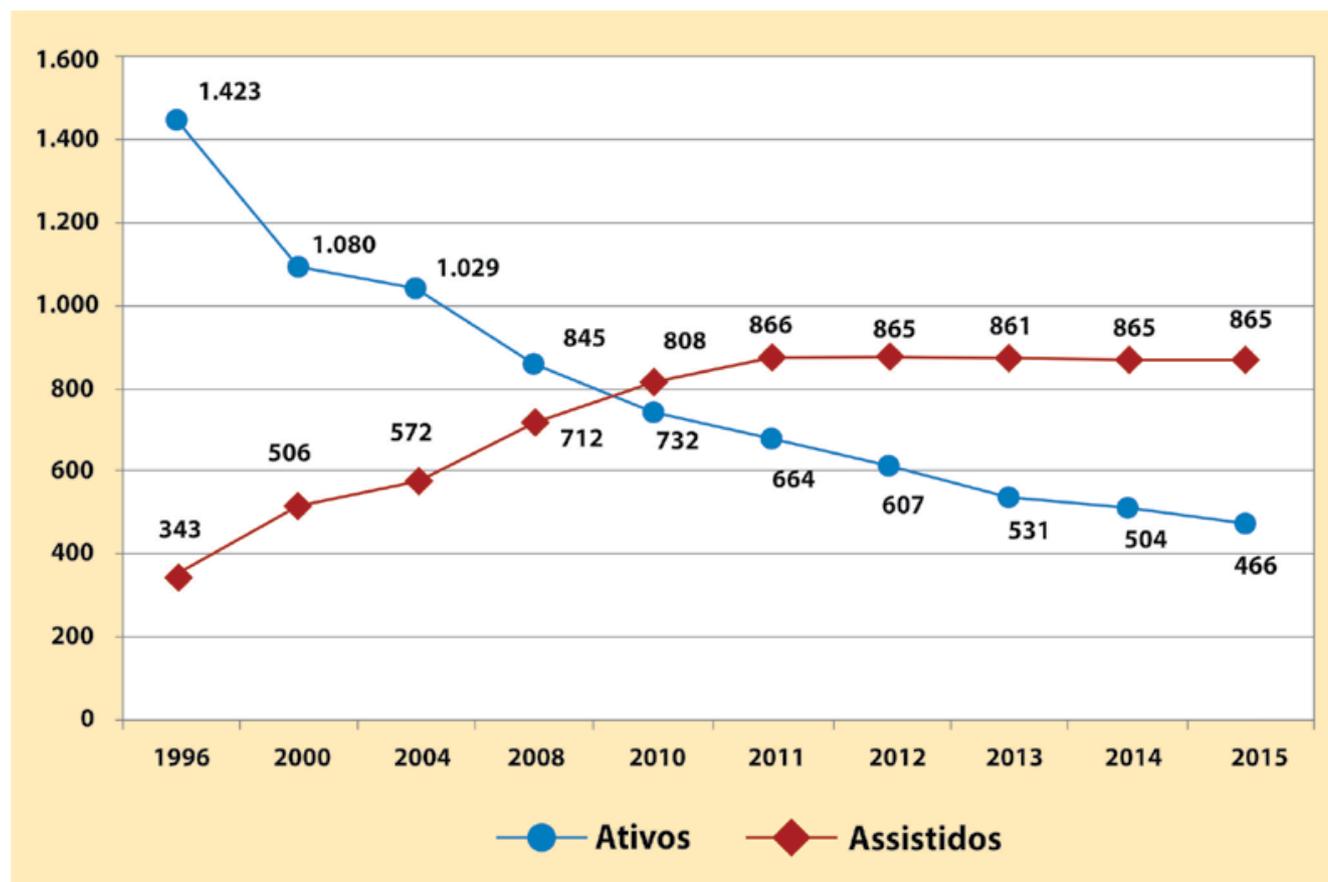
O gráfico a seguir representa a evolução quantitativa de participantes ativos e assistidos do Plano I. Percebe-se, no período de 1996 a 2000, um decréscimo significativo de número de participantes ativos decorrente, principalmente, do PDI - Plano de Demissão Incentivada, promovido pela CODEVASF no

ano de 1997 com o consequente aumento do número de benefícios concedidos.

No período de 2001 a 2011 o número de participantes ativos continua decrescendo no mesmo ritmo do crescimento do número de participantes assistidos. A partir do ano de 2012 o número de participantes assistidos manteve-se estável ao passo que o número de participantes ativos diminuiu. Este fato pode ser justificado por solicitações de cancelamento de inscrição ao Plano sem o direito ao benefício de suplementação. Re-

giste-se que um dos fatores que contribuiu para esse incremento de desligamentos do Plano I foi a implementação do Codeprev

que, por ser um plano na modalidade de Contribuição Definida (CD), possui regras de custeio mais flexíveis.



## 2.2. Benefícios Concedidos

Em 2015 as despesas com pagamento de benefícios e de resgate de contribuições to-

talizaram **R\$ 35.541.918,67**, conforme discriminado no quadro a seguir:

BENEFÍCIO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	BENEFÍCIO MÉDIO
Suplementação Aposentadoria Tempo de Contribuição	475	28.386.834,68	4.597,06
Suplementação Aposentadoria Especial	16	373.630,40	1.796,30
Suplementação Aposentadoria por Idade	82	1.643.806,70	1.542,03
Suplementação Aposentadoria Invalidez	53	1.434.435,73	2.081,91
Suplementação de Pensão por Morte	239	3.343.666,81	1.076,17
Suplementação Auxílio-Doença	-	117.093,85	-
Pecúlio por Morte	-	72.489,07	-
Resgate de Contribuições	-	169.961,43	-
<b>TOTAL</b>	<b>865</b>	<b>35.541.918,67</b>	-



Desse total de benefícios previdenciários, 29 foram concedidos no decorrer do exercício

de 2015, conforme tabela abaixo:

BENEFÍCIO	QUANTIDADE	
	Concedidos	Encerrados
Suplementação Auxílio-Doença	3	3
Suplementação Aposentadoria Invalidez	-	1
Suplementação Aposentadoria Tempo de Contribuição	1	7
Suplementação Aposentadoria Especial	-	-
Suplementação Aposentadoria por Idade	-	3
Suplementação Pensão por Morte	12	2
Pecúlio por Morte (Pagamento Único)	13	-
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>16</b>

Além desses benefícios previdenciários foi pago também 4 institutos de resgate de contribuições a ex-participantes que se desligaram do Plano.

### 2.3. Receitas e Despesas Previdenciárias

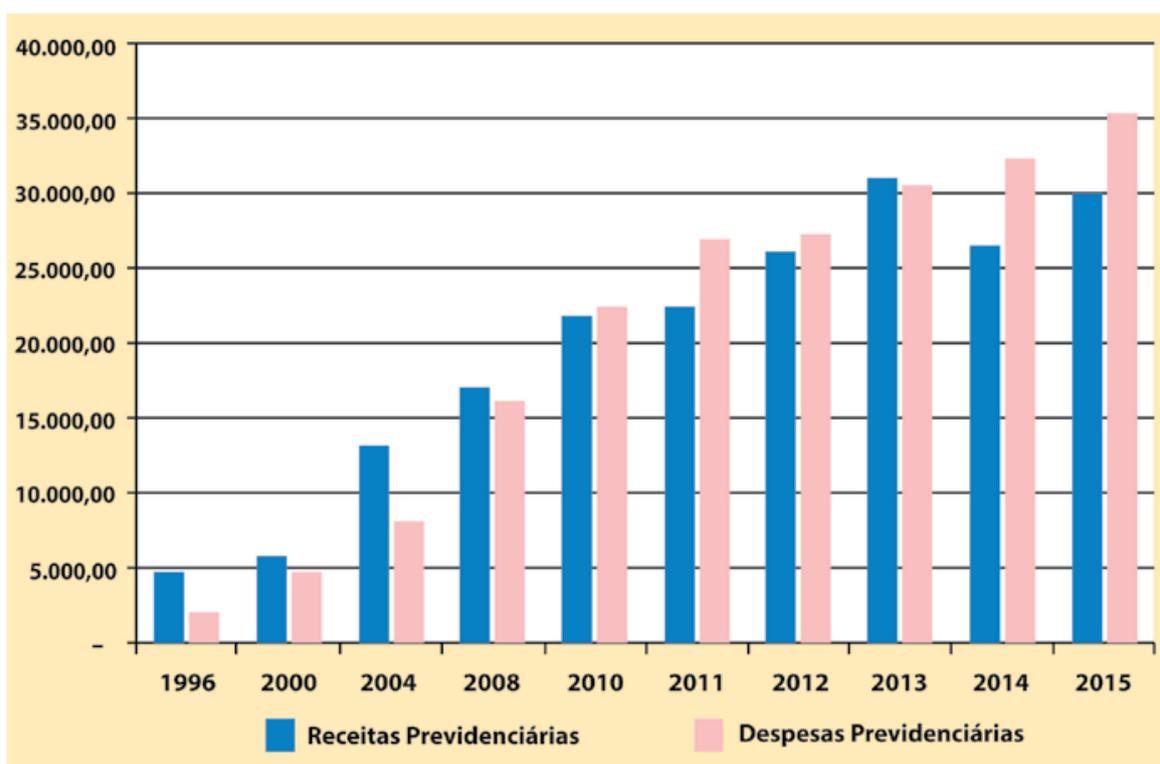
As receitas previdenciárias são os recursos decorrentes das contribuições dos Participantes e das Patrocinadoras CODEVASF e SÃO FRANCISCO para o Plano de Benefícios.

Em 2015, essas receitas totalizaram **R\$ 29.265.331,48**, assim distribuídos:

R\$ 14.072.242,25 referentes às contribuições dos Participantes Ativos; R\$ 11.706.259,31 referentes às contribuições das Patrocinadoras CODEVASF e SÃO FRANCISCO; R\$ 3.271.600,98 referentes às contribuições dos Participantes Assistidos e R\$ 215.228,94 referentes a outras contribuições (joia atuarial e autopatrocinados).

As despesas previdenciárias, no exercício de 2015, conforme detalhado no item 2.2., somaram **R\$ 35.541.918,67**.

O gráfico a seguir demonstra a evolução das receitas e despesas previdenciárias dos últimos 19 anos.



## 2.4. Hipóteses Atuariais

As premissas ou hipóteses atuariais são informações biométricas, demográficas, econômicas e financeiras interligadas pelo atuário na elaboração da avaliação atuarial do Plano de Benefícios I, adequadas às características do conjunto de participantes e ao respectivo regulamento.

Dentre as diversas hipóteses utilizadas pelo atuário, para o Plano de Benefícios I, destacam-se as seguintes:

### I. Taxa Real Anual de Juros – 5,5% a.a.:

Destina-se a projetar o comportamento, no longo prazo, dos retornos dos investimentos dos recursos garantidores do Plano. A SÃO FRANCISCO solicitou relatório de Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real de Juros ao atuário responsável pelo plano que considerou o Estudo da ALM do Plano de Benefícios I realizado pela SÃO FRANCISCO, e se posicionou favorável à perspectiva de retorno dos investimentos com a meta atuarial. Assim, o Conselho Deliberativo da SÃO FRANCISCO se manifestou favorável à manutenção da taxa de juros reais de 5,5% ao ano.

### II. Fator de Capacidade – 97%:

Reflete a perda do poder aquisitivo, em termos reais, ocorrida nos benefícios de suplementação de aposentadoria e de pensão por morte, entre duas datas consecutivas de reajuste desses benefícios. O percentual adotado é compatível com inflação próxima de 5,5% ao ano, que está dentro do intervalo da meta de inflação do Banco Central do Brasil.

### III. Tábuas Biométricas:

instrumentos estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir as probabilidades dos eventos de morte, sobrevivência, morbidez e invalidez da massa de participantes de Plano de Benefícios. Com base no estudo de aderência de tábuas de mortalidade realizado pelo atuário do Plano de Benefícios I, as tábuas até então utilizadas - AT-2000 (masculina) para mortalidade geral e AT-83 (masculina) para mortalidade de inválidos – foram substituídas pelas tábuas SUSEP EMSsb 2010 (masculina) para mortalidade geral e AT-2000 (masculina) para mortalidade de inválidos. A adoção dessas tábuas significou um aumento na expectativa de vida prevista no estudo anterior, o que implica a necessidade de mais recursos para o pagamento de benefícios.

### IV. Crescimento Real do Salário Anual:

0,85% ao ano (em média) conforme seja a idade atual e a idade de aposentadoria programada. Em relação ao reajuste dos salários, a Patrocinadora, por meio do Ofício Nº 155/2015/AA/GGP, informou sua previsão, que se mostrou conforme com os procedimentos adotados pelo atuário para projetar a evolução do salário real ao longo dos anos remanescentes de atividade. É importante ressaltar que qualquer alteração positiva na projeção de crescimento real de salário dos empregados participantes resultará no aumento do custo previdenciário do Plano de Benefícios I.



## 2.5. Variação do resultado sofrido pelo Plano de Benefícios I (BD)

As principais variações ocorridas pelo Plano entre o exercício de 2014 e o exercício de 2015 estão detalhadas conforme tabela abaixo:

Em milhões de Reais

Equilíbrio Técnico Contábil de 31/12/2014 atualizado para 31/12/2015	(22,83)
Diferença entre a rentabilidade obtida e a meta de rentabilidade líquida de 2015	(31,71)
Impacto referente à revisão dos percentuais de aumento de nas contribuições normais paritárias do Plano de Custeio	49,30
Impacto referente à adoção de mais 1 (um) ano de atividade para os participantes ativos em risco iminente de aposentadoria programada	14,40
Impacto referente à atualização das Tábuas de Mortalidade	(15,50)
Impacto referente à atualização da Função de Crescimento Salarial	0,60
Outros resultados de origens diversas e pulverizadas	(0,17)
Equilíbrio técnico registrado em 31/12/2015	(6,05)
Ajuste na precificação dos ativos em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014, na situação do Plano em 31/12/2015	6,80
Total	0,73

## 2.6. Enquadramento dos Investimentos - Posição: 31.12.2014 x 31.12.2015

O Enquadramento Legal dos Recursos estabelecido pela Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 dividiu os investimentos em Segmento de Alocações onde podem ser aplicados os recursos dos planos de benefícios, sendo eles os seguintes:

- **Renda Fixa:** ativos originados em instrumentos oriundos de dívidas;
- **Renda Variável:** ativos originados no capital corporativo;
- **Investimentos Estruturados:** ativos oriundos de engenharia financeira, estratégias complexas e operações imobiliárias;
- **Investimentos no Exterior:** ativos negociados nos mercados externos;
- **Imóveis:** ativos constituídos por construções e edificações, e
- **Operações com Participantes:** empréstimos e financiamentos em contratos de mútuo.

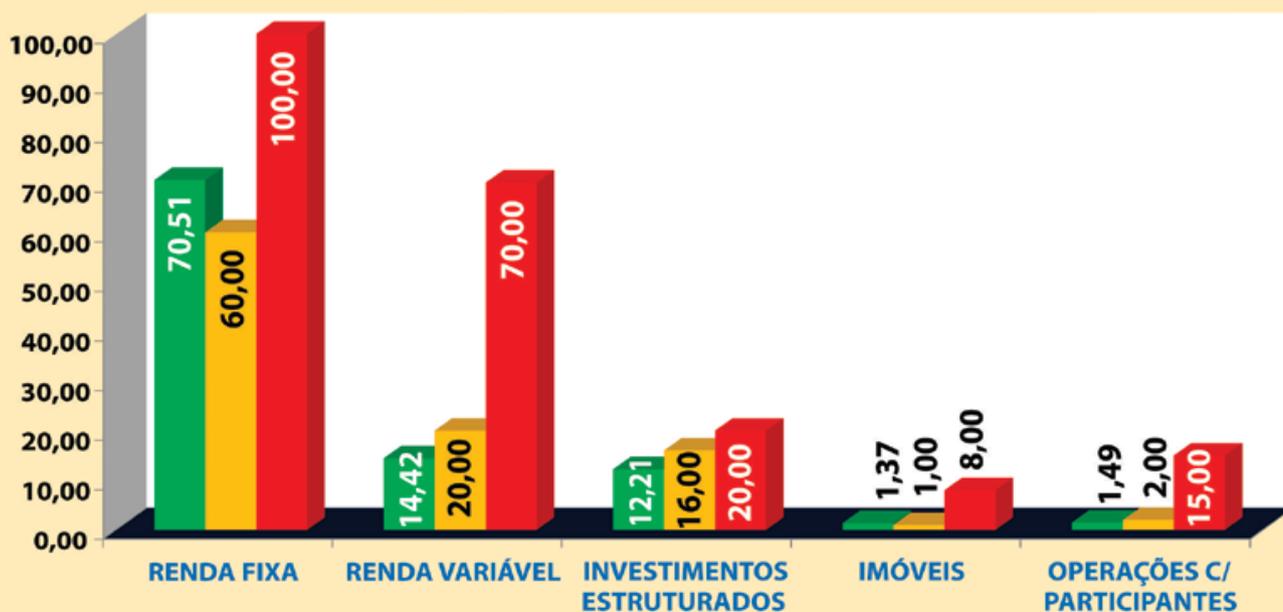
No intuito de demonstrar as alterações na estrutura de alocações o quadro abaixo compara as posições detidas em 31.12.2015, onde o valor total investido foi de R\$ 528.408.637,58 – ante a posição datada de 31.12.2014, a qual contava com R\$ 486.314.215,08. Mesmo com o desembolso das coberturas de benefícios, que superam as contribuições, é possível verificar um crescimento nominal de 8,66%.

**Enquadramento por Segmento:**

COMPARATIVO COM BASE EM 31/12/2014 X 31/12/2015					
Segmentos	Dezembro de 2014		Dezembro de 2015		Limites Táticos na Política de Investimento Máximo - %
	Valor em R\$	% de Alocação	Valor em R\$	% de Alocação	
Renda Fixa	322.400.286,93	66,29	372.582.451,09	70,51	60,00
Renda Variável	82.994.587,11	17,07	76.213.517,36	14,42	20,00
Investimentos Estruturados	66.859.599,17	13,75	64.501.968,77	12,21	16,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imóveis	7.366.150,48	1,51	7.236.885,49	1,37	1,00
Operações c/ Participantes	6.693.591,39	1,38	7.873.814,87	1,49	2,00
<b>Total Investido</b>	<b>486.314.215,08</b>	<b>100,00</b>	<b>528.408.637,58</b>	<b>100,00</b>	-
(+) Disponível	38.332,90	-	2.322,93	-	-
(-) Exigível de investimentos	-233.325	-	-233.735,00	-	-
<b>Total dos Recursos - R\$ -</b>	<b>486.119.222,79</b>	-	<b>528.177.225,51</b>	-	-

**ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO  
31/12/2015**

■ POSIÇÃO NA DATA - %   
 ■ LIMITE TÁTICO - %   
 ■ LIMITE - POLÍTICA DE INVESTIMENTO - %

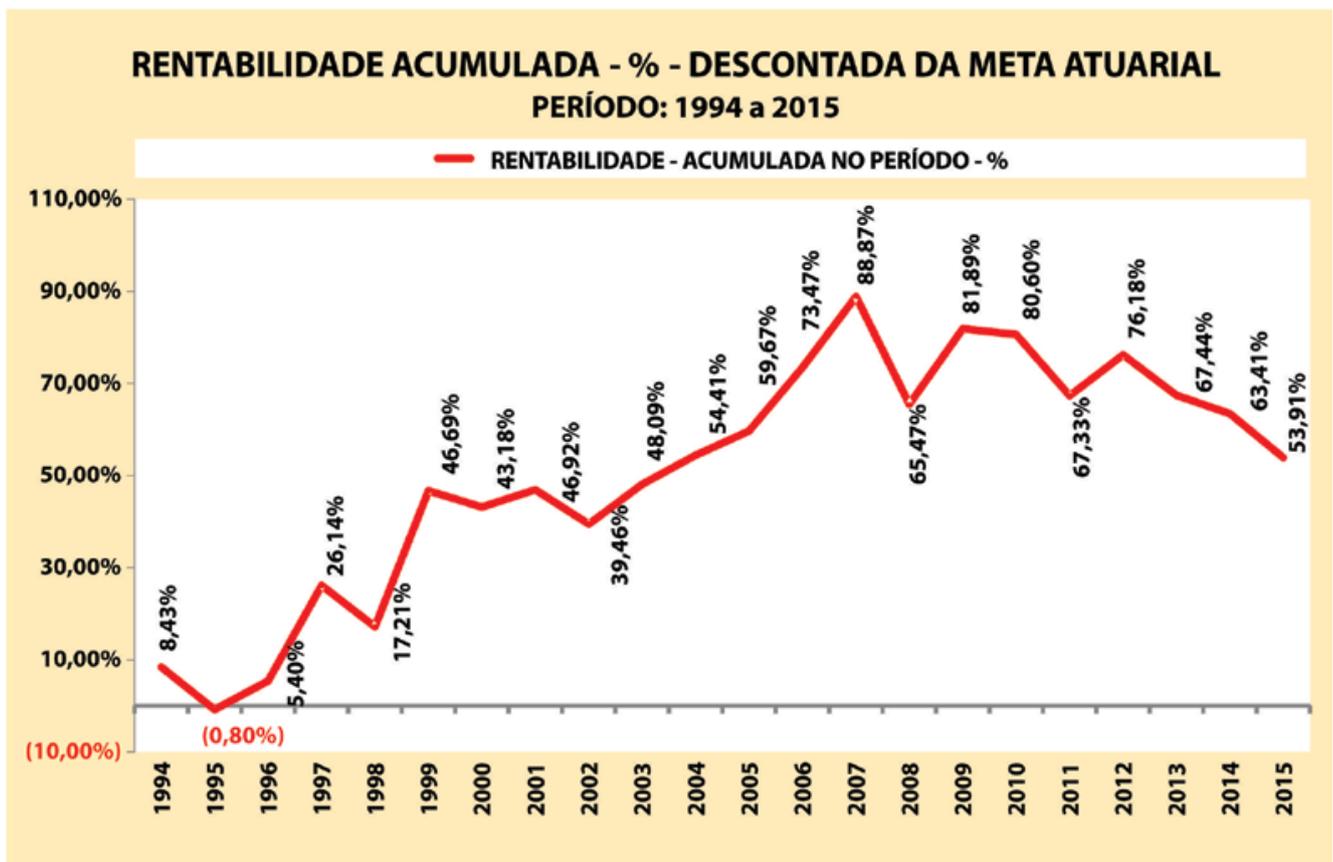




## 2.7. Rentabilidade Acumulada Acima da Meta Atuarial - Período: 1994 a 2015:

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano. As variações foram obtidas dos registros constantes do DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a 2015. Fica evidente que nos últimos 21 (vinte e um) anos a **rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial**. O trabalho demonstra que os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2007 a 2015 retiraram parte

dos ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, retiraram os ganhos auferidos pelos investimentos os quais no encerramento de 2015 mantiveram-se acima de 50% em relação à meta atuarial. Assim sendo, pode-se afirmar em definitivo que, os problemas ainda existentes no Plano, se devem exclusivamente às condições estruturais do Plano. Essa identificação permitiu ao **Comitê Estratégico de Investimentos-CEI** manter os processos estratégicos de médio e longo prazo para os ativos de investimentos.



## 2.8. Rentabilidade Nominal Acumulada (Bruta x Líquida x Meta Atuarial) - Posição: 31.12.2015:

### Avaliação consolidada do ano:

Em atendimento a **Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013**, que "dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências", apresenta-

mos a seguir a **Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida** do Plano I/BD administrado pela São Francisco, conforme descrito no Inciso III, do art. 6º da referida Instrução:

*Art. 6º- As informações referentes à política de investimentos e o demonstrativo de investimento dos recursos garantidores do plano de benefícios administrado pela EFPC, bem como as informações referentes às revisões da política devem conter, no mínimo:*

III - tabela contendo a rentabilidade bruta e líquida de cada um dos segmentos de aplicação dos planos de benefícios da EFPC e do PGA, comparados à taxa atuarial estipulada, se existir, e índices de referência estabelecidos na política de investimentos.

**a) Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de

investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.

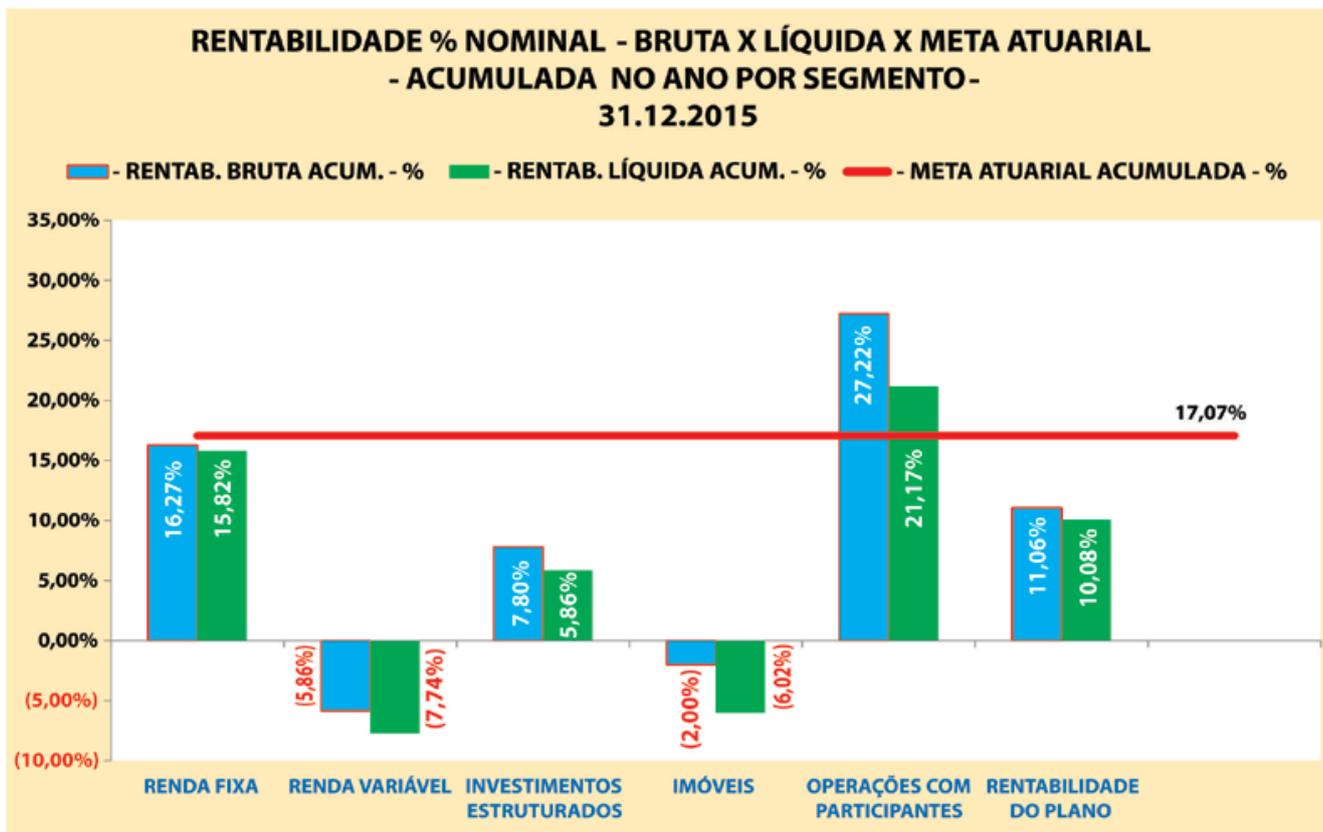
**b) Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.

RENTABILIDADE BRUTA X LÍQUIDA - PLANO I - BD - ACUMULADA - %		
EXERCÍCIO DE 2015		
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE BRUTA	RENTABILIDADE LÍQUIDA
	NO ANO	NO ANO
RENDA FIXA	16,27%	15,82%
RENDA VARIÁVEL	(5,86%)	(7,74%)
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,80%	5,86%
IMÓVEIS	(2,00%)	(6,02%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	27,22%	21,17%
RENTABILIDADE DO PLANO	11,06%	10,08%
META ATUARIAL	17,07%	17,07%
DIVERGÊNCIA	(6,01%)	(6,99%)

A rentabilidade nominal do Plano de Benefícios I - BD, em 2015 acumula um desempenho positivo de 10,08%, que descontada da Meta Atuarial de 17,07%, registra desempenho negativo de 6,99%. A carteira de **Renda Fixa** no ano apresenta rentabilidade de 15,82%, também inferior à meta. A carteira de **Renda Variável** registrou rentabilidade negativa no ano de 7,74%, ante o desempenho negativo da Bolsa de Valores de 13,09% medido pelo índice **IBrX-50**, motivado pelo recuo da atividade econômica interna. A carteira de **Investimentos Estruturados** apresentou resultado anual de 5,86% positivo e, foi influenciada fortemente pela reavaliação dos ativos integrantes do Fundo Ático - Geração de Energia. O Segmento de **Imóveis** apresentou rentabilidade negativa de 6,02%

no ano, devido às despesas arcadas pelo plano com a vacância do empreendimento e as depreciações lançadas. O Segmento de **Operações com Participantes** a rentabilidade acumulada atingiu 21,17%, superando a meta em 4,10%.

Preocupação constante da gestão não está focada somente na meta, mas, também, na necessidade de gerar excedente para fazer frente aos gastos com a equipe técnica, e custos associados a sua existência. No demonstrativo facilmente se pode observar que o resultado bruto do plano de 11,06%, 0,98% foi utilizado para o tal fim. Não é uma alíquota a incidir sobre qualquer valor, trata apenas da constatação do impacto dos custos da gestão na geração da rentabilidade líquida apropriada ao plano.



### 2.9. Evolução do Ativo Total - Período: 2012 a 2015

O Ativo Total do Plano I atingiu em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 542,2 milhões, registrando um crescimento de 8,02% sobre o ativo total verificado em 31 de dezembro de 2014.



## 2.10. Detalhamento dos Investimentos:

### Alocação por ativos, Prazos Médios (Duration) e Riscos:

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO		
Art. 18	RENDA FIXA	372.582.451,09	100,00%	70,51%	40%	100%	60%	9,6	
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	268.837.163,13	72,16%	50,88%	40,00%	100,00%	60,00%	12,4	
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	268.837.163,13	72,16%	50,88%	-	-	-	12,4	Soberano
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	65.164.637,90	17,49%	12,33%	80,00%	80,00%	80,00%	0,7	
	DPGE	41.384.433,20	11,11%	7,83%	-	-	-	0,4	-
<b>Baixo Risco de Credito</b>									
	BANCO BIC S/A	11.095.621,45	2,98%	2,10%	-	-	-	0,3	AA- (LFRating)
	BANCO BMG S/A	3.802.874,97	1,02%	0,72%	-	-	-	0,4	A- (Fitch)
	BANCO FICSA S/A	9.223.268,40	2,48%	1,75%	-	-	-	0,3	BBB (LFRating)
	BANCO SCHAHIN S/A	9.139.364,85	2,45%	1,73%	-	-	-	0,3	A2 (Moody's)
	DACASA FINANCEIRA	8.123.303,53	2,18%	1,54%	-	-	-	0,9	-
	OMNI S/A (*)	0,00	0,00%	0,00%	-	-	-	0,0	A- (Austin)
	LF	23.780.204,70	6,38%	4,50%	-	-	-	1,1	
<b>Baixo Risco de Credito</b>									
	BANCO SAFRA	17.782.833,73	4,77%	3,37%	-	-	-	0,8	AAA (S&P)
	BDMG	5.997.370,97	1,61%	1,13%	-	-	-	1,8	AAA (S&P)
V	Emissão de Companhias Abertas	16.579.747,18	4,45%	3,14%	-	-	-	5,4	
	DEBENTURES	16.579.747,18	4,45%	3,14%	-	-	-	5,4	-
<b>Médio Risco de Credito</b>									
	CEMIG - GT	6.886.378,18	1,85%	1,30%	-	-	-	4,3	Aa2 (Moody's)
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE	9.693.369,00	2,60%	1,83%	-	-	-	6,1	Aa2 (Moody's)
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	13.529.497,88	3,63%	2,56%	0,00%	20,00%	20,00%	4,5	
	CRI	13.529.497,88	3,63%	2,56%	0,00%	20,00%	20,00%	4,5	-
<b>Baixo Risco de Crédito</b>									
	BRC SECURITIZADORA	3.149.473,49	0,85%	0,60%	-	-	-	3,2	AAA (Fitch)
<b>Alto Risco de Crédito</b>									
	INFRASEC SECURITIZADORA	10.380.024,39	2,79%	1,96%	-	-	-	4,9	AA (LFRating)
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.657.982,65	2,06%	1,45%	25,00%	25,00%	25,00%	3,1	
	EM COTA	7.657.982,65	2,06%	1,45%	-	-	-	3,1	-

continua



continuação

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO		
<b>Alto Risco de Crédito (**)</b>									
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	7.657.982,65	2,06%	1,45%	-	-	-	3,1	AA (LFRating)
§ 1º - IV	CÉDULA DE PRODUTO RURAL	813.422,35	0,22%	0,15%				1,0	
	CPR-F	813.422,35	0,22%	0,15%	25,00%	25,00%	25,00%	1,0	-
<b>Risco de Crédito Especulativo</b>									
	USINAS ITAMARATI	813.422,35	0,22%	0,15%	-	-	-	1,0	A- (LFRating)
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	76.213.517,36	100,00%	14,42%	0%	70%	40%	-	
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	76.213.517,36	100,00%	14,42%	0,00%	35,00%	35,00%	-	
	FUNDOS	76.213.517,36	100,00%	14,42%	0,00%	35,00%	35,00%	-	
	SAGA SF FIA	55.026.857,94	72,20%	10,41%	-	-	-	-	-
	MAPFRE SF	21.186.659,42	27,80%	4,01%	0,00%	10,00%	10,00%	-	
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	64.501.968,77	100,00%	12,21%	0%	20%	20%	12,3	
I	Fundos de Investimento em Participações	59.387.586,34	92,07%	11,24%	0,00%	20,00%	20,00%	12,3	
	ENERGIA PCH JURUENA - FIP - (GESTOR: INFRA ASSET MANAGEMENT)	44.855.116,90	69,54%	8,49%	-	-	-	15,9	-
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	14.532.469,44	22,53%	2,75%	-	-	-	1,2	-
III	Fundos de Investimento Imobiliário	3.015.299,98	4,67%	0,57%	0,00%	10,00%	10,00%	-	
	MEMORIAL OFFICE - COINVALORES DTVM	3.015.299,98	4,67%	0,57%	-	-	-	-	-
IV	Fundos de Investimento Multimercado	2.099.082,45	3,25%	0,40%	0,00%	10,00%	10,00%	-	
	SAGA SNAKE FIM	2.099.082,45	3,25%	0,40%				-	
Art. 22	IMÓVEIS	7.236.885,49	100,00%	1,37%	0%	8%	0%	-	
II	Imóveis para Aluguel e Renda	7.236.885,49	100,00%	1,37%	0%	8%	0%	-	
	FERNANDEZ PLAZA	7.236.885,49	100,00%	1,37%	-	-	-	-	-
Art. 23	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.873.814,87	100,00%	1,49%	0%	15%	5%	-	
I	Empréstimos	7.873.814,87	100,00%	1,49%	0%	15%	5%	-	
<b>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>		<b>528.408.637,58</b>		<b>100,00%</b>				<b>9,9</b>	

# Demonstrativos Contábeis

<b>BALANÇO PATRIMONIAL - Plano BD</b>					
Valores em R\$ mil					
<b>ATIVO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014 Anterior</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014 Anterior</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>2</b>	<b>38</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>21.591</b>	<b>12.459</b>
			Gestão Previdencial	21.358	12.226
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>542.177</b>	<b>501.893</b>	Investimentos	234	233
Gestão Previdencial	2.426	2.158			
Gestão Administrativa	13.067	12.941			
<b>Investimentos</b>	<b>526.684</b>	<b>486.794</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>733</b>	<b>910</b>
Títulos Públicos	268.837	208.298	Gestão Previdencial	-	177
Créditos Privados e Depósitos	96.087	106.709	Investimento	733	733
Fundos de Investimento	148.373	157.248			
Investimentos Imobiliários	7.237	7.366			
Empréstimos e Financiamentos	5.669	6.694	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>519.855</b>	<b>488.562</b>
Depos. Jud. Recursais	480	480	Patrimônio de Cobertura do Plano	504.816	473.599
			Provisões Matemáticas	<b>510.875</b>	<b>494.172</b>
			Benefícios Concedidos	318.609	359.867
			Benefícios a Conceder	192.265	292.759
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(158.453)
			Equilíbrio Técnico	(6.058)	(20.573)
			Resultados Realizados	(6.058)	(20.573)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.058)	(20.573)
			<b>Fundos</b>	<b>15.039</b>	<b>14.963</b>
			Fundos Administrativos	13.067	12.941
			Fundos dos Investimentos	1.971	2.023
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>542.180</b>	<b>501.931</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>542.180</b>	<b>501.931</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF - 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20



<b>DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO</b>				
<b>Benefício Definido</b>				
Valores em R\$ mil				
<b>DESCRIÇÃO</b>		<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>		<b>473.599</b>	<b>448.947</b>	<b>5,49</b>
<b>1. Adições</b>		<b>77.466</b>	<b>61.284</b>	<b>26,41</b>
(+)	Contribuições	29.265	26.017	12,49
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	48.091	35.267	36,36
(+)	Reversão Líquida de Contingência - Gestão Previdencial	110	-	100,00
<b>2. Destinações</b>		<b>(46.249)</b>	<b>(36.632)</b>	<b>26,25</b>
(-)	Benefícios	(44.631)	(34.898)	27,89
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(177)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(1.619)	(1.557)	3,97
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>		<b>31.217</b>	<b>24.652</b>	<b>26,63</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	16.703	(2.601)	(742,21)
(+/-)	Superávit / Déficit Técnico do Exercício	14.515	27.253	(46,74)
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>		<b>504.816</b>	<b>473.599</b>	<b>6,59</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>		<b>15.039</b>	<b>14.963</b>	<b>0,50</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	13.067	12.941	0,98
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.971	2.023	(2,53)

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20



<b>DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO</b>			
<b>Benefício Definido</b>			
Valores em R\$ mil			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1. Ativos</b>	<b>542.180</b>	<b>501.931</b>	<b>8,02</b>
Disponível	2	38	(93,94)
Recebível	15.494	15.099	2,62
Investimento	<b>526.684</b>	<b>486.794</b>	8,19
Títulos Públicos	268.837	208.298	29,06
Créditos Privados e Depósitos	96.087	106.709	(9,95)
Fundos de Investimento	148.373	157.248	(5,64)
Investimentos Imobiliários	7.237	7.366	(1,75)
Empréstimos e Financiamentos	5.669	6.694	(15,31)
Depos. Jud. Recursais	480	480	-
<b>2. Obrigações</b>	<b>22.325</b>	<b>13.369</b>	<b>66,99</b>
Operacional	21.591	12.459	73,30
Contingencial	733	910	(19,40)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>15.039</b>	<b>14.963</b>	<b>0,50</b>
Fundos Administrativos	13.067	12.941	0,98
Fundos dos Investimentos	1.971	2.023	(2,53)
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>504.816</b>	<b>473.599</b>	<b>6,59</b>
Provisões Matemáticas	510.875	494.172	3,38
Superávit/Déficit Técnico	(6.058)	(20.573)	(70,55)
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>738</b>	-	100,00
a) Equilíbrio Técnico	(6.058)	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	6.797	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	738	-	100,00

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20


**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS**
**Benefício Definido**

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>529.112</b>	<b>488.814</b>	<b>8,24</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>510.875</b>	<b>494.172</b>	<b>3,38</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>318.609</b>	<b>359.867</b>	<b>(11,46)</b>
Benefício Definido	318.609	359.867	(11,46)
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>192.265</b>	<b>292.759</b>	<b>(34,33)</b>
Benefício Definido	192.265	292.759	(34,33)
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>-</b>	<b>(158.453)</b>	<b>(100,00)</b>
<b>(-) Déficit equacionado</b>	<b>-</b>	<b>(158.453)</b>	<b>(100,00)</b>
(-) Patrocinador(es)	-	(66.550)	(100,00)
(-) Participantes	-	(30.741)	(100,00)
(-) Assistidos	-	(61.162)	(100,00)
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(6.058)</b>	<b>(20.573)</b>	<b>(70,55)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(6.058)</b>	<b>(20.573)</b>	<b>(70,55)</b>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.058)	(20.573)	(70,55)
<b>3. Fundos</b>	<b>1.971</b>	<b>2.023</b>	<b>(2,53)</b>
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.971	2.023	(2,53)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>21.591</b>	<b>12.459</b>	<b>73,30</b>
4.1. Gestão Previdencial	21.358	12.226	74,69
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	234	233	0,18
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>733</b>	<b>733</b>	<b>-</b>
5.1. Gestão Previdencial	-	177	(100,00)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	733	733	-

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20

# Demonstrativo Atuarial

Anexo 1 ao JM/0320/2016 de 18/03/2016

## DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.) PLANO DE BENEFÍCIOS I DA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO

### I. INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19810010-18

CPF do atuário: 405.910.507-49

CNPJ da empresa de atuária:

30.020.036/0001-06

### II. INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2015.

Data do Cadastro: 31/12/2015

Data da Avaliação: 31/12/2015

Observações: Base dezembro de 2015, já considerando o reajuste de 8,17%, referente ao ACT 2015-2016, em maio de 2015, sendo utilizada a média corrigida para dezembro de 2015 dos últimos 12 Salários Reais de Contribuição, de cada participante não assistido. Os benefícios já concedidos estão provisionados em 10,28%, correspondentes ao INPC do IBGE de janeiro/2015 a novembro/2015, para posicioná-los em dezembro/2015.

### III. DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio: 1

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da São Francisco: 01.635.671/0001-91.

CNPJ da CODEVASF: 00.399.857/0001-26.

Participantes Ativos (Não Assistidos): 466 (466 ativos + 0 autopatrocinados + 0 benefícios proporcionais diferidos).

Folha de Salário de Participação <sup>\*1</sup>: 13 × R\$ 4.711.806,67 = R\$ 61.253.486,71.

Tempo médio de Contribuição para o Plano (Não Assistido): 17,45 anos ou 209,40 meses.

Tempo médio para a Aposentadoria (Programada): 10,18 anos ou 122,16 meses.

#### a) Seção das hipóteses atuariais:

##### a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5,5% ao ano.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,5% ao ano.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -0,63%.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A meta atuarial de rentabilidade real de 5,5% ao ano não foi alcançada no exercício encerrado, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir, como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

**Opinião do Atuário:** A taxa real de juros foi mantida em 5,5% ao ano, em conformidade com o apresentado no JM/0176/2016, através do Relatório de nossa Consultoria Atuarial referente ao Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, para a Avaliação Atuarial do ano de 2015, que considerou a Taxa Interna de Retorno da Carteira apontada pelo Estudo realizado pelo Sr. Marcos André Prandi, em fevereiro de 2016, observado pelo documento "Atestado de conformidade e validação das informações técnicas referentes aos investimentos do Plano de Benefícios I", para fins de atendimento a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015., cujo o resultado foi de uma rentabilidade estimada de 5,76% a.a. pelo prazo da "duration" do passivo de 12,3 anos. Assim sendo, uma vez que a Portaria nº 197, de 14/04/2015, estabeleceu para uma "duration" de 12,3 anos, um intervalo de taxa de juros, de no mínimo 3,73% a.a.

<sup>\*1</sup>: Corresponde a Folha de Salário de Participação (média corrigida dos últimos 12 Salários Reais de Contribuição) dos Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2015.



e no máximo 5,73% a.a., com base na taxa de juros parâmetro de 5,33% a.a., a recomendação de nossa Consultoria Atuarial foi a da manutenção da taxa real de juros de 5,50% a.a.

**Justificativa EFPC:** Considerando que o Relatório de Estudo de Adequação e Convergência da Taxa Real Anual de Juros, apresentado através do JM/0176/2016 (15/02/2016), que utilizou como subsídio o Estudo da ALM do Plano de Benefícios Definidos (BD) realizado pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, em fevereiro de 2016, no qual se posicionou de forma favorável, dentro do cenário esperado para os anos futuros, à perspectiva de obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial de INPC + juros reais de 5,5% ao ano, levando em consideração os fluxos de receitas e de despesas, as rentabilidades dos títulos já existentes em carteira e as aplicações/reaplicações de recursos a serem realizadas no futuro, bem como considerando que o referido Estudo se encontra em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23 de 26/06/2015.

### **a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)**

Valor: 0,85% ao ano (ao longo dos anos remanescentes de atividade).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,85% ao ano.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,60%.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Considerando os SRB's (Salários Reais de Benefícios) do D.A. do exercício de 2015, em relação aos SRB's do D.A. do exercício de 2014, o mesmo cresceu em relação ao INPC do IBGE, em termos reais, em 0,60%, estando em conformidade com a expectativa da Patrocinadora de Crescimento Real Médio Salarial, de até 1,00% de Crescimento Real de Salário, apresentado pelo Ofício nº155/2015/AA/GGP da CODEVASF, de 05/11/2015, sendo que foi projetado para o ano de 2015, um crescimento real de 0,85% ao ano, também consonante com a projeção da Patrocinadora de até 1% ao ano, devendo-se observar que para o cálculo

do reajuste real anual, a Patrocinadora pode considerar outros indexadores, como base de cálculo, diferente do referido INPC do IBGE.

**Opinião do Atuário:** Conforme consta no JM/2867/2015, de 29/12/2015, com base nos salários de novembro de 2015 se recalculou a nova curva logarítmica, que avalia a evolução do salário médio em função da idade (uma vez que a idade tem forte correlação com o tempo de empresa), obtendo uma função com alta correlação, apresentando um crescimento real de salário médio, de 0,85% ao ano, ao longo dos anos remanescentes de atividade.

**Justificativa EFPC:** Em relação ao reajuste dos salários, a Patrocinadora se mostrou conforme com os procedimentos adotados pelo atuário para projetar a evolução do Salário Real ao longo dos anos remanescentes de atividade. Assim, nos posicionamos favoravelmente à indicação do atuário, devidamente referendada pela Patrocinadora, conforme Ofício nº155/2015/AA/GGP da CODEVASF, de 05/11/2015. É importante ressaltar que qualquer alteração positiva na projeção de crescimento real de salário dos empregados participantes resultará no aumento do custo previdenciário do Plano de Benefícios I.

### **a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários**

Valor: -

Quantidade esperada no exercício seguinte: Não foi adotada tal hipótese.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: Não foi adotada tal hipótese.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Não aplicável por não ter sido adotada tal hipótese, conforme colocado na opinião do atuário.

**Opinião do Atuário:** Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tem-

po dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

**Justificativa EFPC:** A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não ser necessária a adoção dessa hipótese.

#### **a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade**

Valor: 97% (compatível com uma inflação média de 5,5% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 97%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 94,07%.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: O indexador do Plano INPC do IBGE para o ano de 2015 ficou em 11,28%, ou seja, acima do limite superior da meta de inflação do Governo Federal, enquanto que a inflação esperada para o ano de 2015 foi projetada com base entre o referido limite superior e o centro da meta de inflação de 4,5% do Governo Federal, ou seja, na ordem de 5,5%, sendo projetado, para 2016, também, uma inflação da ordem de 5,5%, que corresponde estar novamente se trabalhando entre o limite superior e o centro da meta de inflação a longo prazo do Governo Federal, e que é compatível com o Fator de Capacidade de 97% que está sendo adotado.

**Opinião do Atuário:** Esse fator é compatível com uma inflação média anual da ordem de 5,5%, que está na metade entre o centro da meta de inflação no Brasil (4,5% ao ano) e o Limite Superior dessa Meta (6,5% ao ano). No último ano (2015), a inflação medida pelo INPC do IBGE ficou acima do limite superior da meta, ou seja, em 11,2762% ao ano. Assim, deve-se ficar atento à tendência de evolução ao longo do tempo da referida inflação brasileira para, se necessário, ajustar a projeção de inflação média anual.

**Justificativa EFPC:** No momento, o Fator de 97% se mostra aceitável, mas estaremos acompanhando a tendência da inflação para

os anos futuros para, quando se configurar necessário, ajustar tal Fator as novas expectativas de inflações anuais futuras.

#### **a.5) Hipótese: Rotatividade**

Valor: 0,50% ao ano (média ao longo dos anos remanescentes de atividade).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença de 2 entre a quantidade ocorrida e a esperada para o exercício de 2015, reforça a tendência histórica de redução das saídas sem direito a benefícios de participantes ao longo dos últimos anos e a perspectiva da continuidade da sua redução nos anos futuros, num cenário onde o Instituto do Benefício Proporcional Diferido é um Fator Moderador para a ocorrência de saídas do Plano sem direito a benefício.

**Opinião do Atuário:** A redução do nível da Rotatividade, aqui entendida como saída do Plano sem direito a benefício, está em consonância com as expectativas que o Benefício Proporcional Diferido abre para os que deixam de trabalhar no Patrocinador antes de preencher as condições de requerer benefício pelo Plano, configurando-se o Benefício Proporcional Diferido uma alternativa menos onerosa para o Participante permanecer no Plano após a perda do vínculo empregatício.

**Justificativa EFPC:** O raciocínio do atuário para justificar o ajuste para menor da rotatividade (saída sem direito a benefício) que vinha sendo adotada está em plena conformidade com a atitude esperada para os empregados participantes que venham a perder vínculo empregatício com a Patrocinadora.

#### **a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: "q<sub>x</sub> da SUSEP EMSsb 2010 (masculina)".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 14.



Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 10.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença de 4 entre a quantidade ocorrida e a esperada para o exercício de 2015 é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015.

**Opinião do Atuário:** Foi apresentado através do Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, o estudo de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas, entre 31/12/2009 e 31/12/2014, que nos levou à conclusão da adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP EMSsb 2010 (masculina)”, através dos resultados do Teste de Aderência que utiliza como base a experiência da frequência de ocorrência de mortes nos 3 últimos exercícios, (sendo este referido Teste um indicador que complementa os estudos de aderência realizados utilizando o Método “MONTELLO”), bem como da tendência dos resultados dos testes quinquenais realizados nos últimos 3 anos, já com a adoção do Limite Superior de Aderência [LSIA], que considera um nível de mortalidade 10% menor que o Esperado com base na Tábua de Mortalidade analisada.

**Justificativa EFPC:** Com base no estudo de aderência de tábuas de mortalidade enviado pelo atuário através do Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP EMSsb 2010 (masculina)” para projetar a mortalidade dos participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas.

#### **a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: “ da AT-2000 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença de 0 (zero) entre a quantidade ocorrida e a esperada para o exercício de 2015 é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade, apresentado pelo Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015.

**Opinião do Atuário:** Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, conforme consta no Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, indicamos a adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i$  da AT-2000 (masculina)”, correspondendo a Tábua de Sobrevivência / Mortalidade Geral adotada, só que com um nível de sobrevivência algo menos elevado.

**Justificativa EFPC:** Com base nas razões apresentadas pelo atuário no estudo de aderência apresentado através do Anexo 1 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ da AT-2000 (masculina)”.

#### **a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: “ $i_x$  da LIGHT (MÉDIA)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 7.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença de 7 entre a quantidade ocorrida e a esperada para o exercício de 2015 é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Entrada em Invalidez, apresentado pelo Anexo 2 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015.

**Opinião do Atuário:** Foi apresentado através do Anexo 2 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que indicou a manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA), destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

**Justificativa EFPC:** Com base nas razões apresentadas no estudo de aderência apresentado pelo atuário através do Anexo 2 ao JM/1410/2015 de 30/06/2015, nos posicionamos pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez, LIGHT (MÉDIA).

#### **a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas**

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional atualizada em 2014 nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Em função da manutenção da Composição Média de Família de Dependentes dos participantes ativos, do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, não há alteração entre a quantidade esperada e a ocorrida no exercício de 2014, sendo, em média, de 1 dependente por participante ativo (os valores informados representam a média de dependentes por família).

**Opinião do Atuário:** Estamos adotando, desde a avaliação atuarial de 2009, a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já concedidas. Portanto, tão-somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional atualizada em 2014.

**Justificativa EFPC:** A adoção da família efetiva para avaliar os compromissos relativos aos Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, mantendo-se a adoção da composição de família correspondente à Experiência Regional tão-somente para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos traz maior realismo aos resultados da avaliação atuarial.

#### **a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,5%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 11,28%.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: Considerando o INPC o indexador do Plano, conforme estabelecido em Regulamento, para o ano de 2015, este índice acumulado resultou em 11,28%, ou seja, acima do projetado para o mesmo ano considerando a meta de entre o limite superior e o centro da meta de inflação, ou seja, em 5,5% ao ano, sendo, igualmente de 5,5% ao ano a projeção de taxa de inflação esperada para o exercício de 2015, que corresponde estar novamente se trabalhando entre o limite superior e o centro da meta de inflação a longo prazo do Governo Federal.

**Opinião do Atuário:** O indexador em questão se baseia no fato de que o INPC do IBGE é o indexador regulamentar para os reajustes dos benefícios da prestação continuada do Plano e corresponde ao índice de inflação que mede a variação de preços ao consumidor calculado pelo órgão governamental competente (IBGE).

**Justificativa EFPC:** Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

#### **a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria**

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução, com exceção dos participantes que já possuem condições plenas para entrar em gozo de aposentadoria programada (Risco Iminente), onde foi considerado 1(um) ano como tempo remanescente de atividade, ao invés de 0 (zero).



Quantidade esperada no exercício seguinte: 0.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre o esperado e o ocorrido no exercício encerrado: A diferença entre a quantidade esperada e a ocorrida no ano de 2015 foi de 1 (Ver "Opinião do Atuário").

**Opinião do Atuário:** Conforme apresentado pelo JM/0013/2016 de 06/01/2016, considerando a iminência e a forma de cálculo do saldamento do Plano de Benefícios I da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, foi indicado a manutenção da Hipótese de Entrada em Aposentadoria utilizada na Demonstração

Atuarial do exercício de 2014, ou seja, considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução, com exceção dos participantes que já possuem condições plenas para entrar em gozo de aposentadoria programada (Risco Iminente), onde foi considerado 1(um) ano como tempo remanescente de atividade, ao invés de 0 (zero).

**Justificativa EFPC:** Concordamos com as colocações apresentadas na opinião do atuário.

#### b) Seção dos Benefícios<sup>(\*)</sup>:

BENEFÍCIOS					
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	PENSÃO
<b>ESTATÍSTICAS</b>					
Qtd de benefícios concedidos	475	82	16	53	231
Valor Médio do Benefício	R\$ 4.833,07	R\$ 1.657,05	R\$ 1.981,14	R\$ 2.292,26	R\$ 1.236,34
Idade Média dos assistidos (em anos)	70	79	73	64	75
<b>Provisão Matemática Benefícios Concedidos</b>					
VABF Programados - Assistidos	R\$ 259.650.600,31	R\$ 12.874.283,94	R\$ 3.246.615,13		R\$ 14.583.240,08
VABF Não Programados - Assistidos				R\$ 15.170.222,83	R\$ 13.084.178,05
<b>Provisão Matemática Benefícios a Conceder</b>					
<b>BD Capitalização Programado</b>					
VABF	R\$ 279.120.667,52				
VACF Patrocinadores	R\$ (35.740.544,63)				
VACF Participantes	R\$ (51.610.894,77)				
<b>BD Capitalização Não Programado</b>					
VABF				R\$ 8.299.487,48	R\$ 3.175.366,27
VACF Patrocinadores				R\$ (3.248.959,37)	R\$ (1.243.044,95)
VACF Participantes				R\$ (4.691.638,08)	R\$ 1.795.010,76
<b>Custo do Ano</b> (em reais) <sup>*(1)</sup>	17.855.391,38			1.794.727,16	2.762.532,25
<b>Custo do Ano</b> (em % da Folha de Salários) <sup>*(1)</sup>	29,15%			2,93%	4,51%

\* inclui sobrecarga administrativa.

(1) No custo de Invalidez está incluso o custo referente ao auxílio-doença e, no custo da pensão, está incluso o custo referente ao Pecúlio por Morte.

(\*) Com base nas informações cadastrais fornecidas pela Fundação São Francisco.

**c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:****Déficit Equacionado**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

**Serviço Passado**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

**Outras Finalidades**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

**d) Seção do Patrimônio de Cobertura:**Patrimônio de Cobertura: R\$  
504.816.102,62 <sup>(\*1)</sup>

Insuficiência de Cobertura: -

**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:**

Finalidade: -

Fonte de Custeio: -

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ -

Recursos Utilizados no Exercício: R\$ -

Saldo: R\$ -

**f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:**

Patrocinador: -

Participantes Ativos: -

Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$  
14.514.524,60

Resultado negativo do exercício: R\$

Déficit Técnico: R\$ (6.058.466,43)

Reserva de Contingência: R\$ -

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

**g) Duration do Passivo:** 12,55 anos ou  
150,6 meses**IV. PLANO DE CUSTEIO:****1)** Contribuições Previdenciais Normais do  
Patrocinador:% Contribuição do Patrocinador  $\times$  (13  $\times$   
Folha de Salário dos Participantes Não  
Assistidos em 31/12/2015) $(8,31\% \times 13 \times R\$ 4.711.806,67) =$   
5.090.164,75 $5.347.429,39 + (81,98\% \times 5.347.429,39 /$   
 $2) + (129,65\% \times 5.347.429,39 / 2) + 0,852$   
 $\times [(81,98\% \times 2.059.775,55 / 2) + (129,65\%$   
 $\times 2.059.775,55 / 2)] = \mathbf{R\$ 12.605.525,04}$ **2)** Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: (Ver Nota)**3)** Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – serviço passado: -**4)** Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades: -

---

(\*1) Informação fornecida pela Fundação São Francisco.



**5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:**

% médio de Contribuição Normal do Participante Não Assistido  $\times$  (13  $\times$  Folha de Salário dos Participantes Não Assistidos em 31/12/2015).

$$(11,58\% \times 13 \times 4.711.806,67) = 7.093.153,76$$

$$7.093.153,76 + (81,98\% \times 7.093.153,76/2) + (129,65\% \times 7.093.153,76/2) =$$

**R\$ 14.598.774,41**

**6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: (Ver Nota)**

**7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -**

**8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -**

**9) Contribuições Previdenciais Normais dos Assistidos:**

% médio de Contribuição Normal do Assistido  $\times$  (13  $\times$  Folha de Benefício dos Participantes Assistidos em 31/12/2015).

$$5,52\% \times (13 \times \text{R\$ } 2.870.367,27) = \text{R\$ } 2.059.775,55$$

$$2.059.775,55 + (81,98\% \times 2.059.775,55 / 2) + (129,65\% \times 2.059.775,55 / 2) =$$

**R\$ 4.239.327,05**

**10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: (Ver Nota)**

**11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -**

**12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -**

**13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -**

**14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -**

**15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -**

**16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -**

**17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de junho de 2016.**

**NOTA:** Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de "Contribuição Normal", não prevendo a existência de "Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado" ou a existência de "Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal", assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como "ajuste da contribuição normal" dos participantes, patrocinadoras e assistidos.

**V. PARECER ATUARIAL:**

**V.1. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:**

**1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial das contribuições normais estabelecida para o Plano de Benefícios I da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, levando em consideração as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela referida FUN-**

DAÇÃO, resultou no Custo Carregado <sup>(\*)</sup> de 39,01% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (incluído o custo administrativo e excluída a contribuição normal carregada de 10,05% dos Assistidos destinada a participar do custeio do Plano), conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Dezembro-2014	Dezembro-2015
APOSENTADORIAS *1	18,12%	29,15%
INVALIDEZ	1,82%	2,66%
PENSÃO POR MORTE	1,55%	4,38%
AUXÍLIO-DOENÇA	0,27%	0,27%
PECÚLIO POR MORTE	0,13%	0,13%
SUB-TOTAL (1)	<b>21,89%</b>	<b>36,59%</b>
CUSTO SUPLEMENTAR	-0%	-0%
ADMINISTRAÇÃO *2	2,43%	2,42%
SUB-TOTAL (2)	<b>2,43%</b>	<b>2,42%</b>
<b>TOTAL (1)+(2)</b>	<b>24,32%</b>	<b>39,01%</b>

\*1: Incluído o Custo do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

\*2: Sobrecarga administrativa igual a 10% do total das Contribuições Normais Originais recolhidas pelos Participantes (Não Assistidos), pelos Assistidos e pelo Patrocinador.

**NOTA:** Na Avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos participantes não assistidos é de 49 anos (considerando aqueles que ainda não se encontram em risco iminente de aposentadoria).

2) O Custo Carregado reavaliado de 39,01% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2016, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefício I da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes, quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuição Normal/Suplementar	Em %	
	Dezembro 2014	Dezembro 2015
<b>Referência</b>		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) *1	13,39% *1	22,24% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora *1/*2	10,93% *2	16,77% *2
<b>Sub-total</b>	<b>24,32%</b>	<b>39,01%</b>
Contribuição Suplementar (Ver inciso iv do numeral 5 do item V.3.)	- %	- %
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):</b>	<b>24,32%</b>	<b>39,01%</b>
<b>Contribuições Normais referente aos Participantes Assistidos:</b>		
Aposentados	5,52%	10,05%
Pensionistas	5,52%	10,05%
Patrocinadora (*3)	0,00%	8,56%

\*1: 10% da Contribuição Normal Original se destina ao Custeio das Despesas Administrativas.

\*2: Em % da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (que está limitado a 3 vezes o Teto Máximo do Salário de Benefício da Previdência Social, que é o que se estima ser equivalente a 8,31% da Folha Salarial dos Participantes Não Assistidos sem o referido limite de 3 vezes o Teto Máximo do Salário de Benefício de Previdência Social).

\*3: No Ajuste da Contribuição Normal se considerou a proporcionalidade contributiva da Contribuição Normal dos Participantes Ativos em relação à Contribuição Normal da Patrocinadora para se calcular o "delta" a ser aplicado na Contribuição Normal dos Participantes Assistidos. Assim sendo, tão somente em relação a esse "delta" da Contribuição Normal dos Participantes Assistidos é que, considerando a referida proporção entre a contribuição normal da Patrocinadora, se calculou a contrapartida patronal em relação ao ajuste ("delta") da Contribuição dos Participantes

(\*1) Custo Carregado é o Custo já embutido do Carregamento destinado à cobertura das Despesas Administrativas.



**FATO RELEVANTE:** Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de “Contribuição Normal”, não prevendo a existência de “Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado” ou a existência de “Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal”, assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como “ajuste da contribuição normal” dos participantes, patrocinadoras e assistidos.

3) A Contribuição Normal Carregada de 39,01% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos correspon-

de exatamente ao Custo Normal Carregado atuarialmente verificado ao final de 2015, de 39,01% da referida Folha de Salário de Participação. Tal fato significa que a Contribuição Normal Carregada em vigor corresponde exatamente ao Custo Normal Carregado reavaliado no encerramento de 2015.

**IMPORTANTE:** A Contribuição Normal Original, aqui apresentada, a Contribuição Suplementar destinada a dar cobertura ao tempo de serviço passado e o Ajuste da Contribuição Normal, encontram-se detalhadas no numeral 5, do inciso IV, do item V.3..

### V.2. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, de dezembro de 2014 para dezembro de 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Valores em R\$

Referência	31/12/2014	31/12/2015	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	359.866.713,84	318.609.140,34	(11,46%)
Provisão de Benefícios a Conceder	292.758.570,53	192.265.428,71	(34,33%)
Provisão Matemática a Constituir	(158.453.364,82)	- (*1)	(100%)
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	494.171.919,55	510.874.569,05	3,38%

\*1: Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de “Contribuição Normal”, não prevendo a existência de “Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado” ou a existência de “Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal”, assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como “ajuste da contribuição normal” dos participantes, patrocinadoras e assistidos.

### V.3. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na Fundação São Francisco, a mesma apresentou um Equilíbrio Técnico (Deficitário), registrado contabilmente, de R\$ (6.058.466,43), que após o ajuste de precificação dos ativos, apresentou um Equi-

líbrio Técnico Ajustado positivo de R\$ 738.466,86.

2) Nesta Avaliação Atuarial houve a atualização tanto da Função de Crescimento Real de Salários, quanto das Tábuas de Mortalidade ( $q_x$ : SUSEP EMSsb 2010 masculina /  $q_x^i$ : AT-2000 masculina), o que representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 14.806.501,64.

- 3) Em função de se estar utilizando, na Avaliação Atuarial deste Plano, o Método Agregado no Regime de Capitalização, conceitualmente existe a necessidade de se ajustar periodicamente a Contribuição Normal a fim de que se mantenha o Plano em Equilíbrio Técnico, e portanto, está sendo considerado nesta Avaliação Atuarial, a revisão do ajuste da Contribuição Normal, destacada no numeral 5 deste item V.3, que representou uma redução das Provisões Matemáticas em R\$ 49.303.257,28.
- 4) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:
- i) Tábua de Mortalidade Geral: “ $q_x$  da SU-SEP EMSsb 2010 (masculina)”;
  - ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: “da AT-2000 (masculina);
  - iii) Tábua de Entrada em Invalidez: “ $i_x$  da LIGHT (MÉDIA)”, ou seja, a mesma Tábua adotada na Avaliação Atuarial de 31/12/2014;
  - iv) Rotatividade: Cerca de 33% do valor da Tábua de Rotatividade adotada na Avaliação Atuarial de 31/12/2010, objetivando ficar em consonância com as maiores expectativas que o Benefício Proporcional Diferido abre para os que deixam de trabalhar no Patrocinador antes de preencher as condições para requerer benefício pelo Plano, ou seja, a mesma Tábua adotada na Avaliação Atuarial de 31/12/2014;
  - v) Taxa real de juros/desconto: 5,5% a.a.;
  - vi) Projeção de Crescimento Real de Salário: Se recalculou, com base nos salários de novembro de 2015 a nova função logarítmica relativa a escala real de crescimento salarial, que indicou a manutenção do crescimento real de salário até 1% .
  - vii) Em relação à composição familiar, da mesma forma que na Avaliação Atuarial de 31/12/2014, está sendo adotada a Família Efetiva para os Assistidos em gozo de Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte, bem como está sendo adotada uma Experiência Regional de Composição de Família, atualizada em 2014, para melhor correlação com a família efetiva dos Assistidos para os Participantes Não Assistidos; e
- viii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97% (compatível com uma inflação média anual de 5,5% ao longo dos anos futuros), ou seja, igual ao adotado na Avaliação Atuarial de 31/12/2014.
- 5) Nesta reavaliação atuarial, foram consideradas as seguintes contribuições dos Participantes, Assistidos, e dos Patrocinadores.
- i) **Contribuição Normal Original Carregada dos Participantes (Não Assistidos):** Corresponde a Contribuição Normal Original Carregada (ou seja, com sobrecarga para custeio das despesas administrativas) obtida para o conjunto dos Participantes (Não Assistidos) do Plano, aplicando-se os percentuais contributivos constante no Plano de Custeio Anual.
  - ii) **Contribuição Normal Original Carregada dos Patrocinadores:** 8,31% da folha de salário dos Participantes (Não Assistidos) sem limite, o que, se projetada corresponder a 10,80% da folha do salário limitado a 3 (três) vezes o Teto Máximo do Salário de Benefícios da Previdência Social, observado o limite paritário contributivo estabelecido no Regulamento e na legislação aplicável.
  - iii) **Contribuição Normal Original Carregada dos Assistidos:** 5,52% do valor dos benefícios recebidos pelos Aposentados Assistidos e pelos Pensionistas Assistidos.
  - iv) **Contribuição Suplementar Carregada do Patrocinador (relativa ao Serviço Passado):** Não há mais Contribuição Suplementar Carregada do Patrocinador referente ao Serviço Passado, uma vez que o contrato, firmado entre a Patrocinadora CODEVASF e a Fundação São Francisco em 28/11/2001, encerrou-se com a 114ª prestação em dezembro de 2013.



**v) Ajuste nas Contribuições Normais dos Participantes (Não Assistidos), dos Assistidos e dos Patrocinadores:**

**v.1.) Participantes Não Assistidos:**

Ajuste nas Contribuições Normais igual a **A%** <sup>(\*)</sup> do valor das contribuições calculadas com base nos percentuais contributivos normais originais dos Participantes Não Assistidos vigentes em 31/12/2009, incidentes sobre as faixas contributivas do Salário Real de Contribuição de cada Participante Não Assistido.

**v.2.) Patrocinador CODEVASF (em contrapartida ao ajuste na contribuição normal do Participante Não Assistido):**

Ajuste na Contribuição Normal correspondente a **A%** <sup>(\*)</sup> do valor das contribuições normais calculadas com base no percentual contributivo normal original da Patrocinadora CODEVASF vigente em 31/12/2009 e incidente sobre a totalidade dos salários dos Participantes Não Assistidos.

**v.3.) Assistidos (Aposentados/Pensionistas):**

Ajuste na Contribuição Normal correspondente a **A%** <sup>(\*)</sup> do valor das contribuições normais originais de cada participante calculadas com base no percentual contributivo vigente em 31/12/2009, incidente sobre o valor dos Benefícios dos Aposentados Assistidos e dos Pensionistas Assistidos.

**v.4.) Patrocinador CODEVASF (em contrapartida ao ajuste nas contribuições normais dos Assistidos):** Ajuste na Contribuição Normal igual a **B** vezes o total do

Ajuste na Contribuição Normal feitas pelos Aposentados Assistidos e pelos Pensionistas Assistidos, onde **B** é igual a 0,754 até junho de 2012 e é igual a 0,852 a partir de agosto de 2012.

**NOTA:** 10% das Contribuições Normais Originais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

**6)** A questão que se apresenta é que, a partir do encerramento do exercício de 2015, visando manter fidelidade com os princípios do Método Agregado do Regime de Capitalização, deixamos de registrar os aumentos nas Contribuições Normais Originais como se fossem Contribuições Extraordinárias para Equacionamento do Déficit, mas sim, com Ajuste das Contribuições Normais, já que esse Método, em realidade, enquadra todos os ajustes contributivos, destinados ao Reequilíbrio Atuarial do Plano, no âmbito das Contribuições Normais e, neste contexto, visando manter a maior transparência possível, estamos informando, a seguir, de forma segregada (Participantes, Assistidos e Patrocinador), o correspondente ao Valor atual dos Ajustes das Contribuições Normais:

Participantes	Ativos	R\$ 37.505.006,88
	Futuros Assistidos	R\$ 39.105.965,94
	Atuais Assistidos	R\$ 48.699.936,94
Patrocinador	Ativos	R\$ 27.158.798,09
	Futuros Assistidos	R\$ 28.318.113,26
	Atuais Assistidos	R\$ 35.265.471,57
Total	Participante	R\$ 125.310.909,76
	Patrocinador	R\$ 90.742.382,92
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 216.053.292,68</b>

**(\*)1):** A% = 65,10% de Julho de 2014 a Junho de 2015;  
A% = 81,98% de Julho de 2015 a Junho de 2016;  
A% = 129,65% de Julho de 2016 a Junho de 2017;  
A% = 156,10% de Julho de 2017 a Junho de 2018;  
A% = 188,00% de Julho de 2018 em diante.

**7)** Existem neste Plano títulos de renda fixa, classificados, nos termos do artigo 1º da resolução CGPC/MPAS nº 04 de 30/01/2002, na categoria de "Títulos mantidos até o

vencimento”, avaliados na forma estabelecida no artigo 3º da referida Resolução pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos (impactando no resultado do exercício), ou seja, sem utilização da faculdade, prevista no artigo 5º da Resolução CGPC/MPAS nº 04/2002, de registrar a diferença entre o valor presente apurado na forma do citado artigo 3º e o valor presente calculado considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial. A capacidade financeira relativa à adoção do procedimento de registro dos títulos classificados como “títulos mantidos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos (impactando no resultado do exercício) se baseia no fato de que o perfil traçado pela área de investimentos responsável por este plano da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos futuros que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

- 8) A rentabilidade nominal líquida efetivamente obtida ao longo de 2015 pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios I, foi de 10,11% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 16,91% o que, em termos reais, representou -0,63% contra uma meta atuarial de 5,5% ao ano, tomando como indexador base, aplicado com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.
- 9) Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar es-

ses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, os consultores financeiros da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de continuar se posicionando em relação à hipótese relativa ao retorno dos investimentos para a realização dos ajustes que se façam necessários.

#### **V.4. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:**

- 1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A. e os regimes atuariais de financiamento mencionados no item V.7. desta D.A., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da última Demonstração Atuarial do referido Plano enviado à PREVIC (31/12/2014), a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial refletida nesta D.A..



### V.5. Variação do Resultado Técnico de dezembro de 2014 para dezembro de 2015, apontando as causas mais prováveis:

<b>Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2014.</b>	<b>R\$ (20.572.991,03)</b>
Atualização do Equilíbrio Técnico (Déficit) Contábil para 31/12/2015	R\$ ( 2.256.857,12)
<b>Equilíbrio Técnico (Déficit) Contábil de 31/12/2014 atualizado para 31/12/2015</b>	<b>R\$ (22.829.848,15)</b>
Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta de Rentabilidade Líquida do ano de 2015, que corresponde à diferença entre o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano do ano de 2015 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, do ano de 2014, evoluído para o final de 2015 considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade do ano de 2015	R\$ (31.705.872,98)
Impacto referente a revisão dos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado (Ver FATO RELEVANTE do numeral 3 do item V.3)	R\$ 49.303.257,28
Impacto referente a adoção de mais 1 (um) ano de atividade para os participantes não assistidos em risco iminente de aposentadoria programada, conforme observado na hipótese de Entrada em Aposentadoria, constante no item III, letra a.11, deste documento.	R\$ 14.159.644,47
Impacto referente à atualização das Tábuas de Mortalidade	R\$ (15.504.870,96)
Impacto referente à atualização da Função de Crescimento Salarial	R\$ 698.369,32
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*1)	R\$ (179.145,41)
<b>Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2015</b>	<b>R\$ (6.058.466,43)</b>
Ajuste na Precificação dos Ativos feito em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC 197/2015), na Situação Atuarial do Plano de 31/12/2015.	R\$ 6.796.933,29
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado, registrado em 31/12/2015, após a aplicação do ajuste na precificação dos Ativos feita em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 e a Portaria 197/2015. (*2)</b>	<b>R\$ 738.466,86</b>

(\*1) Equivalente a 0,04% do total das Provisões Matemáticas, registrado em 31/12/2015, no valor de R\$ 510.874.569,05. (Ver NOTA)

**NOTA:** Consiste nos desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de um determinado mês, em relação às Provisões Matemáticas obtidas no mesmo mês, através de sua evolução pelo método da Recorrência, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício.

(\*2) R\$ (6.058.466,43) + R\$ 6.796.933,29 = R\$ 738.466,86

### V.6. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Equilíbrio Técnico registrado contabilmente do Plano de Benefício Definido vigente na FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO, em 31/12/2015, de R\$ (6.058.466,43) é de natureza transitória, já que, em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 197/2015), a Situação Atuarial desse Plano, considerando a Precificação dos Ativos (correspon-

dente ao Equilíbrio Técnico Ajustado desse Plano), em 31/12/2015, em realidade, é atuarialmente equilibrada em R\$ 738.466,86. Nesse contexto, não existe, ao final de 2015, qualquer parcela do Equilíbrio Técnico Contábil de R\$ (6.058.466,43) pendente de cobertura no Plano de Custeio vigente.

**V.7. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:**

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Mor-

te, que são Benefícios de Grande Expressão, é o Agregado, o qual mostra-se plenamente adequado. Já para os demais benefícios, que são Benefícios de Pequena Expressão (Auxílio-Doença / Pecúlio por Morte / Resgate de Contribuições) o regime financeiro adotado é o de Repartição na versão simples, que tem se mostrado adequado dado ao pequeno porte desses Benefícios.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2016



**José Roberto Montello**

**Atuário MIBA 426**



## 3. Plano de Benefícios II – CODEPREV

O Plano de Benefícios II – Codeprev é um plano da modalidade “Contribuição Definida - CD” e foi implementado em 1º de novembro de 2013. No final do exercício de 2015, contava com 582 participantes.

### 3.1. Receitas Previdenciárias

As receitas previdenciárias são os recursos decorrentes das contribuições dos Participantes e das Patrocinadoras CODEVASF e SÃO FRANCISCO para o Plano.

Essas receitas, em 2015, totalizaram **R\$ 10.009.697,52**, sendo 50,66% de contribuições dos Participantes Ativos e 49,34% das Patrocinadoras CODEVASF e SÃO FRANCISCO.

Como nesse Plano há a previsão regulamentar de uma carência mínima de 5 anos para início de pagamento de benefícios previdenciários, somente haverá despesas previdenciárias programadas a partir de novembro de 2018, excluindo, portanto, eventuais casos de invalidez ou morte de participante ativo.

### 3.2. Despesas Previdenciárias

As despesas previdenciárias, no exercício de 2015, somaram **R\$ 123.995,35**, referente ao instituto de Resgate de Contribuições.

### 3.3. Enquadramento dos Investimentos - Posição: 31.12.2014 x 31.12.2015

O Enquadramento Legal dos Recursos estabelecido pela Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 dividiu os investimentos em Segmento de Alocações onde podem ser aplicados os recursos dos planos de benefícios, sendo eles os seguintes:

- **Renda Fixa:** ativos originados em instrumentos oriundos de dívidas;

- **Renda Variável:** ativos originados no capital corporativo;
- **Investimentos Estruturados:** ativos oriundos de engenharia financeira, estratégias complexas e operações imobiliárias;
- **Investimentos no Exterior:** ativos negociados nos mercados externos;
- **Imóveis:** ativos constituídos por construções e edificações, e
- **Operações com Participantes:** empréstimos e financiamentos em contratos de mútuo.

### Enquadramento por Segmento:

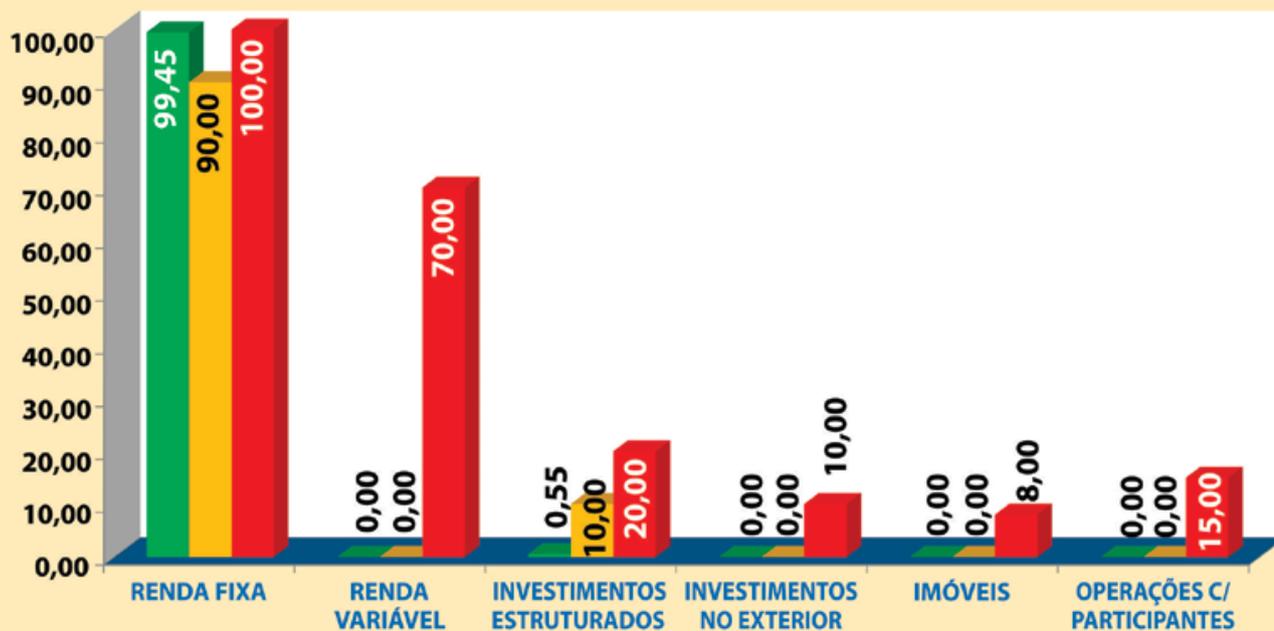
As inversões dos recursos conforme quadro abaixo corresponde às decisões estratégicas e táticas de investimentos. O objetivo de alcançar rentabilidade compatível com a “**Taxa Indicativa do Plano**” (INPC+3,50%), premissa veiculada no simulador de adesão, considerada como objetivo primário da gestão, está cotejada no quadro abaixo. A estrutura atual dos investimentos está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados. Assim, no encerramento de 2015, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2015/2019, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam em 2015 o valor total de R\$ 21.596.063,81 contra R\$ 9.855.191,97 em dezembro de 2014, registrando um crescimento nominal no período de 119,13%. Ainda muito impactado pela entrada de recursos das contribuições, dado que elas representam em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado.

COMPARATIVO COM BASE EM 31/12/2014 X 31/12/2015					
Segmentos	Dezembro de 2014		Dezembro de 2015		Limites Táticos na Política de Investimento Máximo - %
	Valor em R\$	% de Alocação	Valor em R\$	% de Alocação	
Renda Fixa	9.852.361,17	99,97	21.477.156,41	99,45	90,00
Investimentos Estruturados	2.830,80	0,03	118.907,40	0,55	10,00
<b>Total Investido</b>	<b>9.855.191,97</b>	<b>100,00</b>	<b>21.596.063,81</b>	<b>100,00</b>	-
(+) Disponível	13.876,93	-	510,54	-	-
(-) Exigível de Investimentos	0	-	-2.852,56	-	-
<b>Total dos Recursos - R\$ -</b>	<b>9.869.068,90</b>	-	<b>21.593.721,79</b>	-	-

### ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO 31/12/2015

■ POSIÇÃO NA DATA - %   
 ■ LIMITE TÁTICO - %   
 ■ LIMITE - POLÍTICA DE INVESTIMENTO - %





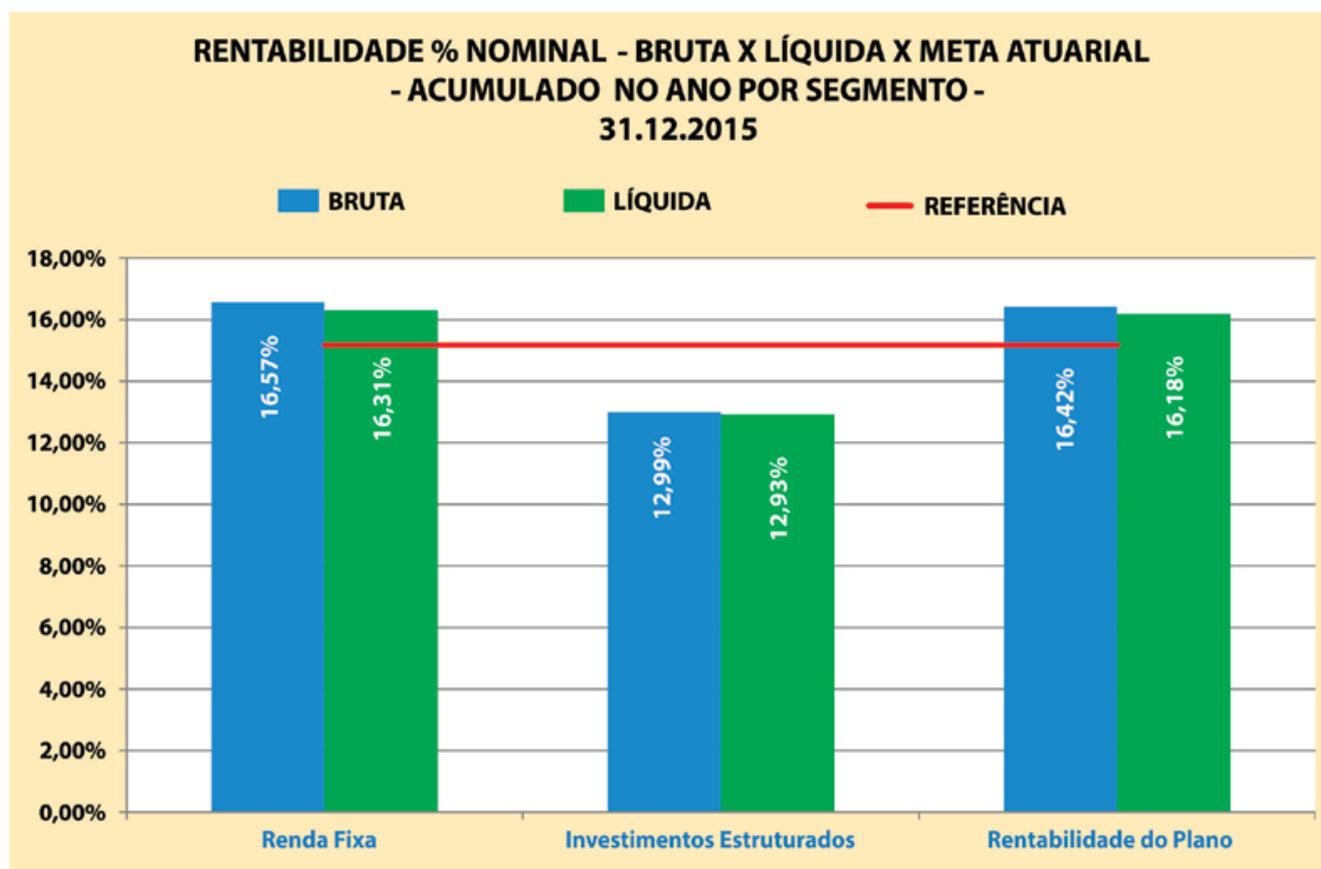
### 3.4. Rentabilidade Nominal Acumulada (Bruta x Líquida x Meta Atuarial) - Posição: 31.12.2014:

#### Avaliação consolidada do ano:

No decorrer do exercício de 2015, a rentabilidade nominal geral dos Investimentos atingiu 16,18% que descontada a taxa indicativa do período 15,17%, implica na obtenção de variação positiva de 1,01%.

RENTABILIDADE BRUTA X LÍQUIDA - PLANO II/CD - CODEPREV - ACUMULADA - %		
EXERCÍCIO DE 2015		
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE BRUTA	RENTABILIDADE LÍQUIDA
	NO ANO	NO ANO
RENDA FIXA	16,57%	16,31%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	12,99%	12,93%
RENTABILIDADE DO PLANO	16,42%	16,18%
TAXA INDICATIVA DO PLANO (*)	15,17%	15,17%
DIVERGÊNCIA S/TAXA INDICATIVA	1,25%	1,01%

(\*) - TAXA INDICATIVA DO PLANO : INPC + 3,50% a.a.



### 3.5. Detalhamento dos Investimentos

#### Alocação por ativos, Prazos Médios (Duration) e Riscos:

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO		
Art. 18	RENDA FIXA	21.477.156,41	100,00%	99,45%	100%	100%	100%	8,9	
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	21.477.156,41	100,00%	99,45%	100,00%	100,00%	100,00%	8,9	
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	21.477.156,41	100,00%	99,45%	-	-	-	8,9	Soberano
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	118.907,40	100,00%	0,55%	0%	20%	20%	-	
IV	Fundos de Investimento Multimercado	118.907,40	100,00%	0,55%	0,00%	10,00%	10,00%	-	
	SAGA SNAKE FIM	118.907,40	100,00%	0,55%				-	
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		21.596.063,81		100,00%				8,9	

Encerrado o ano de 2015, o Plano completa dois anos de atividade e gestão. Na condução da gestão financeira do plano para os dois primeiros anos de existência, devido

ao pequeno valor acumulado e as condições mercadológicas, não houve programação voltada à assunção de riscos de crédito e a volatilidade dos ativos bursáteis.



# Demonstrativos Contábeis

<b>BALANÇO PATRIMONIAL - Plano CODEPREV</b>					
Valores em R\$ mil					
<b>ATIVO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014 Anterior</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014 Anterior</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>28</b>	<b>20</b>
			Gestão Previdencial	25	20
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>22.403</b>	<b>10.528</b>	Investimentos	3	-
Gestão Previdencial	807	673			
			<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>22.375</b>	<b>10.522</b>
<b>Investimentos</b>	<b>21.596</b>	<b>9.855</b>	Patrimônio de Cobertura do Plano	20.202	9.411
Títulos Públicos	21.477	9.852	Provisões Matemáticas	<b>20.202</b>	<b>9.411</b>
Fundos de Investimento	119	3	Benefícios a Conceder	20.202	9.411
			<b>Fundos</b>	<b>2.173</b>	<b>1.111</b>
			Fundos Previdenciais	2.173	1.111
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>22.403</b>	<b>10.542</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>22.403</b>	<b>10.542</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20

<b>DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO</b>				
<b>Codeprev</b>				
Valores em R\$ mil				
<b>DESCRIÇÃO</b>		<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>		<b>10.522</b>	<b>1.671</b>	<b>529,74</b>
<b>1. Adições</b>		<b>12.278</b>	<b>9.127</b>	<b>34,51</b>
(+)	Contribuições	10.010	8.495	17,83
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.268	632	258,73
<b>2. Destinações</b>		<b>(425)</b>	<b>(276)</b>	<b>53,74</b>
(-)	Benefícios	(125)	(52)	141,65
(-)	Custeio Administrativo	(300)	(225)	33,50
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>		<b>11.853</b>	<b>8.851</b>	<b>33,91</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	10.791	7.954	35,67
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.062	897	18,34
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>		<b>22.375</b>	<b>10.522</b>	<b>112,65</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20



<b>DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO</b>			
<b>Codeprev</b>			
Valores em R\$ mil			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>1. Ativos</b>	<b>22.403</b>	<b>10.542</b>	<b>112,51</b>
Disponível	1	14	(96,32)
Recebível	807	673	19,83
Investimento	<b>21.596</b>	<b>9.855</b>	119,13
Títulos Públicos	21.477	9.852	117,99
Fundos de Investimento	119	3	4.100,49
<b>2. Obrigações</b>	<b>28</b>	<b>20</b>	<b>40,25</b>
Operacional	28	20	40,25
<b>5. Ativo Líquido (1-2)</b>	<b>22.375</b>	<b>10.522</b>	<b>112,65</b>
Provisões Matemáticas	20.202	9.411	114,67
Fundos Previdenciais	2.173	1.111	95,51

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS</b>			
<b>Codeprev</b>			
Valores em R\$ mil			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>Provisões Técnicas (1+2+3)</b>	<b>22.403</b>	<b>10.542</b>	<b>112,51</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>20.202</b>	<b>9.411</b>	<b>114,67</b>
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>20.202</b>	<b>9.411</b>	<b>114,67</b>
Contribuição Definida	<b>20.202</b>	<b>9.411</b>	<b>114,67</b>
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	9.974	4.673	113,42
Saldo de Contas - parcela participantes	10.228	4.737	115,91
<b>2. Fundos</b>	<b>2.173</b>	<b>1.111</b>	<b>95,51</b>
2.1. Fundos Previdenciais	2.173	1.111	95,51
<b>3. Exigível Operacional</b>	<b>28</b>	<b>20</b>	<b>40,25</b>
3.1. Gestão Previdencial	25	20	26,13
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3	-	100,00

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20



# Demonstrativo Atuarial

Anexo 2 ao JM/0320/2016 de 18/03/2016

## DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

### PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO

#### I. INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 20130008-47

CPF do atuário: 405.910.507/49

CNPJ da empresa de atuária:

30.020.036/0001-36

#### II. INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2015.

Data do Cadastro: 31/12/2015.

Data da Avaliação: 31/12/2015.

Observações: Tanto para os Benefícios de Contribuição Definida (Programados), quanto para os Benefícios de Risco, a atualização é pela variação das cotas.

#### III. DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio: 2

Patrocinadores e Instituidores:

CNPJ da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO:  
01.635.671/0001-91

CNPJ da CODEVASF: 00.399.857/0001-26

Participantes Ativos: 582.

Folha de Salário de Participação: \*1 13 ×  
R\$ 7.297.731,39 = R\$ 94.870.508,07

#### a) Seção das hipóteses atuariais:

##### a.1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 15,09%

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A variação do valor das cotas no ano de 2015, foi de 15,09%, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, à própria variação do valor das cotas, sendo que, pela natureza do Plano, não há divergência entre esperado e ocorrido no exercício encerrado.

Considerando que a rentabilidade média dos anos ficou acima da meta atuarial de

**Opinião do Atuário:** Por se tratar de Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, a Hipótese de Taxa Real Anual de Juros é de 0% ao ano, considerando como indexador a variação do valor das cotas, tanto para a atualização dos Benefícios Concedidos na modalidade de Contribuição Definida, quanto para a atualização dos Benefícios de Riscos a Conceder (na modalidade de Benefício Definido), avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

**Justificativa EFPC:** Efetivamente, conforme explicado pelo atuário, não há imperativo de rentabilidade no âmbito desse Plano.

##### a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

\*1: Corresponde a Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos a preços de 31/12/2015.

### **a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

### **a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

### **a.5) Hipótese: Rotatividade**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável por ter sido adotada a hipótese de rotatividade nula, merecendo destaque o apresentado na Opinião do Atuário.

**Opinião do Atuário:** Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo regime de Repartição Simples, está sendo adotada a Rotatividade Nula, ou seja, não está sendo adotada Rotatividade, o que não causa qualquer risco ou distorção nos resultados.

**Justificativa EFPC:** Efetivamente, conforme explicado pelo atuário, não causa qualquer risco ou distorção nos resultados a adoção de hipótese de Rotatividade Nula.

### **a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral**

Valor: " $q_x$  da AT-83 (masculina) agravada em 25%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,05.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 1,94 entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, mostra ser segura a adoção da Tábua de Mortalidade " $q_x$  da AT-83 (masculina) agravada em 25%", levando-se em consideração a natureza do Benefício pago por Morte do Participante Ativo e o quantitativo de participantes envolvidos nesse risco.

**Opinião do Atuário:** Por se tratar de benefício a ser pago pela ocorrência de morte do participante ativo e não em decorrência da sua sobrevivência, por conservadorismo, estamos indicando a manutenção, para esta D.A., da Tábua de Mortalidade Geral AT-83 (masculina) com o agravamento de 25%, de forma a dar continuidade para a cobertura de desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano. Ressaltamos que o saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), em 31/12/2015, foi de R\$ 2.125.965,80, sendo que, em 31/12/2014, esse saldo era de R\$ 1.101.890,32.

**Justificativa EFPC:** Com base nas colocações do atuário, nos posicionamos pela manutenção da Tábua Geral de Mortalidade " $q_x$  da AT-83 (masculina) com o agravamento de 25%", para avaliar o Benefício de Risco sob a forma de Benefício por Morte em Atividade.



### **a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

### **a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez**

Valor: "i<sub>x</sub> da LIGHT (MÉDIA) agravada em 25%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,24.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 3,32 entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, mostra ser segura a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez "ix da LIGHT (MÉDIA) agravada em 25%", levando-se em consideração a natureza do Benefício de Incapacidade para o Trabalho e o quantitativo de participantes envolvidos nesse risco.

**Opinião do Atuário:** Por se tratar de benefício a ser pago em consequência da Incapacidade para o Trabalho do participante ativo, por conservadorismo, estamos indicando a manutenção, para esta D.A., da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT-MÉDIA com o agravamento de 25%, de forma a dar continuidade para a cobertura de desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano. Ressaltamos que o saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), em 31/12/2015, foi de R\$ 2.125.965,80, sendo que, em 31/12/2014, esse saldo era de R\$ 1.101.890,32.

**Justificativa EFPC:** Com base nas colocações do atuário, nos posicionamos pela

adoção da Tábua de Entrada em Invalidez "i<sub>x</sub> da LIGHT MÉDIA com o agravamento de 25%", para avaliar o Benefício de Incapacidade para o Trabalho.

### **a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas**

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** Não Aplicável.

**Justificativa EFPC:** Não Aplicável.

### **a.10) Hipótese: Indexador do Plano**

Valor: Variação das Cotas

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não Aplicável.

**Opinião do Atuário:** Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, a rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

**Justificativa EFPC:** Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

### **b) Seção dos Benefícios:**

#### **b.1) Benefício: Aposentadoria sem ser por Incapacidade para o Trabalho**

Quantidade de benefícios concedidos: -

Valor médio do benefício: R\$ -

Idade média dos assistidos: -

#### **b.2) Benefício: Incapacidade para o Trabalho**

Quantidade de benefícios concedidos: -

Valor médio do benefício: R\$ -

Idade média dos assistidos: -

**b.3) Benefício: Por Morte de Participante Ativo**

Quantidade de benefícios concedidos: -

Valor médio do benefício: R\$ -

Idade média dos assistidos: -

**PMBC****CD**

Saldo de Conta dos Assistidos: R\$ -

**BD**

VABF Programados – Assistidos: R\$ -

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ -.

**PMBaC****CD**

Saldo de Contas - parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 9.973.606,98.

Saldo de Contas - parcela Participantes: R\$ 10.228.330,25.

**BD Capitalização Programado:**

VABF: R\$ -

VACF Patrocinadores: R\$ -

VACF Participantes: R\$ -

**BD Capitalização Não Programado:**

VABF: R\$ -

VACF Patrocinadores: R\$ -

VACF Participantes: R\$ -

**Custo do Ano** $\% \text{ Custo Normal Puro }^{(*)} \times (13 \times \text{Folha de Salário dos participantes em 31/12/2015})$  $11,04\% \times (13 \times \text{R\$ } 7.297.731,39) = \text{R\$ } 10.473.704,09.$ **c) Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:****Déficit Equacionado**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

**Serviço Passado**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

**Outras Finalidades:**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

**d) Seção do Patrimônio de Cobertura:**

Patrimônio de Cobertura: R\$ 20.201.937,23

Insuficiência de Cobertura: -

**e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:****e.1) Fundo Patronal Não Comprometido:****Finalidade:** O Fundo Patronal Não Comprometido guarda relação com a perda da condição de participante do Plano, deixando disponíveis recursos que não mais serão passíveis de alocação na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador. Caso necessário, o Plano

(\*): Exclui Sobrecarga Administrativa e inclui Benefícios de Risco.



de Custeio Atuarial destinará, parcial ou totalmente, o saldo existente no Fundo Patronal não Comprometido para participar do custeio dos benefícios do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco.

**Fonte de Custeio:**

i) Saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Coletiva de Contribuição Patronal a Apropriar em razão de não mais serem alocáveis à Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador; e

ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, compatíveis com a natureza desse Fundo e previstos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 37.448,30

Recursos Utilizados no Exercício: -  
Saldo: R\$ 46.958,20

**e.2) Fundo Coletivo de Benefícios de Risco:**

**Finalidade:** O Fundo Coletivo de Benefícios de Risco, face à Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 08/09/2011, assumiu as funções da "Provisão Matemática Coletiva de Benefícios de Risco a Conceder", definidos no Regulamento do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, guardando relação com as oscilações nos níveis de sinistralidades dos Benefícios de Risco.

**Fonte de Custeio:**

i) Saldo, devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, realizadas pelos Participantes Ativos Normais e pelos Patrocinadores, incluindo as realizadas por Participantes na condição de Autopatrocinados e pelos Participantes Ativos, bem como por todos aqueles que contribuem para o custeio desses benefícios; e

ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, previstos no Plano de Custeio,

compatíveis com a natureza desse Fundo e estabelecidos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 1.024.075,48

Recursos Utilizados no Exercício: -  
Saldo: R\$ 2.125.965,80

**f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:**

Patrocinador: -  
Participantes Ativos: -  
Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -  
Resultado negativo do exercício: R\$ -  
Déficit Técnico: R\$ -  
Reserva de Contingência: R\$ -  
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -

**IV. PLANO DE CUSTEIO:**

- 1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:  
% Contribuição Normal do Patrocinador  
 $\times (13 \times \text{Folha de Salário dos Participantes Ativos em 31/12/2015})$   
 $5,56\% \times (13 \times \text{R\$ } 7.297.731,39) = \text{R\$ } 5.274.800,25$
- 2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit: -
- 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - serviço passado: -
- 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes - Outras Finalidades: -
- 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:  
% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo  $\times (13 \times \text{Folha de Salário dos Participantes Ativos em 31/12/2015})$ .  
 $5,56\% \times (13 \times \text{R\$ } 7.297.731,39) = \text{R\$ } 5.274.800,25$
- 6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit: -
- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado: -

- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades: -
- 9) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit: -
- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado: -
- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades: -
- 12) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -
- 13) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -

16) Início de vigência do plano de custeio: 1º de junho de 2016.

## V. PARECER ATUARIAL:

### V.1. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fundação São Francisco, resultou no custo total de 11,38%, conforme abaixo descrito:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	9,44%	9,68%
INCAPACIDADE PARA O TRABALHO	-%	-%
POR MORTE DE PARTICIPANTE ATIVO/ASSISTIDO	-%	-%
	-%	-%
Benefício POR MORTE / Incapacidade para o trabalho <sup>(*1)</sup>	1,09%	1,11%
RESGATES	-%	-%
OUTROS BENEFÍCIOS	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	<b>10,53%</b>	<b>10,79%</b>
	-%	-%
	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO <sup>(*2)</sup>	0,33%	0,33%
SUB-TOTAL (2)	<b>0,33%</b>	<b>0,33%</b>
TOTAL (1)+(2)	<b>10,86%</b>	<b>11,12%</b>

(\*1) Custo igual a 10,00% do Custo Total Carregado (que inclui sobrecarga para o Custeio Administrativo), ou seja: 10,00% de 11,12% = 1,11%.

(\*2) 3,00% do Custo Total Carregado (que inclui sobrecarga para o Custeio Administrativo), ou seja: 3,00% de 11,12% = 0,33%.

**NOTA:** Na Avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos participantes ativos é de 42 anos.



2) O custo total reavaliado de 11,38% será custeado, no exercício de 2016, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano

de Benefícios II da Fundação São Francisco, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	5,43%	5,56%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*1)	5,43%	5,56%
<b>Sub-total</b>	<b>10,86%</b>	<b>11,12%</b>
Custo Suplementar	-%	-%
<b>Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):</b>	<b>10,86%</b>	<b>11,12%</b>
<b>Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:</b>		
Aposentados (*3)	1,5%	1,5%
Pensionistas (*3)	1,5%	1,5%

(\*1) Inclui a contribuição destinada ao custeio administrativo, de responsabilidade paritária dos participantes ativos e do Patrocinador.

(\*3) A totalidade da contribuição dos participantes assistidos e dos pensionistas assistidos se destina ao Custeio Administrativo.

## V.2. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Valores em R\$

Referência	31/12/2014	31/12/2015	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ -	-	-
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 9.410.607,19	R\$ 20.201.937,23	114,67%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 9.410.607,19	R\$ 20.201.937,23	114,67%

## V.3. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) O Plano de Benefícios II (Plano Misto) da Fundação São Francisco é um Plano enquadrado na definição de Contribuição Definida adotada pela PREVIC, já que os benefícios programados são na modalidade de contribuição definida e os benefícios de risco são na modalidade de benefício definido, merecendo destaque que todos os benefícios, a partir da sua concessão, são pagos na modalidade de contribuição definida.

2) Os custos dos Benefícios de Incapacidade para o Trabalho e por Morte em Atividade do Plano de Benefícios II (Plano Misto) foram avaliados de forma conservadora, incluindo agravamento desses custos em 25%, de forma a dar cobertura a desvios de sinistralidades que possam vir a ocorrer principalmente nos primeiros anos de vigência do Plano.

3) O Plano de Custeio em vigor, desde o início da vigência desse Plano, é o seguinte:

**i) Contribuição Carregada (incluindo sobrecarga para o Custeio Administrativo) dos Participantes Ativos (Normal e Especial):**

- A% do Salário Real de Contribuição, sendo  $A\% = 2\%$  ou  $3\%$  ou  $4\%$  ou  $5\%$  ou  $6\%$  ou  $7\%$  ou  $8\%$  por escolha do Participante Ativo.

As destinações dessa Contribuição Carregada são as seguintes:

- 3% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio Administrativo, tanto no caso do Participante Ativo Normal, quanto no caso do Participante Ativo Especial.
- 10,00% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio dos Benefícios de Risco dos Participantes Ativos Normais; e 0,0000% da Contribuição Carregada se destina ao Custeio dos Benefícios de Risco dos Participantes Ativos Especiais (já que eles não fazem jus aos Benefícios de Risco);
- $87,00\% = 100\% - 3\% - 10,00\%$  da Contribuição Carregada dos Participantes Ativos Normais se destina ao Custeio dos Benefícios Programados; e
- $97,00\% = 100\% - 3\%$  da Contribuição Carregada dos Participantes Ativos Especiais se destina ao Custeio dos Benefícios Programados.

**ii) Contribuição Carregada (incluindo sobrecarga para o Custeio Administrativo) das Patrocinadoras:**

- Paritária com a Contribuição Carregada de cada Participante Ativo Normal ou Es-

pecial, inclusive nas respectivas aberturas para Custeio Administrativo, Custeio dos Benefícios de Risco e Custeio dos Benefícios Programados.

**iii) Contribuição dos Assistidos (Participantes e Pensionistas):**

- 1,5% do valor do benefício recebido do Plano.

**NOTA:** O Custeio Administrativo será complementado por uma parcela dos retornos dos investimentos, definida no respectivo Programa de Gestão Administrativa (PGA).

4) Destaca-se que em relação a massa utilizada, observamos as seguintes estatísticas:

- 200 são do sexo feminino;
- 382 são do sexo masculino;
- R\$ 12.582,30 é o salário de participação médio; e
- R\$ 7.297.731,39 é a folha de salário de participação.

**V.4. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:**

1) Os dados cadastrais que nos foram enviados pela Fundação São Francisco, foram objeto de análise de consistência, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial, refletida nesta D.A..

**V.5. Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:**

Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

**V.6. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:**

Pela natureza do Plano de Benefícios II da Fundação São Francisco ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

**V.7. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:**

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco a Conceder, pagos na forma de Benefício, por Morte em Atividade ou por Incapaci-

dade para o trabalho, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo regime de repartição simples. Quanto aos demais benefícios, por serem concebidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2016

**José Roberto Montello**  
**Atuário MIBA 426**

## 4. Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa da SÃO FRANCISCO tem por finalidade assegurar a gestão dos planos de benefícios e é contabilizado de forma totalmente separada dos planos. Foi criado pela Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, sendo que seu regulamento foi aprovado pelo Conselho deliberativo da SÃO FRANCISCO em 18/02/2009. Em 2015 as receitas e despesas do PGA constam dos quadros a seguir.

### 4.1. Recursos recebidos

As fontes de custeio do PGA preconizadas no regulamento do Plano de Gestão Administrativa são as seguintes: a) taxa de carregamento sobre as contribuições normais das patrocinadoras, participantes e pensionistas; b) resultado dos investimentos para cobertura exclusiva das despesas de gestão dos investimentos; c) remuneração dos recursos disponíveis no Fundo Administrativo; d) taxa de administração na concessão de empréstimos.

Os recursos recebidos dessas fontes no exercício de 2015 totalizaram **R\$ 6.386.849,42**, demonstrados no quadro abaixo:

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS PARA CUSTEIO DO PGA			
FONTES DE CUSTEIO	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO NO ANO (%)
1 - Plano de Benefícios I	4.294.927,32	4.001.383,48	7,34
2 - Plano de Benefícios II	334.390,52	215.442,20	55,21
3 - Sub-total (1 + 2)	4.629.317,84	4.216.825,68	9,78
4 - Rendimento do Investimento do PGA	1.757.531,58	1.930.205,82	-8,95
<b>5 - Total</b>	<b>6.386.849,42</b>	<b>6.147.031,50</b>	<b>3,90</b>

### 4.2. Despesas Realizadas

A despesa orçada para o exercício foi de **R\$ 6.036.265,79**, no entanto sua execução totalizou **R\$ 6.260.172,51**, que corresponde a 3,71% acima do valor orçado. Comparando com a receita do exercício que foi de **R\$ 6.386.849,42**, a despesa verificou-se menor em R\$ 126.676,91.

As despesas administrativas Previdencial e de Investimentos estão demonstradas no quadro a seguir.

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>3.580.399,68</b>
Pessoal e Encargos	2.363.052,17
Treinamentos/Congressos e Seminários	31.258,53
Viagens e Estadias	21.380,62
Serviços de Terceiros	682.698,27
Despesas Gerais	246.726,25
Depreciações e Amortizações	51.926,44
Tributos	183.357,40
<b>GESTÃO INVESTIMENTOS</b>	<b>2.679.772,83</b>
Pessoal e Encargos	1.606.276,92
Treinamentos/Congressos e Seminários	11.685,36
Viagens e Estadias	12.427,37
Serviços de Terceiros	624.368,74
Despesas Gerais	240.926,43
Depreciações e Amortizações	51.664,59
Tributos	132.423,42
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>6.260.172,51</b>



Dos itens componentes das despesas, “**pessoal e encargos**” e “**serviços de terceiros**” foram os mais relevantes, representando, respectivamente, 64,26% e 21,16% da despesa.

Para atender a IN 13, Artigo 2º, Inciso V, da Previc, foi elaborado o quadro abaixo, contendo os destaques assinalados no referido instrumento.

<b>GASTOS ADMINISTRATIVOS TOTAIS CONSOLIDADOS</b>			
<b>In Previc 13, Art. 2º, Inciso V</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2015 R\$</b>	<b>2014 R\$</b>	<b>VARIAÇÃO NO ANO (%)</b>
<b>DESPESAS (1+2+3+4+5+6+7)</b>	<b>6.177.360,36</b>	<b>5.723.224,11</b>	<b>7,93</b>
<b>1 - DIRETORIA</b>	<b>1.220.466,14</b>	<b>1.134.759,48</b>	<b>7,55</b>
<b>2 - PESSOAL PRÓPRIO</b>	<b>2.748.862,95</b>	<b>2.452.045,36</b>	<b>12,10</b>
<b>3 - TREINAMENTOS/CONGRESSOS</b>	<b>42.943,89</b>	<b>117.967,25</b>	<b>-63,60</b>
<b>4 - SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.303.137,85</b>	<b>1.178.971,04</b>	<b>10,53</b>
4.1 - Consultoria Atuarial	201.208,06	186.449,66	7,92
4.2 - Consultoria Jurídica	412.068,83	342.086,11	20,46
4.3 - Recursos Humanos	2.692,12	5.734,73	-53,06
4.4 - Informática	404.410,15	347.954,60	16,22
4.5 - Auditoria Contábil	18.000,00	14.118,46	27,49
4.6 - Consultoria de Investimentos	53.439,79	53.483,66	-0,08
4.7 - Custódia	184.840,42	187.256,23	-1,29
4.8 - Administração de Imóveis	26.478,48	41.887,59	-36,79
<b>5- DESPESAS GERAIS</b>	<b>442.577,68</b>	<b>412.911,50</b>	<b>7,18</b>
<b>6- DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO</b>	<b>103.591,03</b>	<b>140.230,74</b>	<b>-26,13</b>
<b>7- TRIBUTOS</b>	<b>315.780,82</b>	<b>286.338,74</b>	<b>10,28</b>

Os quadros abaixo apresentam a despesa administrativa segregada por plano de benefício. Os valores foram distribuídos com base em critérios técnicos, consoante nas Diretrizes Orçamentárias aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

<b>GASTOS TOTAIS ADMINISTRATIVOS SUPORTADOS PELO PLANO DE BENEFÍCIOS I</b>			
<b>In Previc 13, Art. 2º, Inciso V</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2015 R\$</b>	<b>2014 R\$</b>	<b>VARIAÇÃO NO ANO (%)</b>
<b>DESPESAS (1+2+3+4+5+6+7)</b>	<b>5.848.133,78</b>	<b>5.507.781,91</b>	<b>6,18</b>
<b>1 - DIRETORIA</b>	<b>1.018.507,67</b>	<b>1.130.655,99</b>	<b>-9,92</b>
<b>2 - PESSOAL PRÓPRIO</b>	<b>2.648.575,98</b>	<b>2.359.385,87</b>	<b>12,26</b>
<b>3 - TREINAMENTOS/CONGRESSOS</b>	<b>42.317,45</b>	<b>112.378,92</b>	<b>-62,34</b>
<b>4 - SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>1.289.526,19</b>	<b>1.075.143,87</b>	<b>19,94</b>
4.1 - Consultoria Atuarial	198.189,93	156.589,54	26,57
4.2 - Consultoria Jurídica	406.850,09	287.803,58	41,36
4.3 - Recursos Humanos	2.692,12	5.734,73	-53,06
4.4 - Informática	399.035,36	328.270,08	21,56
4.5 - Auditoria Contábil	18.000,00	14.118,46	27,49
4.6 - Consultoria de Investimentos	53.439,79	53.483,66	-0,08
4.7 - Custódia	184.840,42	187.256,23	-1,29
4.8 - Administração de Imóveis	26.478,48	41.887,59	-36,79
<b>5- DESPESAS GERAIS</b>	<b>436.111,03</b>	<b>409.407,60</b>	<b>6,52</b>
<b>6- DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO</b>	<b>102.039,01</b>	<b>139.091,28</b>	<b>-26,64</b>
<b>7- TRIBUTOS</b>	<b>311.056,45</b>	<b>281.718,38</b>	<b>10,41</b>

GASTOS TOTAIS ADMINISTRATIVOS SUPORTADOS PELO PLANO CODEPREV			
In Previc 13, Art. 2º, Inciso V			
DESCRIÇÃO	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO NO ANO (%)
<b>DESPESAS (1+2+3+4+5+6+7)</b>	<b>329.226,58</b>	<b>215.442,20</b>	<b>52,81</b>
<b>1 - DIRETORIA</b>	<b>201.958,47</b>	<b>4.103,49</b>	<b>4821,63</b>
<b>2 - PESSOAL PRÓPRIO</b>	<b>100.286,97</b>	<b>92.659,49</b>	<b>8,23</b>
<b>3 - TREINAMENTOS/CONGRESSOS</b>	<b>626,44</b>	<b>5.588,33</b>	<b>-88,79</b>
<b>4 - SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>	<b>13.611,66</b>	<b>103.827,17</b>	<b>-86,89</b>
4.1 - Consultoria Atuarial	3.018,13	29.860,12	-89,89
4.2 - Consultoria Jurídica	5.218,74	54.282,53	-90,39
4.3 - Informática	5.374,79	19.684,52	-72,70
<b>5- DESPESAS GERAIS</b>	<b>6.466,65</b>	<b>3.503,90</b>	<b>84,56</b>
<b>6- DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO</b>	<b>1.552,02</b>	<b>1.139,46</b>	<b>36,21</b>
<b>7- TRIBUTOS</b>	<b>4.724,37</b>	<b>4.620,36</b>	<b>2,25</b>

#### 4.3. Limites de Custeio das despesas administrativas

Os limites para custeio das despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar estão estabelecidos na Resolução CGPC nº 29/2009, que *dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar*, e são os seguintes: a) 9% da soma das receitas e despesas previdenciais (taxa de carregamento) ou b) 1% dos recursos garantidores (taxa de administração). Para o exercício de 2015, o limite definido pelo Conselho Deliberativo, quando da aprovação do orçamento, foi o da **taxa de carregamento**.

O total do custeio transferido dos planos para o PGA foi de R\$ 4.629.317,84 correspondendo a 5,51% do total dos Recursos Previdenciais, quando seu limite legal é de no máximo 9%.

Ainda sobre o custeio acima, deve-se observar seu comportamento frente ao realizável o qual foi de 0,83%. Portanto, inferior ao limite imposto pela Resolução/CGPC/ nº 29, de 31 de agosto de 2009, que determinou o máximo de 1% para a taxa de administração.

#### 4.4. Demonstração dos gastos administrativos incorridos com a gestão de investimentos

GASTOS ADMINISTRATIVOS DE INVESTIMENTOS – PLANO DE BENEFÍCIOS I			
In Previc 13, Art. 2º, Inciso V			
DESCRIÇÃO	2015 R\$	2014 R\$	VARIAÇÃO NO ANO (%)
<b>GESTÃO PRÓPRIA (1+2)</b>	<b>2.197.297,10</b>	<b>2.075.207,53</b>	<b>5,88</b>
<b>1 - PESSOAL</b>	<b>1.584.393,46</b>	<b>1.541.756,33</b>	<b>2,77</b>
1.1 - Dirigentes	278.636,98	303.333,54	-8,14
1.2 - Colaboradores	1.305.756,48	1.238.422,79	5,44
<b>2 - TERCEIROS</b>	<b>612.903,64</b>	<b>533.451,20</b>	<b>14,89</b>
2.1 - Consultoria dos investimentos	53.439,79	10.812,30	394,25
2.2 - Consultoria Jurídica	130.407,76	61.652,67	111,52
2.3 - Recursos Humanos	1.346,06	2.867,37	-53,06
2.4 - Informática	216.391,13	189.393,70	14,25
2.5 - Administração de Imóveis	26.478,48	36.796,02	-28,04
2.6 - Outros	184.840,42	231.929,14	-20,30
2.6.1 - Custódia	184.840,42	193.229,96	-4,34
2.6.2 - Outros	-	38.699,18	-100,00



**GASTOS ADMINISTRATIVOS DE INVESTIMENTOS – CODEPREV**  
In Previc 13, Art. 2º, Inciso V

DESCRIÇÃO	2015 R\$
<b>GESTÃO PRÓPRIA (1+2)</b>	<b>28.627,40</b>
<b>1 - PESSOAL</b>	<b>21.883,46</b>
1.1 - Dirigentes	4.239,24
1.2 - Colaboradores	17.644,22
<b>2 - TERCEIROS</b>	<b>6.743,94</b>
2.1 - Consultoria Jurídica	824,21
2.2 - Informática	2.593,37
2.3 - Outros	3.326,36

**4.5. Enquadramento dos Investimentos**  
- **Posição: 31.12.2014 x 31.12.2015**

O Enquadramento Legal dos Recursos estabelecido pela Resolução Nº 3.792-CMN, de 24.09.2009 dividiu os investimentos em Segmento de Alocações onde podem ser aplicados os recursos dos planos de benefícios, sendo eles os seguintes:

- **Renda Fixa:** ativos originados em instrumentos oriundos de dívidas;
- **Renda Variável:** ativos originados no capital corporativo;
- **Investimentos Estruturados:** ativos oriundos de engenharia financeira, estratégias complexas e operações imobiliárias;
- **Investimentos no Exterior:** ativos negociados nos mercados externos;
- **Imóveis:** ativos constituídos por construções e edificações, nos imóveis de

uso o grupo de registro contábil deve ser no imobilizado, e

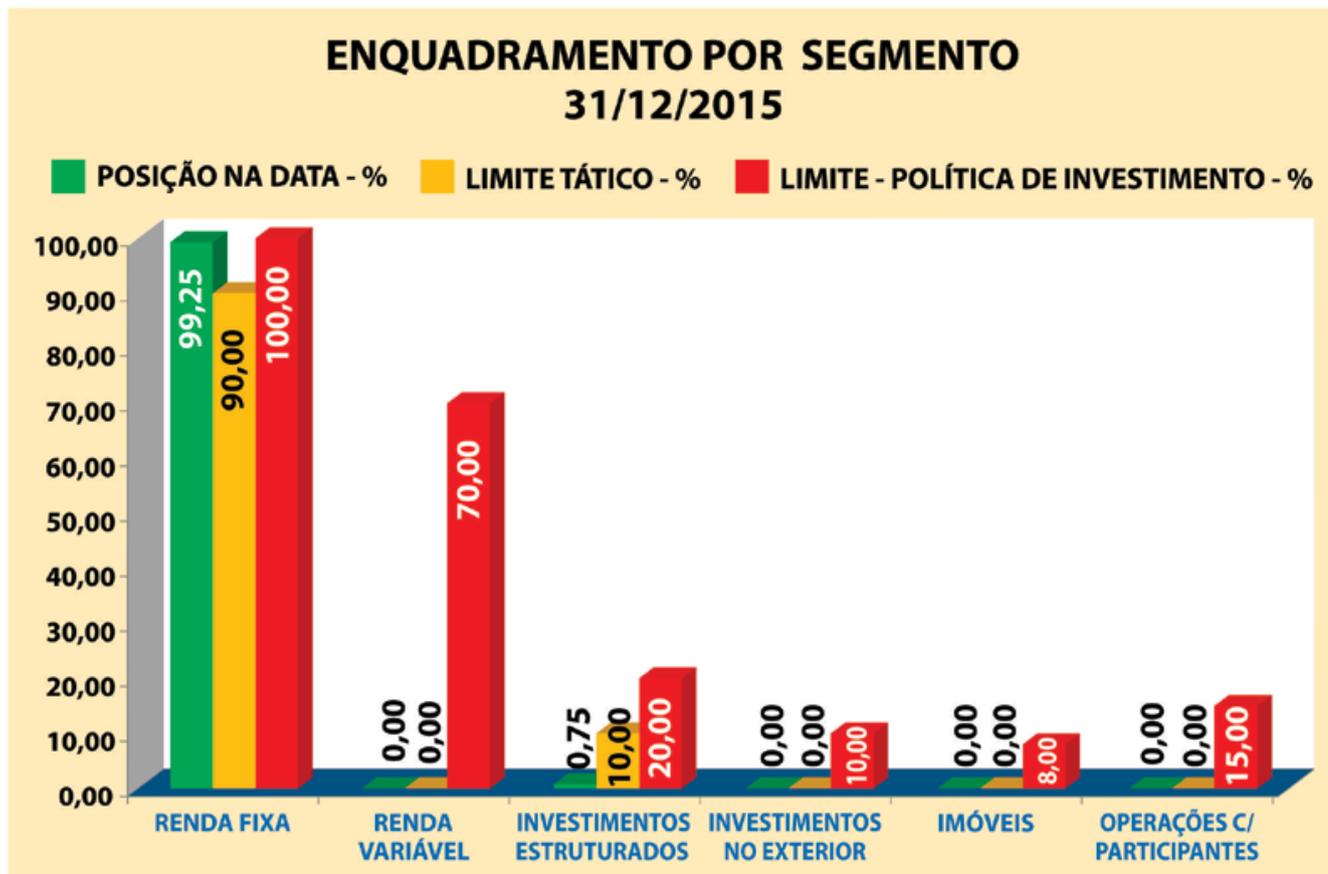
- **Operações com Participantes:** empréstimos e financiamentos em contratos de mútuo.

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa de Referência do Plano” (INPC+5,50%), bem assim, com riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos “**Segmentos de Renda Fixa**” e “**Investimentos Estruturados**”, encontrando-se no encerramento do 4º Trimestre de 2015, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2015/2019, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

**Enquadramento por Segmento:**

COMPARATIVO COM BASE EM 31/12/2014 X 31/12/2015					
Segmentos	Dezembro de 2014		Dezembro de 2015		Limites Táticos na Política de Investimento MÁXIMO - %
	Valor em R\$	% de Alocação	Valor em R\$	% de Alocação	
Renda Fixa	10.446.853,83	94,75	11.185.691,96	99,25	90,00
Investimentos Estruturados	578.415,85	5,25	84.470,25	0,75	10,00
<b>Total Investido</b>	<b>11.025.269,68</b>	<b>100,00</b>	<b>11.270.162,21</b>	<b>100,00</b>	-
(+) Disponível	83.855,16	-	10.258,23	-	-
<b>Total dos Recursos - R\$ -</b>	<b>11.109.124,84</b>	-	<b>11.280.420,44</b>	-	-

Os Investimentos acumularam em 2015 o valor total de R\$ 11.270.162,21 contra R\$ 11.025.269,68 em dezembro de 2014, registrando um crescimento nominal no período de 2,22%.



#### 4.6. Rentabilidade Nominal Acumulada (Bruta x Líquida x Meta Atuarial) - Posição: 31.12.2014:

##### Avaliação consolidada do ano:

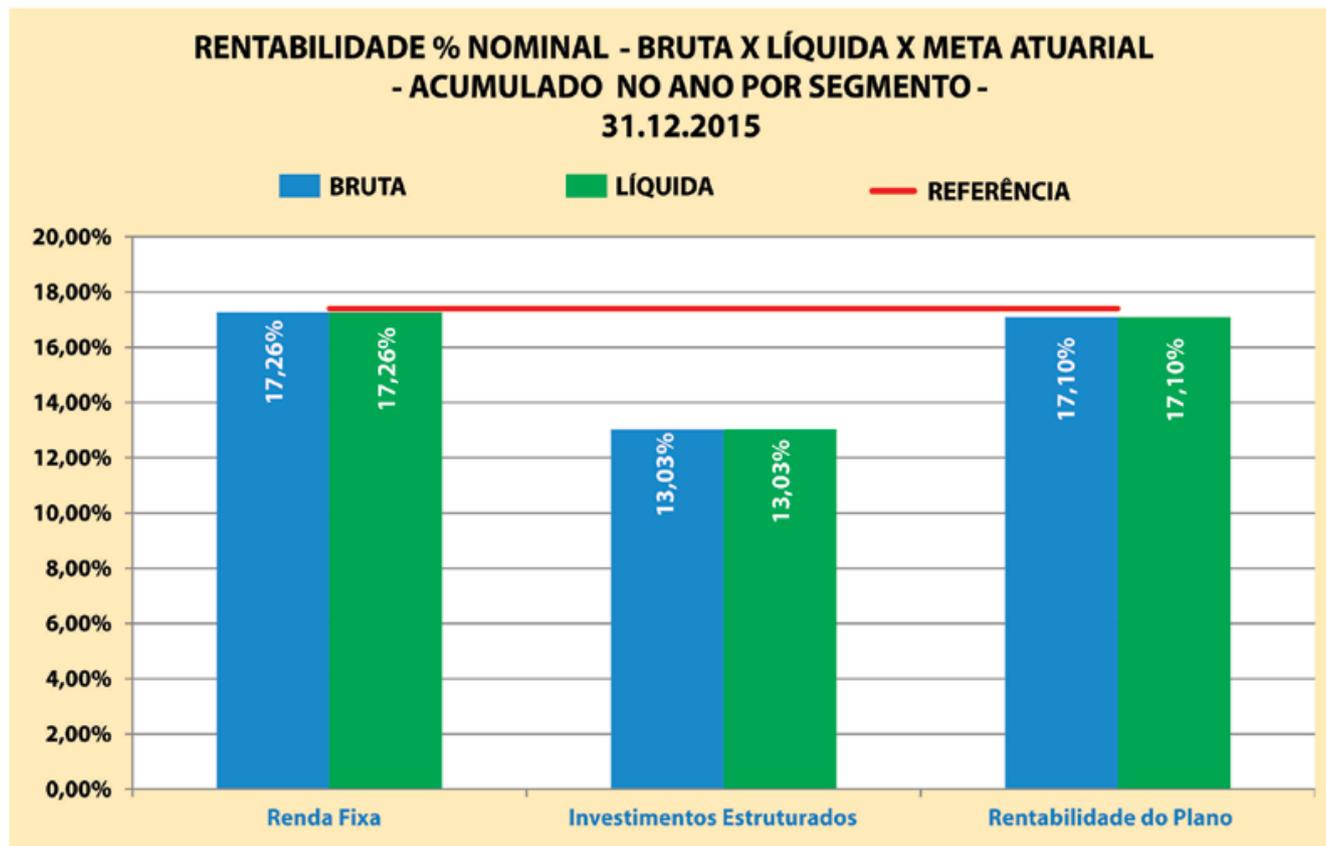
A rentabilidade nominal acumulada de 17,10% que descontada a “Taxa de Referência” (INPC sem defazagem+5,50% a.a.) 17,40%, acumula no encerramento de 2015 resultado de 0,30% menor.

RENTABILIDADE BRUTA X LÍQUIDA - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA - ACUMULADA - %		
EXERCÍCIO DE 2015		
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	RENTABILIDADE BRUTA	RENTABILIDADE LÍQUIDA
	NO ANO	NO ANO
RENDA FIXA	17,26%	17,26%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	13,03%	13,03%
RENTABILIDADE DO PLANO	17,10%	17,10%
TAXA DE REFERÊNCIA (*)	17,40%	17,40%
DIVERGÊNCIA S/TAXA DE REFERÊNCIA	(0,30%)	(0,30%)

(\*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,50% a.a.



**Observações:** O imóvel situado nos 8º e 9º andar do edifício Central Brasília não são apresentados no quadro tendo em vista tratar-se de imóveis de uso próprio, não destinados a renda.



#### 4.7. Detalhamento dos Investimentos

##### Alocação por ativos, Prazos Médios (Duration) e Riscos:

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA				DURATION	RATING
			ALOCÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO	CONCENTRAÇÃO EMISSÃO		
Art. 18	RENDA FIXA	11.185.691,96	100,00%	99,25%	100%	100%	100%		11,6	
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	11.185.691,96	100,00%	99,25%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	11,6	
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	11.185.691,96	100,00%	99,25%	-	-	-	100,00%	11,6	Soberano
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	84.470,25	100,00%	0,75%	0%	20%	20%		-	
IV	Fundos de Investimento Multimercado	84.470,25	100,00%	0,75%	0,00%	10,00%	10,00%		-	
	SAGA SNAKE FIM	84.470,25	100,00%	0,75%					-	
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.270.162,21		100,00%					11,6	

# Demonstrativos Contábeis

<b>BALANÇO PATRIMONIAL - PGA</b>					
Valores em R\$ mil					
<b>ATIVO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014 Anterior</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014 Anterior</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>10</b>	<b>84</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>504</b>	<b>480</b>
			Gestão Administrativa	504	480
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>15.157</b>	<b>14.681</b>			
Gestão Administrativa	3.887	3.656			
<b>Investimentos</b>	<b>11.270</b>	<b>11.025</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>4.774</b>	<b>4.568</b>
Títulos Públicos	11.186	10.447	Gestão Administrativa	4.774	4.568
Fundos de Investimento	84	578			
			<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>13.067</b>	<b>12.941</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>3.179</b>	<b>3.225</b>			
Imobilizado	3.146	3.221	<b>FUNDOS</b>	<b>13.067</b>	<b>12.941</b>
Diferido	33	4	Fundos Administrativos	13.067	12.941
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>18.346</b>	<b>17.989</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>18.346</b>	<b>17.989</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20



<b>DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>			
<b>Constituição/Reversão do Fundo Administrativo</b>			
Valores em R\$ mil			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>12.941</b>	<b>12.575</b>	<b>2,91</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>6.387</b>	<b>6.147</b>	<b>3,90</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>6.387</b>	<b>6.147</b>	<b>3,90</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.919	1.781	7,70
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.680	2.399	11,71
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	31	37	(15,24)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.758	1.930	(8,95)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>6.260</b>	<b>5.472</b>	<b>14,40</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>3.580</b>	<b>3.048</b>	<b>17,47</b>
Pessoal e encargos	2.363	2.045	15,55
Treinamentos/congressos e seminários	31	20	55,56
Viagens e estadias	21	54	(60,43)
Serviços de terceiros	683	646	5,76
Despesas gerais	246	180	36,22
Depreciações e amortizações	52	68	(23,87)
Tributos	183	26	617,19
Despesas Específicas	1	9	(88,24)
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>2.680</b>	<b>2.424</b>	<b>10,54</b>
Pessoal e encargos	1.606	1.542	4,18
Treinamentos/congressos e seminários	12	16	(28,07)
Viagens e estadias	12	28	(54,96)
Serviços de terceiros	599	533	12,36
Despesas gerais	197	188	4,51
Depreciações e amortizações	52	72	(28,27)
Tributos	132	10	1.269,71
Despesas Específicas	69	35	97,14
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>309</b>	<b>(100,00)</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>127</b>	<b>366</b>	<b>(65,40)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>127</b>	<b>366</b>	<b>(65,40)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>13.067</b>	<b>12.941</b>	<b>0,98</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF - 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20



<b>DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>			
<b>Constituição/Reversão do Fundo Administrativo</b>			
<b>Plano de Benefício I</b>			
Valores em R\$ mil			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>12.941</b>	<b>12.575</b>	<b>2,91</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>6.052</b>	<b>5.932</b>	<b>2,04</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>6.052</b>	<b>5.932</b>	<b>2,04</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.619	1.566	3,36
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.645	2.399	10,27
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	31	37	(15,24)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.758	1.930	(8,95)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>5.926</b>	<b>5.257</b>	<b>12,73</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>3.281</b>	<b>2.833</b>	<b>15,82</b>
Pessoal e encargos	2.083	1.948	6,90
Treinamentos/congressos e seminários	31	18	71,80
Viagens e estadias	21	51	(58,45)
Serviços de terceiros	672	542	24,11
Despesas gerais	242	177	36,74
Depreciações e amortizações	51	67	(23,74)
Tributos	181	21	762,26
Despesas Específicas - TAFIC	-	9	(100,00)
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>2.645</b>	<b>2.424</b>	<b>9,12</b>
Pessoal e encargos	1.584	1.542	2,77
Treinamentos/congressos e seminários	12	16	(29,04)
Viagens e estadias	12	28	(55,64)
Serviços de terceiros	593	533	11,09
Despesas gerais	194	188	3,02
Depreciações e amortizações	51	72	(29,34)
Tributos	130	10	1.249,29
Despesas Específicas - TAFIC	69	35	97,14
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>309</b>	<b>(100,00)</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>127</b>	<b>366</b>	<b>(65,40)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>127</b>	<b>366</b>	<b>(65,40)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>13.067</b>	<b>12.941</b>	<b>0,98</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20



<b>DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>			
<b>Constituição/Reversão do Fundo Administrativo</b>			
<b>Plano de Benefício II - Codeprev</b>			
Valores em R\$ mil			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Exercício 2015</b>	<b>Exercício 2014</b>	<b>Variação (%)</b>
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	-	-	-
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>334</b>	<b>215</b>	<b>55,21</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>334</b>	<b>215</b>	<b>55,21</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	300	215	39,19
Custeio Administrativo dos Investimentos	35	-	100,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>334</b>	<b>215</b>	<b>55,21</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>300</b>	<b>215</b>	<b>39,19</b>
Pessoal e encargos	280	97	189,74
Treinamentos/congressos e seminários	0	2	(78,41)
Viagens e estadias	0	3	(89,82)
Serviços de terceiros	10	104	(89,96)
Despesas gerais	4	3	9,11
Depreciações e amortizações	1	1	(31,64)
Tributos	3	5	(40,47)
Despesas Específicas - TAFIC	1	0	667,86
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
Pessoal e encargos	22	-	100,00
Treinamentos/congressos e seminários	0	-	100,00
Viagens e estadias	0	-	100,00
Serviços de terceiros	7	-	100,00
Despesas gerais	3	-	100,00
Depreciações e amortizações	1	-	100,00
Tributos	2	-	100,00
<b>3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20

## 5. Documentos Comuns aos Planos

BALANÇO PATRIMONIAL - Consolidado					
Valores em R\$ mil					
ATIVO	Exercício 2015	Exercício 2014 Anterior	PASSIVO	Exercício 2015	Exercício 2014 Anterior
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>13</b>	<b>136</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>21.765</b>	<b>12.620</b>
			Gestão Previdencial	21.246	12.114
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>566.310</b>	<b>513.822</b>	Gestão Administrativa	504	480
Gestão Previdencial	3.233	2.831	Investimentos	15	25
Gestão Administrativa	3.527	3.316			
<b>Investimentos</b>	<b>559.550</b>	<b>507.675</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>5.508</b>	<b>5.478</b>
Títulos Públicos	301.500	228.597	Gestão Previdencial	-	177
Créditos Privados e Depósitos	96.087	106.709	Gestão Administrativa	4.774	4.568
Fundos de Investimento	148.577	157.829	Investimentos	733	733
Investimentos Imobiliários	7.237	7.366			
Empréstimos e Financiamentos	5.669	6.694	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>542.230</b>	<b>499.084</b>
Depos.Jud. Recursais	480	480	Patrimônio de Cobertura do Plano	525.018	483.010
			Provisões Matemáticas	<b>531.077</b>	<b>503.583</b>
			Benefícios Concedidos	318.609	359.867
			Benefícios a Conceder	212.467	302.169
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(158.453)
<b>PERMANENTE</b>	<b>3.179</b>	<b>3.225</b>	Equilíbrio Técnico	(6.058)	(20.573)
Imobilizado	3.146	3.221	Resultados Realizados	(6.058)	(20.573)
Diferido	33	4	(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.058)	(20.573)
			<b>Fundos</b>	<b>17.212</b>	<b>16.075</b>
			Fundos Previdenciais	2.173	1.111
			Fundos Administrativos	13.067	12.941
			Fundos dos Investimentos	1.971	2.023
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>569.502</b>	<b>517.183</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>569.502</b>	<b>517.183</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
 Diretor Superintendente  
 CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
 Diretor de Benefícios  
 CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
 Diretor de Finanças  
 CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
 Contador CRC DF – 024117/0-8  
 CPF: 602.707.721-20



## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

### Consolidado

Valores em R\$ mil

	DESCRIÇÃO	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
	<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>499.084</b>	<b>465.275</b>	<b>7,27 #DIV/0!</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>94.212</b>	<b>74.777</b>	<b>25,99</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	37.356	32.731	14,13
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	50.359	35.899	40,28
(+)	Reversão Líquida de Contingência - Gestão Previdencial	110	-	100,00
(+)	Receitas Administrativas	4.629	4.217	9,78
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.758	1.930	(8,95)
	<b>2. Destinações</b>	<b>(51.067)</b>	<b>(40.968)</b>	<b>24,65</b>
(-)	Benefícios	(44.755)	(34.950)	28,06
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(177)	(100,00)
(-)	Despesas Administrativas	(6.260)	(5.472)	14,40
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(309)	(100,00)
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	(51)	(60)	(14,99)
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>43.146</b>	<b>33.809</b>	<b>27,62</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	27.494	5.353	413,59
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	14.515	27.253	(46,74)
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.062	897	18,34
(+/-)	Fundos Administrativos	127	366	(65,40)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(51)	(60)	(14,99)
	<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>542.230</b>	<b>499.084</b>	<b>8,64</b>

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E SUA COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO FINDO EM 2014 – OS VALORES ESTÃO EXPRESSOS EM R\$ MIL.

NOTA 1:

#### CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO é uma Entidade Fechada de Previdência Privada, atividade regulamentada pela Lei nº 109, de 29 de maio de 2001. Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria MPAS nº 2.531, de 28 de maio de 1981, em caráter de tempo indeterminado. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Foi instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, em março de 1981, tendo por finalidade administrar planos de benefícios de suplementação de aposentadoria para os seus empregados, mas só iniciou suas atividades em fevereiro de 1986, quando a CODEVASF aportou os recursos financeiros necessários à sua constituição, como definido em lei.

O primeiro plano de benefícios – Plano de Benefícios I – teve início a partir de março/1986 e possui características de benefício definido (Plano BD). A partir de 1/11/2013, foi implementado um segundo plano – Plano de Benefícios II – na modalidade de contribuição definida (Plano CD), também denominado Codeprev. O Plano de Benefícios I foi fechado para ingresso de novos participantes na mesma data do início do Codeprev. O custeio do plano BD é revisto anualmente e pode sofrer ajuste nos percentuais de contribuição, de acordo com avaliação realizada pelo atuário responsável. Quanto ao Codeprev, o custeio

pode ser revisto anualmente, porém, diferentemente do plano BD, alterações nos percentuais de contribuição ocorrem apenas por exclusiva opção do participante.

Por tratar-se de Entidade instituída para administrar Plano de Previdência Complementar patrocinado por empresa pública federal, se submete a Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001, onde se destaca o artigo que estabelece o limite da contribuição normal da patrocinadora. Em nenhuma hipótese essa contribuição poderá exceder a do participante. Ou seja, a patrocinadora CODEVASF está limitada a contribuir, no máximo, até no mesmo valor das contribuições dos participantes. Por essa lei é permitida a cessão de empregados da patrocinadora para trabalhar na Entidade desde que lhe sejam ressarcidos os custos funcionais correspondentes. É relevante também o dispositivo que veda ao patrocinador assumir encargos adicionais para o financiamento dos planos de benefícios, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Como forma de dar conhecimento sobre a “saúde” dos planos de benefícios e identificar convenientemente os gastos com a gestão desses planos, em 26 de janeiro de 2009, pela Resolução 28, do então CGPC – Conselho de Gestão da Previdência Complementar, atual Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, foi instituída uma nova planificação contábil, tendo como maior inovação a obrigação das entidades criarem o PGA – Plano de Gestão Administrativa. A Resolução CGPC nº 28/2009 foi revogada e substituída pela Resolução CNPC 08, de 31 de outubro de 2011.



A partir de 1º de janeiro de 2010, todas as Entidades passaram a possuir no mínimo dois planos: – um Plano de Benefício de caráter estritamente previdencial e outro onde estão registrados todos os gastos incorridos com a administração – Planos de Gestão Administrativa (PGA). A planificação assim construída primou pela observância estrita do postulado da entidade contábil, passando a haver a segregação patrimonial e dos resultados alcançados pela Gestão Administrativa da entidade, dos registros patrimoniais e de resultado dos Planos de Benefícios. Como houve a segregação das entidades contábeis, ficou também claro que o proprietário dos recursos administrativos são os Planos de Benefícios. Desta forma, à semelhança do que ocorre nas empresas de qualquer natureza, quando uma detém parte do capital de outra, pela relação proporcional detida do capital, a primeira reconhece possuir da segunda uma parte do resultado por ela produzido. É a chamada equivalência patrimonial. Assim, nas Entidades de previdência, o resultado obtido no plano de gestão administrativa é registrado nos Planos de Benefícios sob a denominação de participação no plano de gestão administrativa, conta do grupo 1 do ativo do plano.

Infelizmente, a Receita Federal do Brasil ainda não reconhece que os recursos da Fundação, tenham eles que destinações tiverem, o seu resultado pertence aos Planos de Benefícios e, em determinado momento no futuro, passarão a compor as reservas dos planos de previdência. Pelo seu entendimento, ao invés de exigir que os recursos destinados ao PGA, registrados nas contas contábeis de resultado do grupo 4, sirvam de base de cálculo para a incidência do PIS e COFINS, adota outro entendimento. Nele acresce a formação de superávit, quando esse ocorre, ou seja, altera a base de cálculo, essa interpretação fere a Lei Complementar 109, e vem a prejudicar a formação das reservas dos planos. No entanto, a Abrapp, associação que congrega as entidades fechadas de previdência complementar, vem, com o apoio da PREVIC, tentando esclari-

recer essa questão junto à RFB. Atualmente as alíquotas empregadas são de 0,65% e 4%, respectivamente para PIS e COFINS, mensalmente apurado pelo regime de competência, sendo seu desembolso efetuado no dia 20 do mês seguinte ao de competência.

A Fundação São Francisco move ação contra essa tributação por entender que a mesma é indevida. Assim, considerando que a matéria está sub judice, segue o seguinte procedimento para o registro dos fatos contábeis relativos aos tributos citados: (I) No mês de competência é registrada a obrigação em conta do exigível operacional, mantendo -a assim, até o dia do efetivo pagamento; (II) Na data do recolhimento é realizado o depósito judicial e, nesse momento, é revertido o lançamento da despesa transferindo-a para a constituição do exigível contingencial; (III) Concomitante, é procedido o registro no ativo dos recursos depositados na conta de depósitos recursais, permanecendo aí até o deslinde da ação. O primeiro passo aqui descrito é realizado, fundamentalmente, devido ao lapso de tempo transcorrido entre a apropriação da obrigação e sua data de recolhimento – até o vigésimo dia do mês subsequente ao da competência – ou seja, entende a Entidade que nesse ínterim pode haver o trânsito em julgado da sentença e, a depender da decisão, o registro primeiro pode não corresponder à realidade, se houvesse sido lançado de pronto à conta do exigível contingencial.

Com a edição da Lei nº 12.973/2014, a vigorar sobre a competência da arrecadação de janeiro de 2015, foi definido nova base de cálculo. Como, pelas análises preliminares deste normativo, até o fechamento do balanço de 2014, não se observou base para fundamentação de nova ação que permitisse às entidades se insurgirem contra as cobranças das contribuições, a Fundação São Francisco efetuou o último registro de formação de contingência relativo a dezembro/2014, em janeiro/2015. Assim, partir de jan/2015, os valores de Pis e Cofins foram recolhidos normalmente através do pagamento do DARF junto aos bancos.

NOTA 2:

## **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011; Instrução nº 25 de 17 de dezembro de 2015 que alterou a Instrução SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução Previc nº. 05, de 08 de setembro de 2011 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdenciais e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionam informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (NBC T 19.27).

Os valores estão expressos em mil reais. Compete ainda observar que na apuração das Demonstrações Contábeis foram observados os princípios contábeis usualmente aceitos, principalmente o regime de competência. Entretanto, as contribuições para o plano CODEPREV, por ser um plano com registro das reservas individuais, em cotas, os seus registros são realizados pelo regime de caixa.

As Demonstrações Contábeis apresentam, como principal característica, a segregação real dos registros contábeis pela necessária acuidade ao postulado que define conceitualmente uma entidade contábil, respeitando a natureza e a finalidade das transações. É

possível, dessa forma, avaliar com distinção o conjunto de dados da Fundação São Francisco consolidadamente, e mais, os dados produzidos pela gestão de cada um dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa, em separado:

### **1. O consolidado das Demonstrações (Grupo I das Demonstrações):**

Não se trata de uma simples soma de contas, pois, como prescreve o próprio postulado da entidade contábil, a consolidação exige que sejam retirados os efeitos provocados pelas relações mútuas entre as entidades contábeis, os Plano de Benefícios e o PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim é que no consolidado, o que uma deve a outra, não aparecerá, bem como, o “resultado da equivalência patrimonial” (registro do fundo administrativo) no Plano de Benefícios, também.

Destaca-se que não se trata de transações entre planos, haja vista que a legislação a proíbe, mas, precipuamente, as relações de custeio dos planos com o PGA, bem assim, a formação dos fundos administrativos, respeitando a origem dos recursos e os gastos administrativos incorridos relativamente a cada plano, quando identificáveis diretamente, ou por aplicação de rateios nos demais casos.

### **2. Nos Planos de Benefícios (Grupo II das Demonstrações):**

**a)** As contribuições realizadas pelos participantes e patrocinador;

**b)** Os benefícios e os institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, pagos;

**c)** O resultado obtido pelos investimentos do plano;

**d)** A constituição das reservas, em valores presentes, necessárias ao pagamento dos valores futuros dos benefícios, segregadas em: – (I) Reserva de Benefício Concedido – àqueles que já estão em gozo do benefício e; – (II) Reserva de Benefícios a Conceder – àqueles que se tornarão, no futuro, assistidos do plano;



e) Do cotejamento dos itens anteriores, a formação do resultado do plano, superavitário ou deficitário (no primeiro se os valores de “receita” superarem as despesas mais a constituição das reservas, caso contrário, o segundo);

f) A evidenciação dos custeios administrativos e a formação de Fundo Administrativo por plano de benefício.

### **3. No Plano de Gestão Administrativa (Grupo III das Demonstrações):**

a) Os recursos para o custeio das atividades administrativas, geradas pela taxa de carregamento contida nas contribuições de participantes e patrocinador; as geradas pela taxa de administração retirado dos investimentos dos planos e; os recursos gerados pelos próprios investimentos do PGA;

b) Os gastos com a Gestão Previdencial, que correspondem aos gastos com atividades de controle e operação do plano de benefício (cadastro, arrecadação, folha de benefício e avaliação atuarial), e por rateio, as demais atividades das áreas meios da fundação (contabilidade, pessoal e administrativo em geral);

c) Os gastos com a Gestão de Investimento, que corresponde aos gastos com a gestão administrativa dos investimentos (área de aplicação e controle dos ativos existentes nos planos; a administração do fluxo de caixa; análise dos mercados e alternativas de investimento), somando-se a estas, oriundas de rateio, as demais atividades das áreas meios da fundação (contabilidade, pessoal e administrativo em geral);

d) Do cotejamento das entradas de recursos e das saídas, como identificadas nos itens anteriores, resulta a formação ou desconstituição do fundo administrativo.

e) Ressalte-se que neste exercício, o custeio administrativo proporcionado pela taxa de carregamento do plano de Contribuição Definida (CODEPREV) serviu para custear as atividades administrativas da entidade vinculadas somente a previdência.

NOTA 3:

## **PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**

### **I. A Planificação Contábil é Padrão:**

a) O plano de contas é formado por codificação alfanumérica;

b) A parte numérica (código) da codificação padrão é formada por dez dígitos, entretanto, para adequação às necessidades de análise da entidade, utiliza-se a codificação com 10 dígitos a mais, enquanto a parte alfabética (título) destina-se à descrição da conta;

c) A codificação não poderá, em hipótese alguma, ser alterada pelas EFPC, diante do fato de estarem consignadas em Resolução do CNPC e Instrução Normativa da PREVIC;

### **II. Preenchimento das Demonstrações Contábeis:**

#### **a) Balanço Patrimonial**

A Demonstração Contábil tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática. O Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social, este último, é o registro dos recursos acumulados necessários para fazer frente às obrigações do Plano de Benefícios I; no Plano de Benefício II (CODEPREV) registra o somatório das reservas individuais, patronais e os fundos de riscos; no Plano de Gestão Administrativa registra os recursos pertencentes à entidade, para cumprir suas obrigações com os planos.

A demonstração consolidada, ainda que obrigatória, não permite nenhuma conclusão, mas, para sua apuração são retirados os efeitos das relações mútuas entre os Planos de Benefícios e o PGA. Se no PGA há um recurso a receber do Plano de Benefício I, nele há o registro de uma obrigação a pagar, por exemplo, assim, ao ser consolidado o balanço, as contas são zeradas uma contra a outra, fazendo com que a demonstração consolidada não apresente nem um fato nem outro. Mesmo sendo norma, não há como assim não

proceder, uma vez que a presença de ambas levaria a fazer com que o valor do Ativo e do Passivo, estivesse maior do que os seus valores reais.

### **b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social**

Apresenta a apuração dos resultados do exercício, segregada por: Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa e, também a sua consolidação. Servindo para identificar quais os fatos promoveram a alteração do seu valor, partindo do montante apurado no exercício precedente.

**I. (A) Patrimônio Social:** – In cio do Exercício: representa o saldo do Patrimônio Social no início do exercício.

**II. 1. Adições:** – representam todos e quaisquer recursos que contribuíram para o aumento do Patrimônio Social do exercício.

**III. 2. Deduções:** – representam todos e quaisquer recursos que contribuíram para a diminuição do Patrimônio Social do exercício.

**IV. 3 (1+2) – Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social:** representa a variação anual do Patrimônio Social.

**V. 4. Operações Transitórias:** representa a variação do Patrimônio Social em função das operações de incorporação, fusão, cisão e transferência de gerenciamento. Evento que não ocorreu na Funda o São Francisco no exercício de 2014.

**VI. (B) Patrimônio Social** – final do exercício (A + 3 +4): representa o saldo do Patrimônio Social no final do exercício.

### **c) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios –**

Apresenta o fluxo financeiro das Adições e Destinações e Acréscimos/Decréscimo no Ativo Líquido.   um importante demonstrativo, uma vez que permite entender os efeitos das movimentac es de recursos, identificando de onde vieram e a que foram destinados.

**I. Ativo Líquido** – início do exercício: representa o saldo do ativo líquido do Plano de Benefícios no início do exercício.

**II. (1) Adições:** – representam todos os recursos que contribuíram para o aumento do ativo líquido do Plano de Benefícios durante o exercício.

**III. (2) Deduções:** – representam todos os recursos que contribuíram para a diminuição do ativo líquido do Plano de Benefícios durante o exercício.

**IV. (3) Acréscimos/Decréscimo no Ativo Líquido:** – representa a variação anual no ativo líquido do Plano de Benefícios.

**V. (4) Operações Transitórias:** – representa a variação do ativo líquido em função das operações de incorporação, fusão, cisão e transferência de gerenciamento.

**VI. Ativo Líquido** – final do exercício: representa o saldo do ativo líquido do Plano de Benefícios no final do exercício.

**VII. (C) Fundos não Previdenciais:** – representa o saldo dos fundos não previdenciais do Plano de Benefícios no final do exercício.

**d) Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios** – Instrumento destinado a apresentar consolidadamente os grandes grupos de contas em que se acumularam, ou de onde se retiraram os recursos ao longo do exercício.

**I. 1. Ativos:** – representam todos os bens e direitos.

**II. 2. Obrigações:** – representam todos os compromissos a pagar.

**III. Total dos Ativos Líquidos (1 – 2):** – representa o resultado entre o Ativo e as Obrigações.

**IV. 3. Fundos não Previdenciais:** – representa o total dos Fundos Administrativo e Fundo de Investimentos.

**V. 4. Resultados a Realizar**

**VI. 5. Ativo Líquido (1 – 2 – 3 – 4)**

**VII. 6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado** – Os itens da Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado com saldos nulos em ambos os períodos deverão ser suprimidos. O item “b” da Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado corresponde ao ajuste de precificação



positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observada a legislação vigente. Devem ser incluídas em notas explicativas informações sobre o controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto destes ajustes de precificação, contendo, no mínimo, a natureza, quantidade e montante dos títulos por faixas de vencimento, o valor investido e o valor do ajuste, posicionados na data de encerramento do exercício.

#### **e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidado – Instrumento**

**I. (A) – Fundo Administrativo do Exercício Anterior:** representa o saldo do fundo no início do exercício.

**II. 1. Custeio da Gestão Administrativa – Receitas:** representa a soma das receitas da gestão administrativa.

**III. 2. Despesas Administrativas:** representam a soma das despesas da gestão administrativa.

**IV. 3. Resultado Negativo dos Investimentos:** representa o resultado negativo dos investimentos da gestão administrativa.

**V. 4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 – 2 – 3):** representa o valor da sobra ou a insuficiência da gestão administrativa.

**VI. 5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo:** representa o valor constituído ou revertido no fundo administrativo.

**VII. 6. Operações Transitórias:** representa a variação do ativo líquido em função das operações de incorporação, fusão, cisão e transferência de gerenciamento.

**VIII. (B) – Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6):** representa o saldo do fundo administrativo do exercício atual.

#### **f) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios**

**I. A) Fundo Administrativo do exercício**

**anterior:** representa o saldo do fundo administrativo do plano de benefícios no exercício anterior.

**II. 1. Custeio da Gestão administrativa:** representa a parte das receitas da gestão administrativa relativa ao plano de benefícios.

**III. a) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial:** representa a receita da gestão administrativa advinda da gestão previdencial do plano (conta 3.4.0.0.00.00.00).

**IV. b) Custeio Administrativo dos Investimentos:** representa a parte da receita da gestão administrativa advinda dos investimentos para a cobertura das despesas administrativas dos investimentos (conta 4.1.2.1.00.00.00) relativa ao plano de benefícios.

**V. c) Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos:** representa a parte da receita da gestão administrativa advinda da taxa de administração de empréstimos e financiamentos (conta 4.1.2.2.00.00.00) relativa ao plano de benefícios.

**VI. d) Receitas Diretas:** representam a parte das receitas próprias da gestão administrativa (conta 4.1.4.0.00.00.00) relativa ao plano de benefícios.

**VII. e) Resultado Positivo dos Investimentos:** representa a parte do resultado positivo dos investimentos da gestão administrativa (conta 4.5.0.0.00.00.00) relativa ao plano de benefícios.

**VIII. f) Reversão de Contingências:** representa a parte da reversão de contingências da gestão administrativa (conta 4.3.0.0.00.00.00) relativa ao plano de benefício.

**IX. g) Outras Receitas:** representam a parte das outras receitas da gestão administrativa não incluída nos itens anteriores (conta 4.1.9.0.00.00.00) relativa ao plano de benefícios.

**X. 2. Despesas Administrativas:** representam a soma das despesas da gestão administrativa.

**XI. 2.1. Administração Previdencial:** representa a soma das despesas administrativas da gestão previdencial, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas dos planos (conta 4.2.1.0.00.00.00 + 4.3.1.0.00.00.00).

**XII. 2.2. Administração dos Investimentos:** representa a soma das despesas administrativas dos investimentos, incluindo as despesas comuns e as despesas específicas dos planos (conta 4.2.2.0.00.00.00 + 4.3.2.0.00.00.00).

**XIII. 2.3. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios:** representa as despesas administrativas relacionadas à reversão de fundo administrativo para o plano de benefícios (conta 4.2.4.0.00.00.00).

**XIV. 2.4. Outras Despesas:** representam as outras despesas administrativas não incluídas nos itens anteriores (conta 4.2.9.0.00.00.00).

**XV. 3. Resultado Negativo dos Investimentos:** representa a parte do resultado negativo dos investimentos da gestão administrativa (conta 4.5.0.0.00.00.00) relativa ao plano de benefícios.

**XVI 4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa:** representa o valor da sobra ou a insuficiência da gestão administrativa relativa ao plano de benefícios.

**XVII. 5. Constituição/Reversão do fundo administrativo:** representa o valor constituído ou revertido no fundo administrativo do plano de benefícios.

**XVIII. 6. Operações Transitórias:** representa à variação do fundo administrativo do plano de gestão administrativa em função das operações de incorporação, fusão, cisão e transferência de gerenciamento.

**XIV. B) Fundo Administrativo do exercício atual:** representa o saldo do fundo administrativo do plano de benefícios no exercício atual.

### **g) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios**

#### **1. Provisões Matemáticas**

##### **1.1 Benefícios Concedidos**

##### **1.2 Benefícios a Conceder**

##### **1.3 Provisões Matemáticas a Constituir.**

#### **2. Equilíbrio Técnico**

##### **II.1 Resultados Realizados**

#### **II.2 Resultados a Realizar**

#### **3. Fundos**

#### **4. Exigível Operacional**

#### **5. Exigível Contingencial**

### **III. Normas Gerais para os procedimentos contábeis.**

A contabilidade da Fundação São Francisco foi elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, segregadamente de forma real, os Planos de Benefícios previdenciais administrados pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

Os balancetes obrigatórios foram consolidados por mês civil e foram enviados regularmente para PREVIC.

O exercício social das demonstrações coincide com o ano civil, iniciando em 1º de janeiro e encerrando em 31 de dezembro.

Todos os lançamentos contábeis estão registrados com base no Princípio da Competência, significando que, na determinação dos resultados, foram computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas ou incorridas nos meses em que o fato econômico ocorreu, independentemente se sua efetiva realização tiver vindo a ocorrer no mesmo exercício do seu registro.

A contabilização foi realizada na sede da Fundação São Francisco, utilizando-se dos livros obrigatórios, Diário e Razão, além de livros auxiliares, estando todos à disposição dos órgãos de fiscalização e auditorias, nas instalações da Entidade.

A Fundação São Francisco adota a gestão por segregação real dos investimentos, o que implica na inexistência de solidariedade na aplicação dos recursos, dessa forma, não há demonstrativo contábil auxiliar para registro das operações.

Os lançamentos contábeis primaram pelo suporte em documentos idôneos, claros, com identificação do fato contábil, além da utilização de complementos aos históricos padrões,



detalhando as características do documento que o originou. Quando utilizada informações internas, estas estão identificadas pela cadeia de responsabilidade definida na estrutura orgânica da entidade.

Desde o exercício de 1996, com o advento da Lei nº 9.249/95, regulamentada para as Entidades Fechadas de Previdência Privada através do ofício circular nº 7/SPC/GAB, de 08 de julho de 1996, as práticas contábeis não mais incorporam o reconhecimento inflacionário (correção monetária) nas demonstrações contábeis. No entanto, ativos de investimentos registrados no realizável, que contam, por força das suas características, com remuneração com emprego de correção monetária por qualquer índice, as variações são reconhecidas pelo regime de competência e compõem o resultado do exercício.

Ágios e deságios ocorridos nas aquisições de títulos apropriados mensalmente como parte da despesa e receita dos investimentos (realizável), respectivamente, “pro-rata temporis”, compondo a taxa obtida quando da aquisição dos mesmos, pela aplicação do regime de capitalização, acrescido ou não de variações de qualquer ordem quando marcados a mercado.

Nos ativos marcados a mercado não há registro de ágios ou deságios, mas, de variações positivas e negativas, geradas pelo aumento ou redução do preço dos papéis respectivamente.

#### **a) Estrutura Contábil das Demonstrações:**

##### **1. Planos**

Na estrutura contábil vigente são denominados planos, cada entidade contábil. Na Fundação São Francisco há três entidades, a saber: – (I) Plano de Benefício Definido; – (II) Plano de Contribuição Definida – CODEPREV e; – (III) Plano de Gestão Administrativa – PGA. Como anteriormente já afirmado, tratados com respeito ao postulado da entidade contábil, é utilizada a segregação real, não solidária, que em cada uma reúne os bens, di-

reitos, obrigações e suas respectivas receitas e despesas.

**1.1. Plano de Benefícios Definido:** Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado exclusivamente de natureza previdenciária, na modalidade de Benefício Definido;

**1.2. Plano de Contribuição Definida – CODEPREV:** Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado exclusivamente de natureza previdenciária, na modalidade de Contribuição Definida;

**1.3. Plano de Gestão Administrativa – PGA:** Atividade de registro e de controle, inerentes à administração da empresa (Fundação São Francisco) gestora do Plano de Benefícios, bem assim, dos custeios oriundos das taxas de carregamento e administração definidas pela legislação, oriundas dos planos de benefícios.

#### **b) Discriminação dos principais grupos de contas:**

**1.1. Constituições/Reversões de Contingências:** Registra os valores dos montantes constituídos em demandas judiciais, mesmo que prevendo uma baixa probabilidade de perda por parte da entidade, sejam eles nos planos de benefício ou administrativo. O critério é o de maior conservadorismo nos registros.

**1.2. Ativo Disponível:** Representam os valores em espécie, cheques emitidos, valores enviados por meio de transferências eletrônicas, como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

**1.3. Ativo Realizável:** Registra o direito inerente aos títulos e valores mobiliários, adquirido pelas entidades contábeis nas aplicações efetuadas nos mercados financeiros, de capitais, imobiliário, além de outros investimentos, como empréstimos (mútuos) a parti-

cipantes. Para a realização dos investimentos a entidade conta com equipe própria e consultorias. A entidade elabora anualmente a política de investimento de cada plano indicando os limites que podem ser praticados, obedecendo aos ditames da Resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

**1.4. Renda Fixa:** São aplicações em títulos e valores mobiliários com cláusula de remuneração por taxas de juros. A contabilização ocorre pelo custo de aquisição, acrescidas de atualização monetária e juros, quando precificadas pela curva de aquisição; quando precificadas a valor de mercado apuram-se os valores como descrito para títulos na curva, porém incorporam-se ajustes de tal forma que preço final contabilizado seja o mesmo que aquele verificado em operações cursadas no mercado no dia da sua contabilização. Além da aquisição de títulos diretamente, há investimentos em fundos com diversas características. Assim, respeitado a característica de cada um, eles são registrados em contas existentes para cada especificidade. Esses investimentos têm seus valores registrados pelo custo de aquisição e remunerados pela variação encontrada nos valores das suas cotas.

**1.5. Renda Variável:** As aplicações em renda variável encontram-se concentradas em quotas de fundos de ações e em quotas de fundo de investimento em participações (FIP). Como na renda fixa, os fundos são registrados pelo custo de aquisição acrescido da remuneração produzida pela evolução dos valores das cotas.

**1.6. Mercado Imobiliário:** São registrados ao custo de aquisição ou reavaliação. Os valores contabilizados sofrem depreciações lançadas às contas retificadoras pelo método linear. Os prazos de depreciação são estabelecidos em função do tempo de vida útil remanescente, definidos por laudos de avaliação. Para emissão dos laudos a fundação contrata avaliadores devidamente qualificados que os

emitem, respeitando o que determinam as normas técnicas definidas pela ABNT no que concerne aos laudos de avaliação técnica de imóveis.

**1.7. Operações com Participantes:** Os empréstimos (o Plano de Benefícios I não conta com carteira de financiamentos imobiliários, enquanto o Plano de Benefícios II – CODEPREV, não possui carteira de empréstimo de qualquer natureza por ter se iniciado somente no mês de novembro de 2013 e, a administração identificar que os recursos ainda são poucos para a sua criação) são registrados pelo valor do principal disponibilizado ao participante, acrescidos dos encargos financeiros estabelecido em contrato.

Atualmente os encargos contratuais praticados contam com atualização monetária, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e juros de 1,25% a.m.

O valor limite para concessão de empréstimos é de R\$ 80 mil (oitenta mil reais).

As amortizações são calculadas com base no sistema de amortização crescente, também conhecido como Tabela PRICE e poderão ser efetuadas em até no máximo 48(quarenta e oito) meses. Segundo essa metodologia, as prestações são constantes sendo acrescidas somente do índice de correção monetária informado.

**1.8. Ativo Permanente:** Conta patrimonial responsável pelo registro dos bens destinados a manutenção das atividades econômicas da Entidade, existente somente no Plano de Gestão Administrativa. É composta pelo valor dos bens adquiridos como: máquinas, equipamentos, terrenos, prédios, edificações, veículos etc. Os valores são depreciados, quando classificados dentro do tangível e amortizados aqueles ativos registrados no intangível. O método empregado para produzir o efeito do desgaste é o linear, sendo as taxas praticadas conforme a tabela a seguir:



Bens Imóveis de Uso Próprio	2% a.a. apurado pelo avaliador
Instalações	10% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Aparelhos de ar condicionado	25% a.a
Máquinas e equipamentos	10% a.a
Computadores e Periféricos	20% a.a
Software	20% a.a

Os bens adquiridos até 1995 foram corrigidos monetariamente, de acordo com a legislação vigente, cessando o processo, desde então, conforme consta na NOTA 3. Os valores dos Ativos Permanentes, liquidamente, compõem o valor total do Fundo Administrativo.

**2.1. Exigível Operacional:** Registra as retenções; os encargos e provisões trabalhistas; os valores a pagar a fornecedores e prestadores de serviços; os compromissos assumidos referentes a investimentos a liquidar e os valores das obrigações tributárias da Fundação junto aos Órgãos Públicos.

**2.2. Exigível Contingencial:** Registra as provisões relativas a litígios, cujas decisões futuras podem gerar desembolso pelas entidades contábeis.

**2.3. Patrimônio Social:** Nela estão registradas as provisões matemáticas segundo os cálculos efetuados por atuário independente, contratado pela Fundação para o caso do Plano de Benefícios I (BD) enquanto no Plano de Benefícios II (CODEPREV) as mesmas são, na realidade, apuradas segundo a quantidade de cotas adquiridas pelos participantes e patrocinadores ao longo de toda a vida laboral, multiplicada pelo valor da cota do plano. Em síntese, as reservas representam os compromissos futuros acumulados, calculados a valor presente para o dia 31/12, encerramento do exercício. Essa conta no balanço aparece subdividida conforme segue:

**2.3.1. Benefícios Concedidos:** Valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes já assistidos do Plano de

Benefícios, líquidos das contribuições de suas obrigações, definidas no plano de custeio revisado anualmente pelo atuário responsável.

**2.3.2. Benefícios a Conceder:** Valor presente dos benefícios futuros a serem concedidos aos participantes em plena atividade laboral, líquidos também das futuras contribuições a serem vertidas.

**2.4. Provisões Matemáticas a Constituir:** Valor presente, na data de 31/12, das contribuições futuras, conforme definido pelo atuário responsável, constante do plano de custeio vigente no exercício, revisado por ocasião da avaliação atuarial.

**2.5. Reservas e Fundos:** As Reservas registram os resultados acumulados obtidos pelo plano de benefícios, demonstrados na conta de Equilíbrio Técnico. Enquanto os fundos constituem reservas para cobrir atividades específicas. No PGA o fundo administrativo e, no Plano de Benefícios, para liquidar os saldos devedores dos participantes que vierem a óbito e tenham contratos de empréstimos ativos na data do desenlace.

NOTA 4:

#### COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS:

**1. Contexto operacional e principal risco:** Nas aplicações de renda fixa a Entidade aplica em fundos e títulos e valores mobiliários. As carteiras dos fundos de investimentos investem em títulos e valores mobiliários dos mais diversos emissores, da mesma forma que a carteira própria, porém, de forma discricionária, sem interferência da fundação. Todas as

aplicações são avaliadas segundo o risco de crédito dos seus emissores, cotejadas com o grau de risco do próprio título, apurado em função de suas garantias. Por isso mesmo não é incomum que alguns títulos apresentem grau de risco inferior ao seu emissor.

A Fundação São Francisco e os gestores dos fundos de investimento se utilizam de diversas informações para cotejar os riscos dos títulos, bem como, e principalmente, as informações produzidas pelas Agências de Rating's, com as definições dadas pela CVM para esses prestadores de serviços. Por definição contida na política de investimento, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, o menor risco de crédito aceito para os investimentos tem como menção a nota mínima de BBB. Cabe ressaltar, em complemento, que as designações das menções obedecem às escalas próprias de cada Agência, no entanto, há correlações entre as escalas de cada uma, e assim, no geral, o nível definido como AAA refere-se ao de menor risco indo até DDD o de maior risco. Denomina-se de grau de investimento aqueles que possuam menção entre AAA e BBB, isso, inclusive, num conceito mundial.

Por ser absolutamente necessário, nesses investimentos, cabe destacar o risco do emissor do título em não cumprir com suas obrigações, o chamado risco de crédito. Acrescenta-se abaixo o conceito dado ao risco de crédito por duas importantes entidades, constante nos seus respectivos sites. A matéria merece destaque por ser um risco inerente a toda e qualquer aplicação cursada, não apenas pela Fundação São Francisco, mas, por toda a comunidade de investidores institucionais.

### **Risco de crédito, o que é isso?**

Conceito disponibilizado no endereço [www.comoinvestir.com.br](http://www.comoinvestir.com.br), no *Portal de Educação Financeira* da ANBIMA:

*É o risco decorrente da possibilidade de a contraparte não cumprir suas obrigações, parcial ou integralmente, diante da data combinada. Desse modo, o risco de crédito consiste não*

*somente em risco de a contraparte ficar totalmente inadimplente com suas obrigações, mas também em apenas poder pagar uma parte de seus compromissos, após a data combinada.*

*Nesse tipo de risco, o emissor de títulos pode não honrar o principal ou o pagamento de juros. Um investidor aceita um investimento com alto risco de crédito pela compensação de ter uma rentabilidade maior.*

*Portal dos Administradores: – [www.administradores.com.br](http://www.administradores.com.br).*

*Os riscos mais frequentes nas aplicações financeiras estão relacionados com as flutuações do “mercado”, às incertezas quanto à “liquidez” dos investimentos e também quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contraparte, no caso configurando o risco de “crédito”.*

NOTA 5:

### **PROVISÕES**

As constituições das provisões, sejam de receitas ou despesas, são realizadas sob o regime de competência, portanto, ainda não liquidadas na data da apuração do balanço.

Os elencos de contas que as compõem são das mais diversas ordens, para citar algumas:

**1. Entradas do PGA:** Taxa de carregamento, aqueles recursos que estão embutidos nas contribuições dos participantes para o plano de benefício; – taxa de administração, recursos provenientes dos investimentos do plano de benefício;

**2. Entradas do Plano de Benefícios:** As contribuições de participantes e patrocinador; – valores a receber de devedores inadimplentes sejam de empréstimos ou relativa aos aluguéis;

**3. Gastos do Plano de Benefícios:** Valores a pagar de benefícios; – aquisição de ativos de investimentos ainda não liquidados, mas, que já sejam compromissos líquidos e certos.

NOTA 6:

### **COMPOSIÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL**

Representado pela soma das reservas registradas nos planos de Benefício Definido



e Contribuição Definida tem sua formação composta como segue:

### **I. Plano Benefício Definido**

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido, as reservas matemáticas do Plano de Benefícios administrado pela Fundação **São Francisco** foram avaliadas para 31/12/2015, como resultado das premissas atuariais definidas pelo atuário externo responsável, e posicionadas a valores presente da data aqui evidenciada.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos – crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Com base nas reservas constituídas e a constituir, de acordo com o plano de custeio, são apurados os montantes envolvidos no resultado do fluxo de caixa, que é descontado a uma taxa real de juros para apuração do valor presente das reservas. Na avaliação atuarial de 2015, a taxa real de juros utilizada foi de 5,50% a.a. Todo esse processo resulta no que se convencionou chamar de valor presente dos compromissos futuros.

A contabilidade procura evidenciar a segregação envolvida no cálculo, tratando os participantes como BENEFÍCIOS CONCEDIDOS, para aqueles que atualmente se encontram em gozo de suas aposentadorias e; BENEFÍCIOS A CONCEDER para aqueles que ainda não entraram em gozo de suas aposentadorias.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio por estimativa, mas, somente ao final do exercício

coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle.

### **II. Plano Contribuição Definida – CODE- PREV**

Tendo em vista ter iniciado suas atividades somente no mês de novembro de 2013, ainda não apresenta reservas de benefício concedidos, há somente a reserva de benefícios a conceder. As reservas constituídas, como anteriormente enunciada, diferentemente do Plano de Benefícios I (BD), não são apuradas por atuário independente, são, na realidade, apuradas segundo a quantidade adquirida de cotas por participantes e patrocinadores ao longo de toda a vida laboral, que multiplicada pelo valor da cota do plano registram o valor das respectivas reservas.

NOTA 7:

#### **DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS**

O escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda é o atuário externo responsável pela elaboração das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I.

Em dezembro de 2015, o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder ficaram compatibilizadas com o valor atual dos recursos garantidores das reservas.

Cabe o relato de que a taxa de juros real do Plano I utilizada para a avaliação atuarial de 31/12/2015 é de 5,50% a.a., cuja aderência foi confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, deixando a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado. Dessa forma, todo o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, é de responsabilidade do atuário signatário da mesma.

NOTA 8:

## FUNDOS

### A) ADMINISTRATIVO

**I. Plano Benefícios I (BD):** O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas versus os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, no exercício, teve um aumento no valor de R\$ 126 mil.

É importante destacar que o mesmo valor encontra-se registrado no ativo do Plano de Benefícios, conferindo semelhante lançamento àquele advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado aqui apresentado é a parte que cabe ao plano, originado no resultado do PGA. Deve-se ressaltar, entretanto, que o saldo do fundo é composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo custo menos as depreciações acumuladas, e de valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo PGA.

#### **II. Plano de Benefícios II – CODEPREV:**

Neste exercício encerrado, o Plano de Benefícios II – CODEPREV, não acumulou recursos depois de procedido à apuração da sua participação no resultado do fundo. Dito de outra forma, todo o valor de custeio, pelo plano transferido ao PGA, foi utilizado na cobertura dos gastos administrativos, apurados para o plano por meios de critério de rateio.

### B) FUNDO DO INVESTIMENTO

**I. Plano de Benefícios I (BD):** O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento do mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para suprir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários. O Fundo,

portanto, não é formado por nenhuma outra fonte de recursos além desta descrita aqui. O saldo atual perfaz R\$ 1.971 mil.

#### **II. Plano de Benefícios II – CODEPREV:**

Neste plano não há contribuição para a formação de Fundo de Investimento, mormente devido ao fato de que não há ainda a constituição da carteira de empréstimo a participante.

### C) FUNDO PREVIDENCIAL

**I. Plano de Benefícios I (BD):** Por se tratar de plano na modalidade benefício definido e não constar em seu regulamento a existência de fundos da natureza especificada, não há registro contábil contendo valores para ele.

**II. Plano de Benefícios II – CODEPREV:** O Fundo Previdencial é constituído pelo saldo, devidamente rentabilizado, das contribuições realizadas pelo participante e pelo patrocinador para financiamento dos benefícios de risco, bem como de outros saldos previstos no Plano de Custeio, compatíveis com a natureza desse Fundo estabelecido em Nota Técnica Atuarial. O saldo atual perfaz R\$ 2.172 mil.

NOTA 9:

## PLANO DE BENEFÍCIOS I

### 1. Realizável

#### 1.1. Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 982 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.151 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 102 mil.
- d) Outros recursos a receber – R\$ 177 mil;

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2015 para serem liquidadas no mês de janeiro/2016, as quais respeitam o regime de competência.

O valor provisionado de R\$ 177 mil refere-se à ação rescisória 201400629305, interposta pela São Francisco, na qual foi deferida a antecipação de tutela pela Desembarga-



dora Relatora Suzana Oliveira, para impedir qualquer ato de constrição ou penhora no procedimento de Cumprimento de Sentença nº 201411101559, extraído do processo 200911101194.

A São Francisco fez um acordo no processo e o depósito recursal de R\$ 177 mil está em fase de devolução, aguardando o alvará para levantamento desse valor.

## 1.2. Gestão Administrativa

O valor registrado na conta denominada de gestão administrativa corresponde integralmente à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo.

## 1.3. Investimentos

Os registros do Programa de Investimento estão detalhados no quadro a seguir para melhor entendimento:

Plano Benefício Definido	2015	2014
<b>Investimentos</b>	<b>526.684</b>	<b>486.794</b>
Títulos Públicos	268.837	208.298
Créditos Privados e Depósitos	96.087	106.708
Instituições Financeiras	65.165	77.599
Companhias Abertas	30.109	28.051
Outros Emissores	813	1.058
Fundos de Investimento	148.373	157.248
Multimercado	2.099	7.521
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	7.658	7.394
Ações	76.214	82.995
Participações/FIP	59.388	55.617
Imobiliário	3.015	3.721
Investimentos Imobiliários	7.237	7.366
Empréstimos	5.669	6.694
Depos.Jud. Recursais	480	480

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais – NTN/B que correspondem a 51,04%; os créditos privados e depósitos com 18,24% e os Fundos de Investimentos com 28,17%.

No decorrer do exercício de 2015, a Carteira de Títulos Públicos Federais – NTN/B existentes no **Plano I/BD**, a gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, seguiu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros – Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM: **(i)** – Devidamente atestada pelo AETQ; **(ii)** – Processo aprovado na Política de Investimento de

modo a possibilitar a contínua verificação da aderência à expectativa de retorno esperado e à exposição a riscos e, **(iii)** – Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento – CEI. Além da troca, resgates de outras fontes foram direcionados a compra líquida, acrescendo à carteira.

Como se constata mais adiante, o movimento permitiu que o plano se apropriasse de ganhos obtidos na troca, motivado pela diferença positiva entre os preços dos papéis vendidos, registrados desde sua aquisição pelo Plano, na curva, e os preços dos mesmos praticados a mercado.

### a) Aspectos Gerais:

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram

apurados segundo os critérios abaixo especificados:

- Títulos de quaisquer emissores, até um ano para o vencimento: Se na data da compra o prazo para o vencimento do título era inferior a 1 (um) ano, então, obrigatoriamente, estão precificados a mercado;
- Títulos de quaisquer emissores, com mais de um ano para o vencimento: A Fundação São Francisco de Seguridade Social precificou-os pela curva de compra. Seus preços refletem o valor pago, acrescido do rendimento produzido pela aplicação da taxa de juros obtida na compra, deduzidos os valores eventualmente já recebidos;
- Fundos de investimento: seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, segundo suas

classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira do fundo estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem a carteira do fundo estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

- Fundos com ativos das suas carteiras sem cotação em bolsa estão com eles precificados segundo laudo de avaliação emitido em conformidade com as regras estabelecidas pela CVM e, laudos substanciados conformados segundo as normas da ABNT;
- Os fundos imobiliários estão precificados a preços de mercado, segundo suas cotações apresentadas por negócios realizados em Bolsa de Valores.

#### b) Distribuição dos Investimentos Por Vencimento:

<b>DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR VENCIMENTO - PLANO I/BD</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>EXERCÍCIO 2015 - R\$ -</b>		
	<b>Até 1 ano</b>	<b>de 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>
<b>Dívida Pública Mobiliária Federal</b>	-	<b>10.907.551,14</b>	<b>257.929.611,99</b>
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	-	10.907.551,14	257.929.611,99
<b>Emissão ou Coobrigação de Instituições</b>	-	<b>47.381.804,17</b>	<b>17.782.833,73</b>
<b>Autorizadas pelo BACEN</b>	-		
<b>DPGE</b>	-	<b>41.384.433,20</b>	0,00
BANCO BIC S/A	-	11.095.621,45	-
BANCO BMG S/A	-	3.802.874,97	-
BANCO FICSA	-	9.223.268,40	-
BANCO SCHAHIN S/A	-	9.139.364,85	-
DACASA FINANCEIRA S/A	-	8.123.303,53	-
<b>LETRA FINANCEIRA - LF</b>	-	<b>5.997.370,97</b>	<b>17.782.833,73</b>
BANCO SAFRA S/A	-	-	17.782.833,73
BANCO BDMG S/A	-	5.997.370,97	-
<b>CPR-F</b>	-	<b>813.422,35</b>	-
USINAS ITAMARATI	-	813.422,35	-
<b>Emissão de Companhias Abertas</b>	-	-	-
<b>DEBÊNTURES</b>	-	-	<b>16.579.747,18</b>
CEMIG - GT	-	-	6.886.378,18
RODOVIAS TIETÊ	-	-	9.693.369,00
<b>Certificados de Recebíveis de Emissão de</b>	-	-	-
<b>Companhias Securitizadoras</b>	-	-	<b>13.529.497,88</b>
<b>CRI</b>	-	-	<b>13.529.497,88</b>
BRC SECURITIZADORA	-	-	3.149.473,49
INFRASEC SECURITIZADORA	-	-	10.380.024,39
<b>TOTAL - R\$ -</b>	<b>0,00</b>	<b>59.102.777,66</b>	<b>305.821.690,78</b>



### c) Fundos de Investimentos:

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - PLANO I/BD			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO DE 2015 - R\$ -		
	SEM VENCIMENTO	VENCIMENTO 2017	VENCIMENTO 2022
<b>Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios</b>	-	-	<b>7.657.982,65</b>
ÁTICO FIDC - Gestor: ÁTICO	-	-	7.657.982,65
<b>Multimercado</b>	<b>2.099.082,45</b>	0,00	0,00
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	2.099.082,45	-	-
<b>Fundos de Investimentos em Ações</b>	<b>76.213.517,36</b>	0,00	0,00
FIA SAGA SF (SAGA)	55.026.857,94	-	-
FIA MAPFRE SF - Gestor: MAPFRE	21.186.659,42	-	-
<b>Fundos de Investimento em Participações</b>	<b>44.855.116,90</b>	<b>14.532.469,44</b>	0,00
ENERGIA PCH JURUENA-Gestor: INFRA ASSET	44.855.116,90	0,00	
GERAÇÃO DE ENERGIA - Gestor: ÁTICO	0,00	14.532.469,44	
<b>Fundos de Investimento Imobiliário</b>	<b>3.015.299,98</b>	0,00	0,00
MEMORIAL OFFICE - Gestor: COINVALORES	3.015.299,98		
<b>TOTAL - R\$ -</b>	<b>126.183.016,69</b>	<b>14.532.469,44</b>	<b>7.657.982,65</b>

**Observações:** Reforçando o comentário anterior, fica evidenciada a intenção da administração da Fundação São Francisco em manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "**Mantidos até o Vencimento**", em razão do perfil do passivo previdenciário.

Diante da inadimplência dos emissores estão constituídas provisões para perda em

estrita observação à legislação vigente, conforme demonstrado no quadro a seguir. Esclarece-se por oportuno que, o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado do exercício em que ocorreram.

Itens	Ativo	Instituições	Valor Atualizado -R\$-
01	Debêntures	Ulbra Recebíveis S/A	5.029.494,91
02	Céd. De Crédito Imobiliário – Cci's	M. Brasil – Empreendimentos M.e Negócios	13.213.983,73
03	Cdb's / Pós-Fixados	Banco Morada S/A	2.800.362,83
04	Empréstimos P/Participantes	Fundação São Francisco	2.205.026,43
<b>Total</b>	-	-	<b>23.248.867,90</b>

### d) Segmento de Renda Variável

As inversões cursadas no Segmento de Renda Variável foram realizadas em Fundos de Investimento em Ações – FIA's constante do quadro abaixo:

Em R\$ Mil

SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	2015	2014
Fundo de investimento em ações – fia/ saga sf	55.027	58.469
Fundo de investimento em ações – fia/ mapfre sf	21.186	24.525
<b>TOTAL – R\$ -</b>	<b>72.213</b>	<b>82.994</b>

**Observações:** – As características fundamentais desses fundos encontram-se abaixo enunciadas:

**Fundo de Investimento em Ações:**  
FIA SAGA SF – É um Fundo com gestão da SAGA – Consultoria e Gestão de Investimentos Financeiros Ltda, com segregação de funções, em obediência a determinação do órgão fiscalizador (Previc), constante do Relatório de Fiscalização – RF Nº 7/13/CFDF/PREVIC, de 13.09.2013. É constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado, com comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos de valores mobiliários admitidos pela legislação em vigor, inclusive as Instruções nº 409/2004; 450/2007; 456/2007; 465/2008; 512/2011 e 522/2012 publicadas pela CVM, observadas as limitações de sua Política de Investimento. O Fundo destina-se especificamente a receber os investimentos, direta e indiretamente da Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO, e tem como *benchmark* (referencial de rentabilidade a ser perseguida pela gestão do fundo), o Índice IBrX-50. Em seu regulamento está previsto o pagamento além da taxa de administração, taxa a título de performance o pagamento de 20% da valorização da cota que, em cada ano civil, exceder 115% do IBrX-50.

**Fundo de Investimento em Ações – FIA MAPFRE SF:** É um Fundo com gestão da MAPFRE – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, com segregação de funções, em obediência a determinação do órgão fiscalizador (Previc), constante do Relatório de Fiscalização – RF Nº 7/13/CFDF/PREVIC, de 13.09.2013. É um Fundo constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo indeterminado, com comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos de valores mobiliários admitidos pela

legislação em vigor, inclusive as Instruções nº 409/2004; 450/2007; 456/2007; 465/2008; 512/2011 e 522/2012 publicadas pela CVM, observadas as limitações de sua política de investimento. O Fundo destina-se especificamente a receber os investimentos, direta e indiretamente da Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO, e tem como *benchmark* (referencial de rentabilidade a ser perseguida pela gestão do fundo), o Índice IBrX-50. Em seu regulamento está previsto o pagamento além da taxa de administração, taxa a título de performance o pagamento de 20% da valorização da cota que, em cada ano civil, exceder 115% do IBrX-50.

#### **e) Segmento de Investimentos Estruturados**

Os investimentos no Segmento de Investimentos Estruturados, classificação criada somente a partir da edição da Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009 – CMN. Essa modalidade de investimento, por definição da norma aqui citada, deve abrigar os ativos com as seguintes características:

*Art. 20. São classificados no Segmento Investimentos Estruturados:*

*I. as cotas de fundos de investimento em participações e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em participações;*

*II. as cotas de fundos de investimento em empresas emergentes;*

*III. as cotas de fundos de investimento imobiliário; e*

*IV. as cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM, aplicando-se os limites, requisitos e condições estabelecidos a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da CVM.*



Em R\$ Mil

<b>SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
FIP – Fundos de Investimentos em Participações	59.387	55.617
Energia PCH Juruena – Gestor: INFRA ASSET	44.855	45.046
GERAÇÃO DE ENERGIA – Gestor: ÁTICO ASSET	14.532	10.571
FII – Fundos de Investimentos Imobiliários	3.015	3.722
Memorial Office	3.015	3.722
Fundos de Investimento multimercado	2.099	7.520
Saga Snake – FIM	2.099	7.520
<b>TOTAL – R\$ -</b>	<b>64.501</b>	<b>66.859</b>

#### f) Segmento de Investimentos Imobiliários

O quadro abaixo evidencia a distribuição dos investimentos no Segmento de Imóveis ainda existentes na carteira:

Em R\$ Mil

<b>CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Edifício Fernandez Plaza Center, 56 salas localizadas na Av. Antonio Carlos Magalhães, nº 2487, 19º, 20º, 21º e 22º andares, Cidadela, Brotas, Salvador/BA, adquirido em julho/91.	7.236	7.366
<b>TOTAL</b>	<b>7.236</b>	<b>7.366</b>

**Observações:** O registro da Escritura Pública de Compra e Venda das 56(cinquenta e seis) salas localizadas no Edifício Fernandez Plaza Center está em tramitação, tendo em vista que a sentença final favorável a São Francisco transitou em julgado na Justiça Federal em Salvador-BA.

#### g) Segmento de Operações C/ Participantes

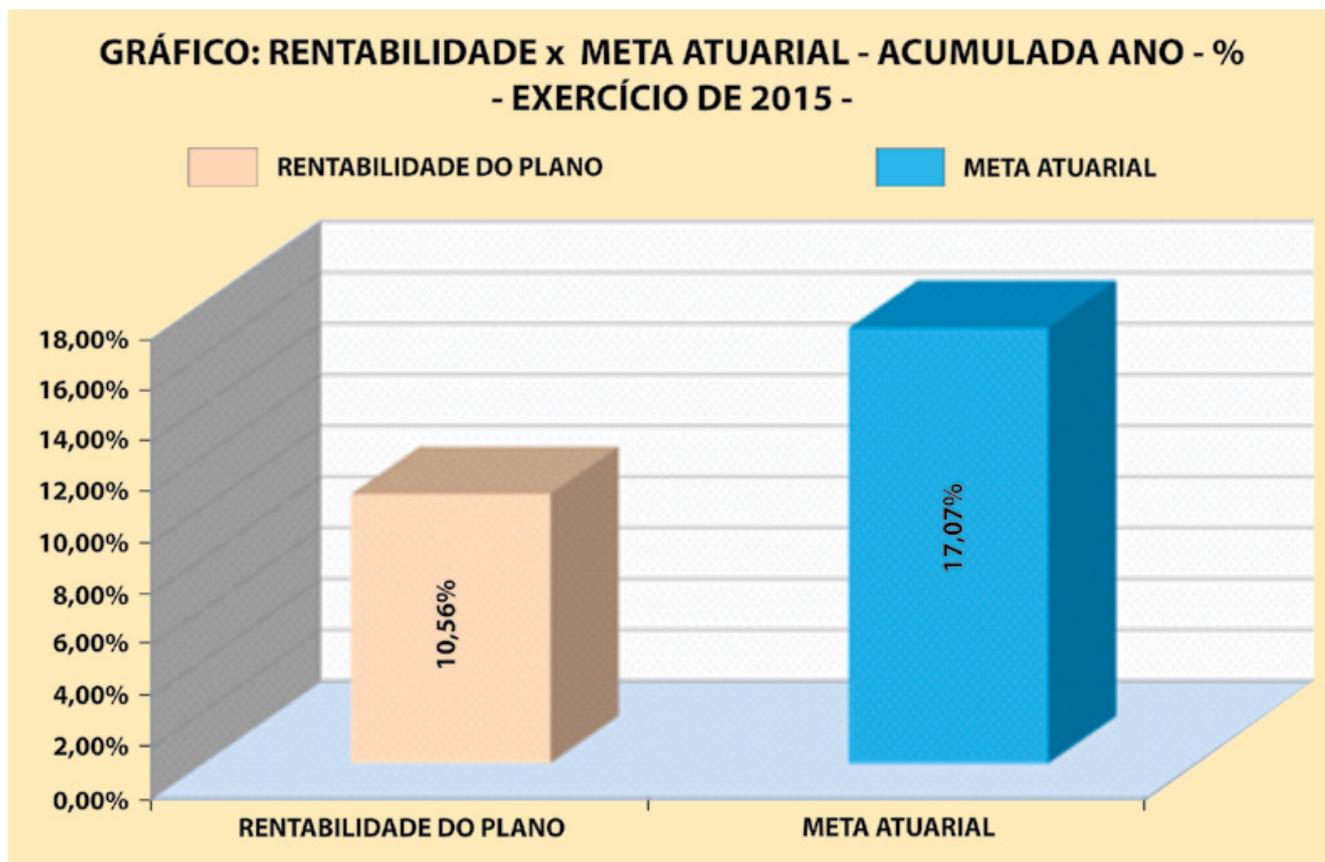
O quadro abaixo evidencia a distribuição dos investimentos no Segmento de Operações C/ Participantes (“Empréstimos”):

<b>OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Empréstimos	7.873	6.693
<b>TOTAL</b>	<b>7.873</b>	<b>6.693</b>

#### h) Rentabilidade do Plano – 2015

A Rentabilidade Nominal anual acumulada do Plano I/BD de 2015, tendo por base o Fluxo dos Investimentos, atingiu o patamar de 10,56%, contra 7,68% alcançada em 2014. A Meta Atuarial do Plano de Benefícios estabelecida em INPC + 5,50 % a.a., para o exercí-

cio de 2015 ficou em 17,07%, contra 12,18% em 2014. Em comparação ao resultado dos Investimentos frente à Meta Atuarial, evidencia uma perda de remuneração de 6,51%, ou seja, em outras palavras, uma rentabilidade 6,51% abaixo do mínimo necessário em relação à Meta do Plano para o exercício.



## 2. Exigível Operacional

### 2.1. Gestão Previdencial

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 315 mil;
- b) Contribuição para Custeio do PGA – R\$ 112 mil;
- c) Credores Diversos de Benefícios – R\$ 20.882 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de Dezembro/2015, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de janeiro/2016.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de janeiro/2016.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 20.882.

mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

### 2.2. Gestão dos Investimentos:

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 15 mil;
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 218 mil;

Merece destaque o valor de R\$ 218 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês dezembro/2015 e liquidado em janeiro/2016.

## 3. Exigível Contingencial

O valor de R\$ 733 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.



## RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício de 2015 foi a formação de um déficit de R\$ 6.058 mil. O qual foi encontrado devido a vários fatores como consta das Demonstrações Atuariais – DA, parte integrante desta nota. Sem descer a detalhes, que podem ser obtidos na competente explicação contida no DA, refere-se o comentário contido como fato relevante adiante descrito, mais, a redução das taxas real de juros empregada para desconto do fluxo atuarial.

**FATO RELEVANTE 1:** No Exigível Operacional o valor registrado de R\$ 20.882 mil consiste em “Valores a Restituir” a participantes que cancelaram a inscrição no plano e mantiveram o seu vínculo empregatício junto às patrocinadoras, conforme estabelece a RESOLUÇÃO MPS/CGPC Nº 06, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003, em ser art. 22. A área responsável pelas atividades de seguridade é a responsável por emitir relatório no qual estão registrados os valores atualizando para 31/12/2015, conforme as regras ditadas pelo regulamento do plano.

Esclarecemos que encontram-se tramitando na Justiça 16 processos onde ex-participantes que ainda matém vínculo empregatício com a Patrocinadora CODEVASF, pleiteiam o resgate de valores referentes ao saldo de poupança resgatável, são eles:

- Anselmo Souza da Silva (2011.56.001502);
- Antonio Graça Filho (2011.56.501781);
- Carlos Antonio Faustino Ferreira (2011.56.501771);
- Everaldo dos Santos (2012.75.000767);
- Francisco de Assis Alves Fontes (2011.56.501333);
- Franklin Delano Leite Gurgel (2013.07.1.029577-7);
- Geraldo Matias (2012.75.000768);
- Ginaldo Gomes da Silva (2012.75.000769);
- Ivan Ramos (2011.56.501334);
- José Aécio Braz (2012.75.000766);
- José César da Silva (2011.56.501336);

- Peci Pinheiro (2012.56.000260);
- Roberto Feitosa de Santana (2012.75.000774);
- Roland Alves de Souza (2012.75.000593);
- Valdo Silva (2011.56.001969);
- Walmor Ferreira dos Santos (2011.56.001510);

A defesa da Fundação São Francisco nesses processos encontra-se a cargo do Escritório Ximenes Advogados Associados e, até o momento, foi condenada a liberar o saldo de poupança de apenas uma ex-participante, sendo que todos os demais processos, as sentenças 1ª instância foram favoráveis a São Francisco e esses processos encontram-se em grau de recursos.

Esclarecemos ainda que os valores pleiteados em juízo pelos ex-participantes, encontram-se provisionados, não havendo, assim impacto no resultado do passivo em caso da Fundação ser condenada.

**FATO RELEVANTE 2:** No demonstrativo denominado DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO, no **item** relativo ao “Exigível Contingencial” no exercício de 2014 deixou-se de discriminar a provisão no valor de R\$ 176 mil. Esse recurso já está autorizado a devolução a entidade, aguardando somente os proclames judiciais, ou seja, ainda que constante do mesmo item para o exercício de 2015, ao longo de 2016 deixará de existir.

**FATO RELEVANTE 3:** O montante existente de NTN’s em 2015 é R\$ 60,5 milhões, maior que no exercício de 2014. Representa acréscimo de 22,4% na carteira de Títulos Públicos, objetivando imunizar o passivo contra flutuações das taxas de juros.

Com a edição da Instrução Previc nº 23, de 26/06/2015, a entidade demonstrou a aderência da taxa de juros a ser aplicada na apuração das reservas do plano, a qual está estabelecida em 5,50% a.a.. Na sequência, o

Atuário e a Diretoria de Finanças, tomando por base a planilha estabelecida na Portaria nº 30 – PREVIC, de 21/01/2016, apurou a duration (tempo médio) do passivo do plano e, associadamente, encontrou o valor presente das NTN-B com base na taxa de juros atuarial.

O valor encontrado pela aplicação da metodologia discriminada acima, não vai registrada no balancete do exercício, entretanto, com fulcro na Instrução 25 – PREVIC, de 17/12/2015, em que altera o art. 2, anexo C, ajustando o Demonstrativo nº IV – Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, em seu item nº 6, letra b – (+/-) Ajuste de Precificação, permitiu registrar a importância de R\$ 6.797 milhões.

O registro realizado conforme o parágrafo anterior é confrontado no aludido demonstrativo com o resultado deficitário apurado para o exercício de R\$ 6.058 milhões, o

que permitiu produzir um resultado ajustado, superavitário, em R\$ 738 mil.

NOTA 10:

## PLANO CODEPREV

### 1. Realizável

#### 1.1. Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 398 mil;
- b) Participantes – R\$ 406 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de dezembro/2015 para serem liquidadas no mês de janeiro/2016, as quais respeitam o regime de competência. Como evento subsequente, recebimento de janeiro, afirmasse que tudo foi recebido.

#### 1.2. Investimentos

Os registros são detalhados no quadro abaixo:

Plano Codeprev	2015	2014
<b>Investimentos</b>	<b>21.596</b>	<b>9.855</b>
Títulos Públicos	21.477	9.852
Fundos de Investimento	119	3
Multimercado	119	3

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais – NTN/B que correspondem a 99,45% e o Fundo de Investimento Multimercado, com 0,55%.

No decorrer do exercício de 2015, a Carteira de Títulos Públicos Federais – NTN/B existentes no Plano II-CD/Codeprev, a gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica

de Juros – Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: **(i)** – Devidamente atestada pelo AETQ e **(ii)** – Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento – CEI.

Como se constata, o movimento permitiu que o Plano se apropriasse de ganhos obtidos na troca, motivado pela diferença positiva entre os preços dos papéis vendidos, registrados desde sua aquisição pelo Plano, na curva, e os preços dos mesmos praticados a mercado.



### i) Aspectos Gerais

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

- **Títulos Públicos Federais – NTN/B:** a Fundação São Francisco precificou-os pela curva de compra. Seus preços refletem o valor pago, acrescido do rendimento produzido pela aplicação da taxa de juros obtida na compra, deduzidos os valores eventualmente já re-

cebidos;

- **Fundos de investimento:** seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira do fundo estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem a carteira do fundo estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

### a) Distribuição dos Investimentos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR VENCIMENTO - PLANO II/CD-CODEPREV			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015 - R\$ -		
	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Dívida Pública Mobiliária Federal</b>	-	<b>1.813.420,91</b>	<b>19.663.735,50</b>
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	-	1.813.420,91	19.663.735,50
<b>Emissão ou Coobrigação de Instituições</b>	-		
<b>Autorizadas pelo BACEN</b>	-	<b>1.813.420,91</b>	<b>19.663.735,50</b>
<b>TOTAL - R\$ -</b>	<b>0,00</b>	<b>1.813.420,91</b>	<b>19.663.735,50</b>

### b) Fundos de Investimentos:

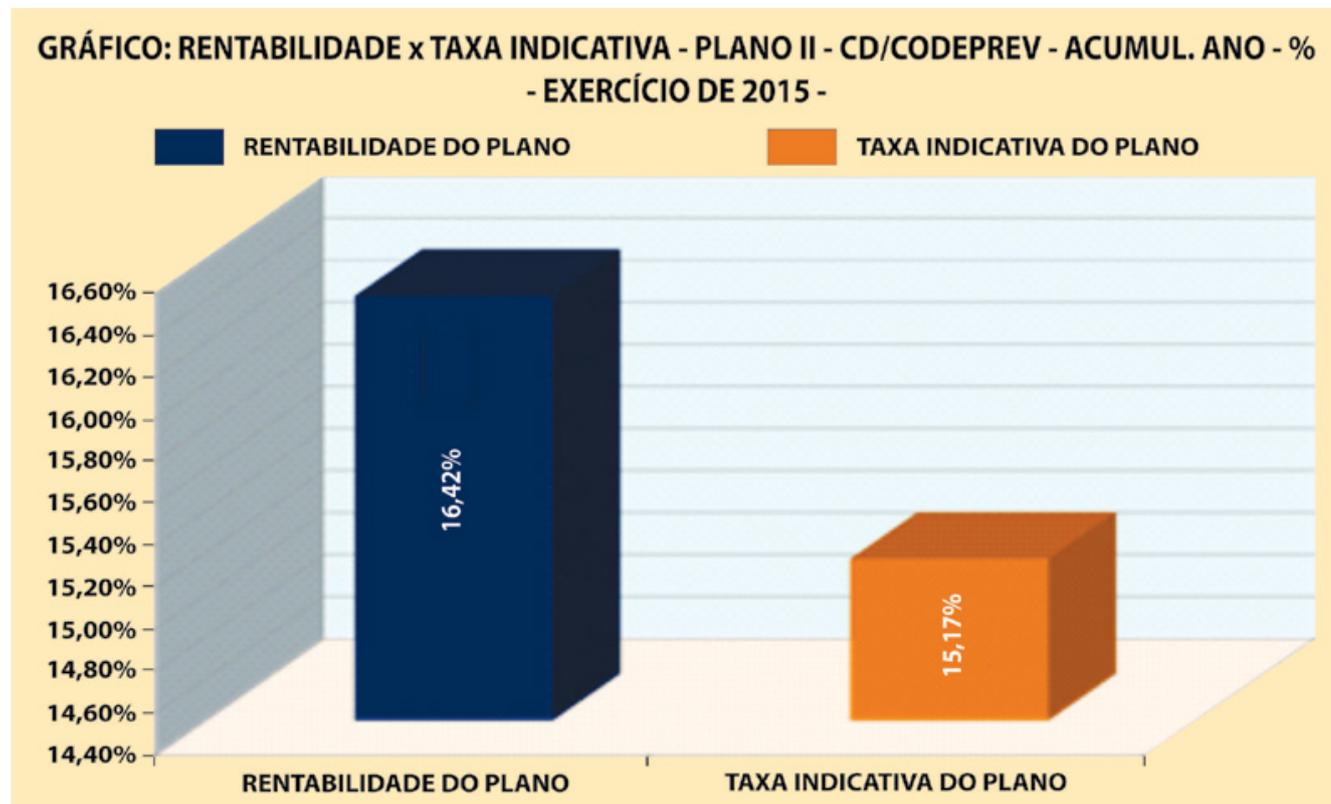
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - PLANO II/CD-CODEPREV	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO DE 2015 - R\$ -
	SEM VENCIMENTO
<b>Multimercado</b>	<b>118.907,40</b>
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	118.907,40
<b>TOTAL - R\$ -</b>	<b>118.907,40</b>

### c) Rentabilidade:

A Rentabilidade Nominal anual acumulada do Plano II-CD/Codeprev de 2015, tendo por base o Fluxo dos Investimentos, atingiu o patamar de 16,42%, contra 14,55% alcançada

em 2014. A **Taxa Indicativa do Plano estabelecida em INPC + 3,50% a.a.** para o exercício de 2015 ficou em 15,17%, contra 9,94% em 2014. Em comparação ao resultado dos Investimentos frente à Taxa Indicativa, evi-

dência um ganho de 1,25%, ou seja, uma rentabilidade 1,25% acima do mínimo necessário em relação à Taxa Indicativa do plano para o exercício.



EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
jan/14	1,02	1,15	1,15%
fev/14	1,03	0,85	2,01%
mar/14	1,04	1,20	3,24%
abr/14	1,06	1,27	4,54%
mai/14	1,07	1,03	5,61%
jun/14	1,08	0,88	6,55%
jul/14	1,09	0,82	7,42%
ago/14	1,10	1,02	8,51%
set/14	1,13	3,02	11,79%
out/14	1,15	1,38	13,34%
nov/14	1,17	1,93	15,53%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%

continua

continuação

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
jan/15	1,16	1,55	14,81%
fev/15	1,18	1,41	16,42%
mar/15	1,19	1,45	18,11%
abr/15	1,22	1,73	20,16%
mai/15	1,23	1,16	21,55%
jun/15	1,24	1,13	22,92%
jul/15	1,26	1,49	24,76%
ago/15	1,27	0,63	25,54%
set/15	1,27	-0,16	25,35%
out/15	1,28	1,38	27,07%
nov/15	1,30	0,90	28,22%
dez/15	1,32	1,48	30,11%



A variação da cota no período de 01/12/2013 à 31/12/2015 apresentou uma variação de 30,11%.

NOTA 11:

### Plano de Gestão Administrativa

#### Custeio

O quadro abaixo mostra os valores de receitas e despesas do PGA e seu enquadramento legal.

#### Quadro de avaliação do custeio total.

Custeio Total				
Descrição		Valor	Despesas / Receitas em %	% DESPESA EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL
Receita	Custeio de Carregamento	1.918,53	30%	
	Custeio dos Investimentos	2.710,79	42%	
	Fluxo dos Investimentos - PGA	1.757,53	28%	
	<b>Total</b>	<b>6.386,85</b>	<b>100%</b>	
Despesa	Previdencial	3.580,40	57%	56%
	Investimentos	2.679,77	43%	42%
	<b>Total</b>	<b>6.260,17</b>	<b>100%</b>	<b>98%</b>

#### Quadro dos valores apurados do custeio administrativo.

DESCRIÇÃO	VALORES APROPRIADOS R\$ mil	LIMITES LEGAIS R\$ mil	
		TAXA CARREGAMENTO 9%	TAXA ADMINISTRATIVA 1%
Recursos Garantidores	559.548	-	5.595
Recursos Previdenciais (Receita+Despesa)	84.030	7.563	-
		LIMITES APURADOS %	
Custeio Arrecadado do Exercício	4.630	5,51	0,83
Custeio Previdencial	1.919	-	-
Custeio Investimento	2.711	-	-

O total do custeio transferido dos planos para o PGA foi de R\$ 4.630 mil correspondendo a 5,51% do total dos Recursos Previdenciais (taxa de carregamento), quando seu limite legal é de no máximo 9%. A taxa de carregamento foi estabelecida pelo Conselho Deliberativo como limite para o custeio administrativo, em atendimento ao Parágrafo único do art 6º da Resolução/CGPC/ nº 29, de 31 de agosto de 2009.

Os fundamentos destas notas encontram-se detalhadas nos arts. 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 2º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, nos arts. 11, inciso VIII, e 25, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e no art. 3º da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

## 1. Realizável

### 1.1. Gestão Administrativa

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 137 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados/Empréstimo Férias/Férias – R\$ 58 mil;
- c) Cobertura c/ Custeio dos Investimentos – R\$ 221 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.406 mil;

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de dezembro/2015, as quais serão liquidas no mês de janeiro/2016.

A letra “b” refere-se à provisão de empréstimo férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são pagos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda do Plano de Benefícios a ser realizado no mês de janeiro/2016, item 2.2 letra “c”. Provisionado em dezembro/2015 no Plano de Benefícios como custeio a pagar e, no PGA, como sua receita a receber.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS, IR e Ações Trabalhistas depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 422 mil e R\$ 2.928 mil, respectivamente, conforme extrato judicial encaminhado pelo **JCMB Advogados e Consultores**.

### 1.2 Investimento

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa – PGA estão distribuídos da seguinte forma:

Plano de Gestão Administrativa	2015	2014
<b>Investimentos</b>	<b>11.270</b>	<b>11.025</b>
Títulos Públicos	11.186	10.447
Fundos de Investimento	84	578
Multimercado	84	578

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais – NTN/B que correspondem a 99,25% e o Fundo de Investimento Multimercado, com 0,75%.

No decorrer do exercício de 2015, a Carteira de Títulos Públicos Federais – NTN/B existentes no Plano de Gestão Administrati-

va – PGA, a gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos – CEI, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros – Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM,



com objetivo de rentabilizar o Plano: (i) – Devidamente atestada pelo AETQ e (ii) – Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento – CEI.

Como se constata, o movimento permitiu que o Plano se apropriasse de ganhos obtidos na troca, motivado pela diferença positiva entre os preços dos papéis vendidos, registrados desde sua aquisição pelo Plano, na curva, e os preços dos mesmos praticados a mercado.

#### j) Aspectos Gerais

Os valores contábeis dos títulos e valores mobiliários e fundos de investimentos foram apurados segundo os critérios abaixo especificados:

- Títulos Públicos Federais – NTN/B: A Fundação São Francisco precificou-os pela curva de compra. Seus preços refletem o valor pago, acrescido do rendimento produzido pela aplicação da taxa de juros obtida na compra, deduzidos os valores eventualmente já recebidos;
- Fundos de investimentos: seguem as regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, segundo suas classificações, porém, como regra geral, os ativos integrantes da carteira do fundo estão precificados a mercado. Os preços dos títulos que compõem a carteira do fundo estão contabilizados pelo preço praticado nas transações cursadas no dia da apuração da cota.

#### k) Distribuição dos Investimentos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR VENCIMENTO - PGA			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015 - R\$ -		
	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Dívida Pública Mobiliária Federal</b>	-	<b>2.459.333,88</b>	<b>8.726.358,08</b>
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	-	2.459.333,88	8.726.358,08
<b>Emissão ou Coobrigação de Instituições</b>	-		
<b>Autorizadas pelo BACEN</b>	-	<b>2.459.333,88</b>	<b>8.726.358,08</b>
<b>TOTAL - R\$ -</b>	<b>0,00</b>	<b>2.459.333,88</b>	<b>8.726.358,08</b>

#### l) Fundos de Investimentos:

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - PGA	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO DE 2015 - R\$ -
	SEM VENCIMENTO
<b>Multimercado</b>	<b>84.470,25</b>
FIM - SAGA SNAKE - Gestor: SAGA	84.470,25
<b>TOTAL - R\$ -</b>	<b>84.470,25</b>

**Observações:** Diante da inadimplência dos emissores estão constituídas provisões para perda em estrita observação à legislação vigente, conforme demonstrado no quadro a seguir. Esclarece-se por oportuno que,

o resultado produzido pelos investimentos e consignados como patrimônio social estão líquidos das referidas provisões, portanto, seu impacto já está consignado como resultado do exercício em que ocorreram.

ITENS	ATIVO	INSTITUIÇÕES	VALOR Atualizado -R\$-
01	CDB's / PÓS-FIXADOS	BANCO MORADA S/A	59.348,38
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>59.348,38</b>

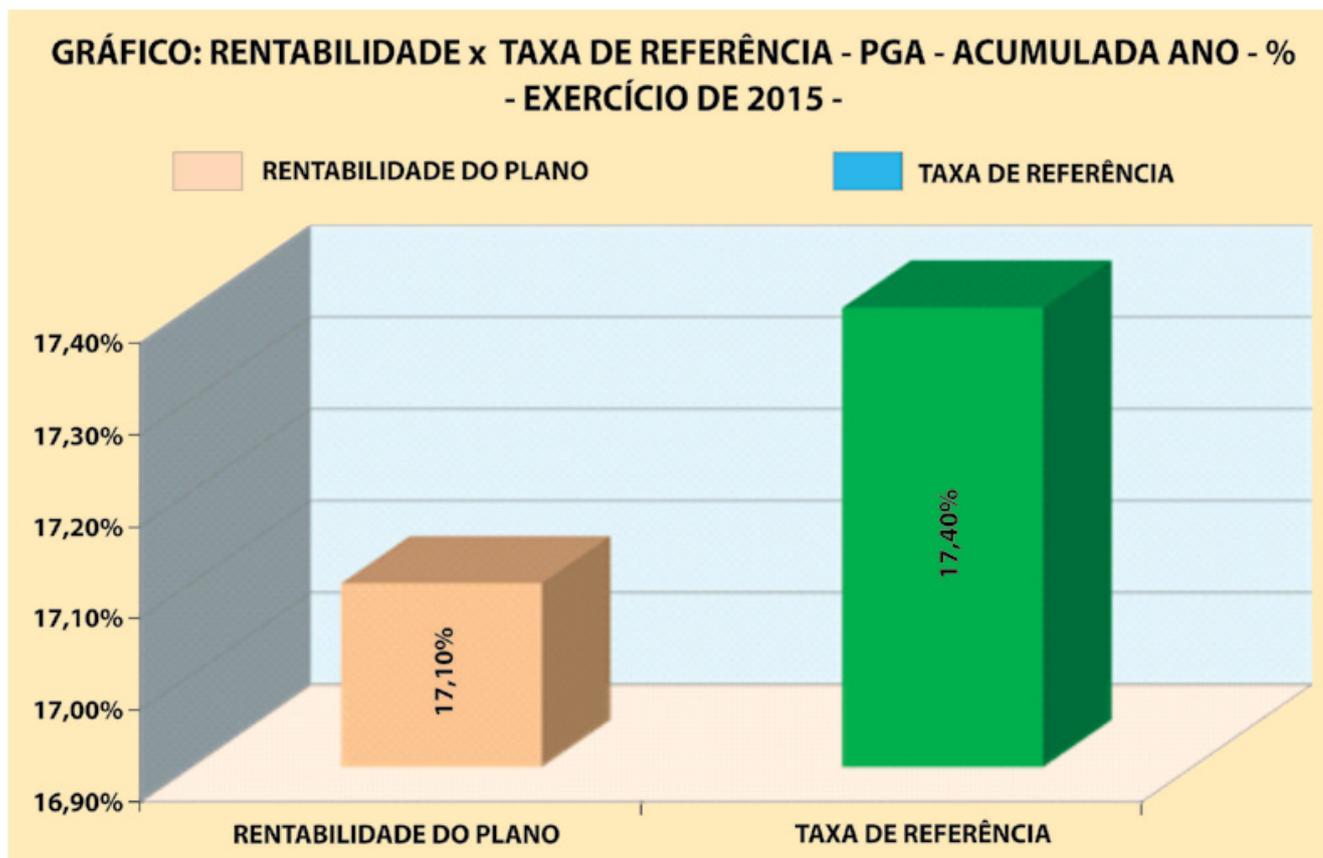
#### m) Investimentos Imobiliários:

O quadro abaixo evidencia a distribuição dos investimentos no Segmento de Imóveis existentes na carteira:

CARTEIRA DE IMÓVEIS- EXERCÍCIO DE 2015 – R\$ Mil -			
DESCRIÇÃO DO BEM	2015	2014	VARIAÇÃO
Edifício Central Brasília – Bloco “H” – Quadra 02 – SBN – Brasília – DF (10 Salas)	3.042	3.114	(72)

#### n) Rentabilidade do Plano:

A Rentabilidade Nominal anual acumulada do Plano de Gestão Administrativa – PGA de 2015, tendo por base o Fluxo dos Investimentos, atingiu o patamar de 17,10%, contra uma Taxa Referencial (INPC + 5,50 % a.a.) que atingiu no exercício 17,40%, proporcionando ao Plano no período considerado uma variação abaixo da Taxa de Referência de 0,30%.





## 2. Exigível Operacional

### 2.1. Gestão Administrativa:

a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros – R\$ 457 mil;

b) Retenções a Recolher (valores retidos de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 18 mil;

c) Provisão de Férias/INSS/FGTS – R\$ 244 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de dezembro/2015, as quais serão liquidadas em janeiro/2016.

## 3. Exigível Contingencial

### 3.1. Gestão Administrativa:

a) Provisão de PIS – R\$ 422 mil;

b) Provisão de COFINS – R\$ 2.928 mil;

c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;

d) Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil.

Os valores especificados nas letras “a”, “b” e “c”, correspondem a depósitos judiciais. A Entidade, em 06 de março de 2006, moveu contra a Delegacia da Receita Federal de Brasília, mandado de segurança preventivo com pedido de medida liminar no processo nº 2009.34.00.008213-4, transitando na 4ª Vara Federal de Brasília/DF. O objetivo da ação é buscar o entendimento adequado ao tratamento tributário a vigorar sobre os recursos dos planos de previdência, uma vez que a entidade entende que as contribuições sociais – PIS e COFINS não têm por base de cálculo valores aportados por participantes e patrocinadora. Com fulcro na Lei Complementar nº 109/2001, principalmente, se insurge a fundação contra a exigência de proceder ao pagamento das contribuições citadas, ante o fato de ela não possuir faturamento. A Lei 9.718/1998, que criou as contribuições so-

ciais, fala de **faturamento**, logo, não havendo o pressuposto, a obrigatoriedade da exigência, por parte da Receita Federal, se configura como ato inconstitucional, na opinião da Fundação.

É vital apresentar o “modus operandis” para a constituição das provisões: (I) na competência o registro é realizado como despesa da competência, tendo em vista que o pagamento é procedido até o dia 20 do mês subsequente, a contrapartida vai registrada como obrigações operacionais a pagar; (II) não se verificando o trânsito da sentença, a entidade reclassifica a despesa para a formação de contingência e o valor desembolsado como garantidor da ação, tendo em vista que é realizado o depósito judicial correspondente.

A partir de janeiro de 2015 com a publicação da Lei nº 12.973/14 no diz respeito à tese jurídica do PIS e da COFINS, a entidade passará a recolher as contribuições normalmente, e não mais deposita-las judicialmente. A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC no. 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei 9.718/98, publicada anteriormente à EC no. 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços).

Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

NOTA 12:

### RECEITAS X DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Custeios Oriundos				Despesas com a Gestão		
Contribuição dos Planos	Investimento dos Planos	Resultado Investimento PGA	Total	Previdencial	Investimentos	Total
1.918,53	2.710,79	1.757,53	6.386,85	3.580,40	2.679,77	6.260,17

As receitas do PGA são compostas pela Taxa de Carregamento e Taxa de Administração dos Investimentos, elas totalizaram R\$ 4.628 mil enquanto os recursos existentes no próprio plano produziram receita de R\$ 1.757 mil, perfazendo assim a cifra total de R\$ 6.386 mil.

Na apuração dos gastos, registrados em centros de responsabilidades, por meio de critério de rateio, estabelecido pela Diretoria Executiva com aprovação do Conselho Deliberativo, por ocasião da formulação do orçamento previsto para o exercício findo, os valores foram distribuídos entre a Gestão Administrativa Previdencial R\$ 3.540 e Gestão Administrativa dos Investimentos R\$ 2.680 totalizando R\$ 6.260 mil.

A taxa de carregamento corresponde à aplicação de percentual definido pelo Atua-

rio sobre as contribuições vertidas ao plano, e tem por finalidade custear as despesas administrativas da instituição São Francisco, vinculadas a atividade de previdência. Já a Taxa de Administração dos Investimentos corresponde das despesas relacionadas à Gestão Administrativa dos Investimentos, apuradas segundo a adoção de rateios para cada área de responsabilidade, além, da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem se notando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

Os critérios de rateio, citado preteritamente, estabelecido em função dos centros de custos (departamentalização organizacional) e de custeio, seguiram as tabelas abaixo:

UNIDADE	SIGLA	PREVIDENCIAL	INVESTIMENTO
Diretor Superintendente	SUPER	70	30
Secretaria	SECDI	30	70
Assessor de Diretoria	ASSDI	30	70
Gerente de contabilidade	GECON	60	40
Contabilidade e Orçamento	DIFIN	60	40
Diretor de Benefícios	DIBEN	100	
Gerente de Benefícios	GECON	100	
Setor de Cadastro	GRCOR	100	
Setor de Benefícios	GEBEN	100	
Diretoria de Finanças	DIFIN		100
Gerente de Finanças	GEFIN		100
Setor Mercado Financeiro de Capitais	STMFC		100
Imóveis	STIMO		100
Empréstimos	STEMP		100
Coordenador do Setor de Administração	COAD	50	50
Gerais	ADMGE	50	50
Tesouraria	ADMTE	90	10
TI	ADMTI	39	61



UNIDADE	SIGLA	PLANO BD	CODEPREV
Diretor Superintendente	SUPER	50	50
Secretaria	SECDI	50	50
Assessor de Diretoria	ASSDI	50	50
Gerente de contabilidade	GECON	90	10
Contabilidade e Orçamento	DIFIN	90	10
Diretor de Benefícios	DIBEN	50	50
Gerente de Benefícios	GECON	50	50
Setor de Cadastro	GRCOR	40	60
Setor de Benefícios	GEBEN	100	0
Diretoria de Finanças	DIFIN	80	20
Gerente de Finanças	GEFIN	80	20
Setor Mercado Financeiro de Capitais	STMFC	80	20
Imóveis	STIMO	100	0
Empréstimos	STEMP	100	0
Coordenador do Setor de Administração	COAD	50	50
Gerais	ADMGE	50	50
Tesouraria	ADMTE	90	10
TI	ADMTI	50	50

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2015

**MANOEL GERALDO DAYRELL**  
Diretor Superintendente  
CPF: 249.313.496-68

**MARCOS MOREIRA**  
Diretor de Benefícios  
CPF: 402.955.407-53

**MARCOS ANDRÉ PRANDI**  
Diretor de Finanças  
CPF: 152.433.621-15

**SÉRGIO LUIZ SALLES**  
Contador CRC DF – 024117/0-8  
CPF: 602.707.721-20

# Relatório de Auditoria Independente



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

*A Genésia de Contabilidade*  
*12/04/2016*

Brasília, 15 de março de 2016.

Ilmos. Srs.

Administradores e Conselheiros

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Entidade FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO, que compreendem o balanço patrimonial consolidado representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO, em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL - SÃO FRANCISCO e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.



AudiLink & Cia. Auditores  
CRC-RS 003688/F-3  
Nelson Câmara da Silva  
Contador CRC/RS 023584/O-8 S-DF

# Relatório de Auditoria da Patrocinadora

---



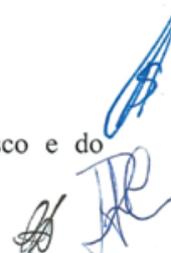
Ministério da Integração Nacional - M I  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

**Relatório de Auditoria nº 05/2016**

**Fundação São Francisco de Seguridade Social**

**Brasília – DF**

195006 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do  
Parnaíba - Codevasf





Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. ACOMPANHAMENTO DA AUDITAGEM ANTERIOR</b>	<b>3</b>
2.1 Informação: mandado de segurança contra auto de infração da SRF por não recolhimento da CSLL.	4
<b>3. AUDITAGEM ATUAL</b>	<b>4</b>
3.1 GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANO BD)	5
3.1.1 Receitas e Despesas Previdenciárias	5
3.2 GESTÃO INVESTIMENTOS (PLANO BD)	6
3.2.1 Receitas e Despesas de Investimentos	6
3.3 GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANO CODEPREV)	8
3.3.1 Receitas e Despesas Previdenciárias	8
3.4 GESTÃO INVESTIMENTOS (PLANO CODEPREV)	8
3.4.1 Receitas e Despesas de Investimentos	9
3.4.2 Constatação: elevado número de empregados da Codevasf sem adesão ao Codeprev.	9
3.5 Plano de GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	10
3.6 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	11
3.6.1 Receitas	11
3.6.2 Despesas	12
3.6.3 Resultado do Período	12
3.6.4 Balanço Patrimonial	13
3.7 RELATÓRIO DO ATUÁRIO, DA AUDITORIA INDEPENDENTE e da Previc	13
3.7.1 Constatação: atuação do Conselho Fiscal em desconformidade com as determinações da PREVIC.	14
<b>4. CONCLUSÃO</b>	<b>15</b>
<b>5. ENCAMINHAMENTO</b>	<b>15</b>



Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

**RELATÓRIO Nº:** 05/2016  
**TIPO DE AUDITORIA:** Acompanhamento da Gestão  
**UNIDADE AUDITADA:** Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS  
**ITEM DO PAINT:** 23

Senhor Chefe da Unidade de Avaliação e Acompanhamento de Programas,

Em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - Paint, aprovado para o Exercício 2015, apresenta-se o relatório de auditoria que trata dos resultados dos exames realizados sobre os atos e os fatos de gestão praticados na Entidade, no período de janeiro a novembro de 2015.

## 1. INTRODUÇÃO

Os trabalhos foram realizados na sede da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar dos empregados da Codevasf, em Brasília - DF, no período de 18 a 29/01/2016, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, com o objetivo de avaliar a gestão dos responsáveis.

Quando da análise foram verificadas as demonstrações contábeis, as fichas financeiras dos empregados e dirigentes da entidade, o relatório de auditoria externa, as atas das reuniões dos conselhos fiscal e deliberativo, bem como o relatório de avaliação atuarial.

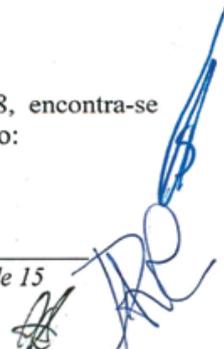
Os critérios utilizados nos trabalhos de auditoria para a seleção de itens auditados foram os de materialidade, relevância e criticidade.

Os fatos considerados importantes por esta equipe de auditoria foram transmitidos formalmente por meio de “solicitação de auditoria - SA”, com vistas aos esclarecimentos das questões e/ou de regularização tempestiva das pendências abordadas.

Ao final das atividades esta equipe de auditoria reuniu-se com a diretoria da Fundação, oportunidade em que os fatos considerados relevantes foram transmitidos de forma resumida. Às páginas subsequentes, relatam-se detalhadamente os pontos merecedores de destaque, os quais submetemos à apreciação de vossa senhoria.

## 2. ACOMPANHAMENTO DA AUDITAGEM ANTERIOR

O relatório de auditoria nº 02/2015, processo nº 59500.000555/2015-58, encontra-se arquivado nesta Consad/AU, onde restou a seguinte pendência para acompanhamento:





Ministério da Integração Nacional - M I  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

## 2.1 Informação: mandado de segurança contra auto de infração da SRF por não recolhimento da CSLL.

No relatório da auditoria externa de 24/08/2012 foi informado quanto à provisão contingencial no valor de R\$ 1.243.090,51, gerada por auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL, referente aos exercícios de 1999 a 2001. De acordo com o relatório, a Fundação impetrou mandado de segurança cuja liminar recebeu parecer favorável do procurador regional da República da 1ª Região, em 09/11/2008.

Na ocasião, a área auditada apresentou documentação informando que o mandado de segurança em questão (processo nº 2003.34.00037674-7/DF) encontrava-se com liminar deferida em favor da Fundação, com recursos especial e extraordinário da União pendentes de admissibilidade no TRF/1ª Região, conforme informações prestadas em 25/11/2013 pelo escritório Vilas Boas Advogados Associados, contratado pela São Francisco.

Quando da auditoria anterior, o processo encontrava-se em tramitação junto ao TRF/1ª Região, sendo apresentadas as contrarrazões aos recursos especiais e extraordinário pela São Francisco. Após esta etapa, o presidente do TRF/1ª Região faria “juízo de admissibilidade”, verificando se estão presentes os requisitos para que os recursos apresentados pela União possam ir ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Em novembro/2015, a Fundação informou ao conselho deliberativo que “foi proferida decisão suspendendo a exigibilidade do crédito até os montantes depositados, em sede de liminar. Ao final foi proferida sentença concedendo em parte a segurança para agastar a aplicação do art. 56 da Lei nº 8.430/1996 pela inconstitucionalidade e declarar o direito da São Francisco a isenção da COFINS. Foram apresentados Embargos de Declaração e Apelação pela São Francisco. O TRF/1ª Região deu provimento à apelação e o processo se encontra com a apresentação de Recurso Especial e Extraordinário para admissibilidade”.

Quando da realização dos trabalhos de auditoria a posição da ação encontrava-se inalterada. Dessa forma, essa matéria deverá ser objeto de acompanhamento quando do próximo trabalho de auditoria na FSFSS.

## 3. AUDITAGEM ATUAL

A Fundação São Francisco de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência privada, regulamentada pela Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, instituída pela Portaria MPAS nº 2.531, de 28 de maio de 1981, por tempo indeterminado, com fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, patrocinada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, por si e pelos seus empregados que aderiram aos planos de previdência gerenciados pela Fundação.

A Entidade tem por objetivo principal conceder suplementação de benefícios previdenciais aos seus participantes e respectivos beneficiários. Para tanto, a Fundação gerencia o Plano de Benefício Definido – Plano BD (A), cujo aporte financeiro está a cargo da patrocinadora e dos participantes, sendo as respectivas contribuições definidas estatutariamente em regulamento de acordo com o custeio estabelecido atuarialmente; e o Plano de Contribuição Definida – “Codeprev” (B), cujo aporte financeiro também está a cargo da patrocinadora e dos participantes, sendo que aqui as contribuições são definidas pelos participantes.

Foi analisada a seguinte documentação até novembro de 2015: relatórios gerenciais trimestrais 1º, 2º e 3º trimestres; relatório de auditoria externa; relatório de avaliação atuarial; atas das reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal; contratos de prestação de serviços; fichas



Ministério da Integração Nacional - M I  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

financeiras dos empregados e diretores da Fundação; boletins financeiros por amostragem (junho e novembro); balancetes mensais dos Planos de Benefícios I (BD) e II (Codeprev), Plano de Gestão Administrativa – PGA e consolidado Previc.

## A) PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

### 3.1 GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANO BD)

Essa gestão reúne todas as atividades previdenciais da entidade, como recebimento de contribuições da patrocinadora e participantes, pagamentos de benefícios e provisionamento de reservas matemáticas calculadas atuarialmente. Além disso, auferir da gestão investimentos o resultado mensal decorrente das aplicações financeiras.

No encerramento do 3º trimestre de 2015, a Codevasf contava com 1.800 empregados, dos quais 480 eram participantes ativos do plano BD, e o Plano possuía 629 assistidos e 238 pensionistas. Nos últimos 12 meses, 21 participantes ativos se desligaram do plano, 1 requereu suplementação de aposentadoria, e ocorreram também 2 desligamentos por morte de participante.

#### 3.1.1 Receitas e Despesas Previdenciárias

As receitas previdenciárias são constituídas pelos recursos decorrentes das contribuições dos participantes e da patrocinadora.

A arrecadação de contribuições até o encerramento do trimestre totalizou R\$ 19.941 (em mil reais), estando contidas nesse valor todas as contribuições patronais - R\$ 7.955 (em mil reais) e dos participantes - R\$ 9.612 (em mil reais), equivalendo a 43% e 57%, respectivamente, da contribuição total, bem como contribuições dos assistidos - R\$ 2.224 (em mil reais) e outras contribuições - R\$ 150 (em mil reais).

Para arcar com o pagamento dos benefícios previdenciários, a FSFSS desembolsou até esse período a importância de R\$ 25.036 (em mil reais), devido, basicamente, ao reajuste anual dos benefícios pelo INPC.

Os resultados apresentados demonstram que as despesas previdenciárias superaram as receitas previdenciárias em R\$ 5.095 (em mil reais), ultrapassando em 25,55% as receitas previdenciárias arrecadadas até o final do 3º trimestre de 2015, conforme quadro a seguir.

Quadro 01 – Receitas x Despesas (previdenciárias) – Plano BD  
(até o final do 3º trimestre de 2015 - em mil reais)

PERÍODO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Diferença	%
1º trimestre	6.427,00	7.899,00	(1.472,00)	22,90%
2º trimestre	6.260,00	9.104,00	(2.844,00)	45,43%
3º trimestre	7.254,00	8.033,00	(779,00)	10,74%
<b>TOTAL</b>	<b>19.941,00</b>	<b>25.036,00</b>	<b>(5.095,00)</b>	<b>25,55%</b>

Essa diferença decorre da tendência do Plano BD passar da condição de capitalizador para a de pagador.




Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

### 3.2 GESTÃO INVESTIMENTOS (PLANO BD)

Essa gestão é destinada ao gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos existentes na Entidade. A Resolução nº 3.792, de 24.09.2009, Capítulo V - CMN, alterada pela Resolução nº 4.275, de 31.10.2013, em conformidade com seu Estatuto, Regulamento e com a sua característica principal - plano de benefício definido – BD, dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e estabelece, entre outras medidas, limites de enquadramento e diversificação a serem observados pelas entidades, nos segmentos, quando da aplicação dos recursos das reservas técnicas. Assim, a FSFSS exerce rígido controle e avaliação dos seus ativos no que se referem ao cumprimento da legislação, aos riscos inerentes aos investimentos, bem como aos retornos auferidos.

#### 3.2.1 Receitas e Despesas de Investimentos

Conforme verificado no balancete analítico e relatório trimestral (3º trimestre/2015), o ativo líquido no início do exercício era de R\$ 473.598.928,52. O resultado bruto da gestão investimentos, constituído pelas receitas (contribuições e rendimentos), descontadas as despesas inerentes aos ativos de investimentos (benefícios e custeio administrativo), acumulou, até final do 3º trimestre de 2015, o montante positivo de R\$ 19.057.372,81, que somado a R\$ 176.530,66 de reversão contingencial – gestão previdencial, resultou num total de R\$ 19.233.903,47, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 02 – Custeio do Programa de Investimentos – Plano BD  
(até o final do 3º trimestre de 2015)

2015	Contribuições	Rendimentos	Benefícios	Custeio Adm.	Ativo Líquido Acumulado
1º trimestre	6.988.556,58	14.487.262,16	9.235.022,29	376.732,33	11.864.064,12
2º trimestre	6.738.692,16	22.320.377,03	10.870.051,58	364.519,52	17.824.498,09
3º trimestre	7.974.045,30	(4.551.592,41)	13.669.270,77	384.371,52	(10.631.189,40)
<b>TOTAL</b>	<b>21.701.294,04</b>	<b>32.256.046,78</b>	<b>33.774.344,64</b>	<b>1.125.623,37</b>	<b>492.832.831,99</b>

No início do exercício de 2015, o déficit técnico acumulado do plano BD era de R\$ 20.572.991,02 (conta 2312 – Equilíbrio Técnico), vindo a apresentar suas variações conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 03 – Equilíbrio Técnico – Plano BD  
(até o final do 3º trimestre de 2015)

Equilíbrio Técnico	Superávit	Déficit	Equilíbrio Técnico Acumulado
1º trimestre	-	(1.952.668,78)	(22.525.659,80)
2º trimestre	2.174.053,86	-	(20.351.605,94)
3º trimestre	-	(17.706.154,46)	(38.057.760,40)

Conforme o último Balancete Analítico (11/2015) apresentado pela FSFSS, o déficit técnico acumulado do plano BD é de R\$ 34.266.444,32.



Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

A reavaliação atuarial extraordinária, ocorrida em 2014, resultou em um novo plano de custeio, com revisão do plano de equacionamento do déficit acumulado, passando a ter nova implementação de contribuições extraordinárias de 2014 a 2018, encontrando-se atualmente em 81,98%, e passará para 100,59% a partir de Julho/2016, conforme tabela a seguir:

PERÍODO	% a mais
Jul/2014 a Jun/2015	65,10
Jul/2015 a Jun/2016	81,98
Jul/2016 a Jun/2017	100,59
Jul/2017 a Jun/2018	121,11
Jul/2018 em diante	143,55

Em 24/11/2015 foi realizada reunião no Dest/MP, que contou com a presença do presidente da Codevasf, Felipe Mendes e do gerente executivo da AE, Sérgio Miranda, do Coordenador do Dest/MP, Murilo Barella e outros técnicos daquela instituição. Pela Fundação São Francisco participaram o diretor superintendente, Manoel Geraldo Dayrell, o diretor de benefícios, Marcos Moreira e o gerente de benefícios, Fábio Nogueira Noronha.

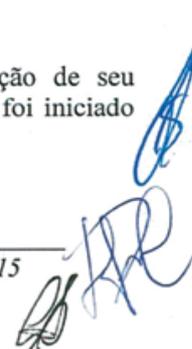
Nessa reunião, os representantes da Codevasf e da SÃO FRANCISCO foram informados de que a STN/MF havia devolvido o processo de saldamento do Plano de Benefícios I, determinando que o saldamento somente poderá ocorrer se a repartição do custo for realizada com base na proporcionalidade existente das contribuições, que, atualmente, é de aproximadamente 43% para a Patrocinadora e 57% para os participantes.

Conforme mensagem do diretor superintendente da FSFSS aos participantes do plano BD, de 26/01/2016, foram elucidadas as providências adotadas sobre o saldamento do plano, considerado um processo complexo e que depende, além da FSFSS e da Codevasf, de manifestações e aprovações de outros órgãos: STN/MF; DEST/MP; e PREVIC/MPAS, bem como da necessidade de cumprimento de prazos legais para divulgação e adesão. Por fim, foi apresentado cronograma para o iminente saldamento do plano BD, assim projetado para o último trimestre de 2016 e com a sua efetiva implementação, este déficit deverá ser absorvido no cômputo final do plano.

Dessa forma, até o momento, o resultado observado demonstra indicativo de condições razoáveis de liquidez dos ativos de investimentos do plano BD e o atendimento dos compromissos futuros da Fundação.

## **B) PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – CD – “CODEPREV”**

O Plano de Contribuição Definida – CD – “Codeprev”, tem a aplicação de seu regulamento aprovada pela Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 310, de 31/05/2013 e foi iniciado em 1º de novembro de 2013.





Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

### 3.3 GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANO CODEPREV)

Essa gestão reúne todas as atividades previdenciais da entidade, como recebimento de contribuições da patrocinadora e dos participantes, pagamentos de benefícios, bem como auferida da Gestão Investimentos o resultado mensal decorrente das aplicações financeiras.

Assim como o plano BD, seu aporte financeiro também está a cargo da patrocinadora e dos participantes, entretanto as contribuições são definidas pelos participantes.

No encerramento do 3º trimestre de 2015, a Codevasf contava com 1.800 empregados, dos quais 583 são participantes ativos e não possuía assistidos, até o momento.

#### 3.3.1 Receitas e Despesas Previdenciárias

As receitas previdenciárias são constituídas pelos recursos decorrentes das contribuições dos participantes e da patrocinadora.

A arrecadação acumulada de contribuições até o encerramento do trimestre totalizou R\$ 6.871 (em mil reais), estando contidas nesse valor todas as contribuições efetuadas pela patrocinadora e pelos participantes. Desses, 17 contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora, que é de 8%.

Até o final do 3º trimestre de 2015 foi despendido um total de R\$ 123.995,35, sendo R\$ 72.019,65 (2º trimestre) e R\$ 51.955,70 (3º trimestre), com resgate de contribuições.

Quadro 04 – Receitas x Despesas (previdenciárias)  
(até o final do 3º trimestre de 2015) – em Reais

PERÍODO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Diferença	%
1º trimestre	2.274.119,44	0,00	2.274.119,44	100,00%
2º trimestre	2.173.721,89	72.039,65	2.101.682,24	96,69%
3º trimestre	2.423.993,03	51.955,70	2.372.037,33	97,86%
<b>TOTAL</b>	<b>6.871.834,36</b>	<b>123.995,35</b>	<b>6.747.839,01</b>	<b>98,20%</b>

### 3.4 GESTÃO INVESTIMENTOS (PLANO CODEPREV)

Essa gestão é destinada ao gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos existentes na Entidade. A Resolução N° 3.792, de 24.09.2009, Capítulo V - CMN, alterada pela Resolução N° 4.275, de 31.10.2013, em conformidade com seu Estatuto, Regulamento e com sua característica principal – Plano de Contribuição Definida – CD, dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar estabelece, entre outras medidas, limites de enquadramento e diversificação a serem observados pelas entidades, nos segmentos, quando da aplicação dos recursos das reservas técnicas. Assim, a FSFSS exerce rígido controle e avaliação dos seus ativos no que se referem ao cumprimento da legislação, aos riscos inerentes aos investimentos, bem como aos retornos auferidos.



Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

### 3.4.1 Receitas e Despesas de Investimentos

Conforme verificado no balancete analítico e relatório trimestral (3º trimestre/2015), o ativo líquido no início do exercício era de R\$ 10.522.007,41. O resultado bruto da gestão investimentos, constituído pelas receitas, descontadas as despesas inerentes aos ativos de investimentos, acumulou, até final do 3º trimestre de 2015, o montante positivo de R\$ 18.586.597,00, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 05 – Custeio do Programa de Investimentos  
(até o final do 3º trimestre de 2015) – em Reais

2015	Contribuições	Rendimentos (+/-)	%	Custeio Administrat.	Ativo Líquido
1º trimestre	2.274.119,44	491.506,11	21,61%	68.380,12	2.697.245,43
2º trimestre	2.173.721,89	575.778,64	26,49%	137.251,23	2.612.249,30
3º trimestre	2.423.993,03	455.777,25	18,80%	124.675,42	2.755.094,86
<b>TOTAL</b>	<b>6.871.834,36</b>	<b>1.523.062,00</b>	<b>22,16%</b>	<b>330.306,77</b>	<b>18.586.597,00</b>

Evidenciado pelo relatório trimestral (3º trimestre/2015) acumulado, o desempenho do programa de investimentos do plano CD – Codeprev, registrou crescimento de 80,97%, totalizando R\$ 17.835.156,29 (conta “123-Investimentos” sem as contribuições do 3º trimestre/2015), contra R\$ 9.855.191,97 registrados em dezembro de 2014.

No encerramento do 3º trimestre de 2015, inerentes aos ativos de investimentos, observa-se que no fluxo de investimentos, o seu valor realizado de rendimentos de R\$ 1.523.062,00 foi superior ao valor orçado de R\$ 1.044.769,40, conforme verificado no relatório trimestral (3º trimestre/2015), finalizando para o período trimestral um acumulado de 45,78%, demonstrando o equilíbrio das contas, com o constante crescimento dos rendimentos.

Quando se observam as mesmas rubricas acumuladas no ano, o índice Orçado x Realizado das receitas de investimentos encontra-se em contínuo andamento rumo ao objetivo para o exercício, isto é, com tendência de manter-se equilibrada no encerramento do ano.

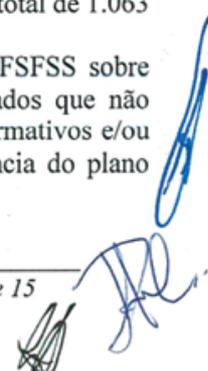
Dessa forma, o resultado observado apresenta indicativo de condições razoáveis de liquidez dos ativos de investimentos do plano.

### 3.4.2 Constatação: elevado número de empregados da Codevasf sem adesão ao Codeprev.

Fato:

Conforme relatório gerencial do 3º trimestre/2015, fls. 10 e fls. 46, verifica-se que a Codevasf tem em seu quadro 1.800 empregados. Desses, 480 são participantes do Plano de Benefícios I – BD e 583 do Plano de Benefícios II – Codeprev (CD), perfazendo um total de 1.063 empregados que são participantes ativos na Fundação São Francisco.

Dessa forma, por meio da SA nº 01/2016, solicitou-se manifestação da FSFSS sobre quais providências foram tomadas para estimular/atrainr os mais de 700 empregados que não aderiram ao Plano Codeprev, bem como esclarecimentos quanto a previsão de informativos e/ou palestras para clarear dúvidas existentes e, principalmente, demonstrar a importância do plano para os empregados, sua evolução e gestão observados desde sua criação.





Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

#### Posicionamento da Unidade Auditada:

Em resposta à solicitação de auditoria supracitada, a Fundação São Francisco informou que o momento oportuno para realizar nova campanha de adesão ao Plano II — Codeprev seria após o encerramento do processo de saldamento do Plano I (BD). A percepção é de que qualquer campanha antes do saldamento não surtiria o efeito desejado em razão da insatisfação dos participantes ativos do Plano I, observada atualmente em razão das elevadas contribuições a esse Plano. Além disso, com o saldamento, boa parte dos participantes ativos do Plano I deverá ingressar no Plano II (Codeprev), o que é mais uma razão para se aguardar a oportunidade citada, pois a campanha teria seu foco também nos atuais participantes do Plano I.

Estima-se que esse processo de saldamento possa estar encerrado nos próximos 6 a 8 meses, após a manifestação do Dest/MP, prevista para ser recebida pela Codevasf no decorrer deste mês de fevereiro.

Ressalta-se que, embora a quantidade de empregados da empresa que não participam de nenhum dos Planos seja em torno de 700, boa parte não teria potencial para aderir ao Codeprev por estarem em final de carreira ou terem sua remuneração abaixo do teto do INSS. Assim, o quantitativo de empregados com real possibilidade de adesão é bem inferior a 700.

#### Posicionamento da Equipe de Auditoria:

Considerando que o processo de saldamento do plano BD está em andamento de acordo com o cronograma divulgado pela Fundação, e a conseqüente possível migração de muitos para o plano CD (Codeprev), essa matéria deverá ser objeto de acompanhamento quando do próximo trabalho de auditoria na FSFSS. Entretanto, recomenda-se que a direção da Fundação promova ações efetivas e regulares no sentido de buscar novas adesões ao novo plano, enquanto se aguarda o esperado saldamento.

### 3.5 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Essa gestão funciona como prestadora de serviços administrativos, tendo como usuários os demais programas da Fundação e sendo responsável pela administração plena da entidade.

Conforme Resoluções CGPC nºs 28 e 29, de 26/01 e 31/08/2009, respectivamente, a partir de 2010 foi determinado que a gestão administrativa fosse elaborada separadamente das gestões previdenciária e de investimentos, evidenciando apenas a administração em si da FSFSS. Dessa forma, a gestão administrativa passou a ter seus procedimentos contábeis próprios, ficando todos os registros separados das outras duas gestões.

O custeio do Programa de Gestão Administrativa – PGA no BD, até o final do 3º trimestre de 2015, foi deficitário, com receita total de R\$ 4.392.371,98 contra despesa total de R\$ 4.468.948,68, gerando saldo negativo de R\$ 76.576,70 (-1,71% acumulado em 2015), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 06 – Custeio do Programa de Gestão Administrativa – PGA no BD  
(até o final do 3º trimestre de 2015)

PERÍODO	Recursos PGA (RS)	Recursos PGA Acumulados (RS)	Despesas PGA (RS)	Despesas PGA Acumuladas (RS)	Diferença (RS)	Diferença Acumulada (RS)	%	% acumul.
1º trimestre	1.731.324,06	1.731.324,06	1.588.083,15	1.588.083,15	143.240,91	143.240,91	9,02%	9,02%
2º trimestre	1.499.851,73	3.231.175,79	1.504.618,50	3.092.701,65	-4.766,77	138.474,14	-0,32%	4,48%
3º trimestre	1.161.196,19	4.392.371,98	1.376.247,03	4.468.948,68	-215.050,84	-76.576,70	-15,63%	-1,71%



Ministério da Integração Nacional - M I  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

Quadro 06 – Custeio do Programa de Gestão Administrativa – PGA no Codeprev  
(até o final do 3º trimestre de 2015)

PERÍODO	Recursos PGA (RS)	Recursos PGA Acumulados (RS)	Despesas PGA (RS)	Despesas PGA Acumuladas (RS)	Diferença (RS)	Diferença Acumulada (RS)	%
1º trimestre	-	-	-	-	-	-	-
2º trimestre	-	-	-	-	-	-	-
3º trimestre	232.507,47	232.507,47	232.507,47	232.507,47	0,00	0,00	0,00%

O plano é destinado a demonstrar como a empresa Fundação São Francisco é gerida e quais partes compõem seu patrimônio empresarial.

Como empresa prestadora de serviço de formação especial, haja vista seu exclusivo objeto social, todo o valor nele existente é detido pelos planos que a entidade gere. Em função dessa peculiaridade, o fundo existente, para ser constituído, possui seu resultado apurado em função das diretrizes orçamentárias fixadas pelo Conselho Deliberativo, objetivando demonstrar as receitas e gastos incorridos nos serviços de administração dos Planos de Benefícios I e II.

Na análise das fichas financeiras dos empregados e diretores da Fundação São Francisco, verificou-se a compatibilidade dos valores pagos com os valores estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho e autorizados pelo Conselho Deliberativo, a ocorrência de horas extras, pagamentos de auxílio creche, vale transporte e adiantamento de 13º salário. Também se observou o pagamento dos salários dos diretores cedidos pela Codevasf e a devida restituição dos valores pela Fundação São Francisco e assim, não foram constatados fatos merecedores de destaque.

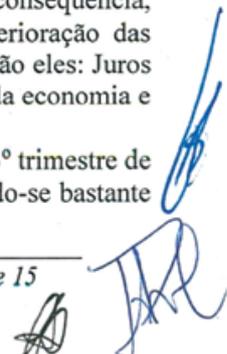
### 3.6 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

#### 3.6.1 Receitas

RECEITAS	30/11/15 (RS)	31/12/14 (RS)	Variação (RS)	Variação (%)
GESTÃO PREVIDENCIAL	35.843.743,37	34.511.985,16	1.331.758,21	3,86%
Adições (31)	35.843.743,37	34.511.985,16	1.331.758,21	3,86%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.239.829,82	4.216.825,68	23.004,14	0,55%
Receitas (41)	4.239.829,82	4.216.825,68	23.004,14	0,55%
GESTÃO INVESTIMENTOS	160.178.747,13	206.087.463,25	(45.908.716,12)	-22,28%
Rendas Var. Positivas (Fixas e Variáv.)(51)	160.178.747,13	206.087.463,25	(45.908.716,12)	-22,28%
TOTAL DA RECEITA	200.262.320,32	244.816.274,09	(44.553.953,77)	-18,20%

Comparando o acumulado, até novembro/2015, em relação a todo o exercício anterior, verifica-se projeção de déficit para o final do último trimestre do ano, em consequência, principalmente, dos indicadores bastante comprometidos, gerando, inclusive, deterioração das expectativas até o final do ano, e provavelmente para o primeiro semestre de 2016, são eles: Juros e Inflação alta; desvalorização do Real frente à moeda americana; enfraquecimento da economia e projeção do PIB negativo em 2,70% para até o final do exercício de 2015.

Nesse contexto, o cenário macroeconômico registrado no encerramento do 3º trimestre de 2015 ainda era muito desfavorável para o mercado financeiro e de capitais, mantendo-se bastante volátil e desconfortável para os gestores de recursos de terceiros.





Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

### 3.6.2 Despesas

DESPESAS	30/11/15 (RS)	31/12/14 (RS)	Variação (RS)	Variação (%)
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>93.203.484,69</b>	<b>40.303.393,73</b>	<b>(52.900.090,96)</b>	<b>131,25%</b>
Deduções (32)	41.573.477,86	34.950.056,24	(6.623.421,62)	18,95%
Constituições/Rev. Prov. Atuariais (36)	51.630.006,83	5.353.337,49	(46.276.669,34)	864,45%
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVO</b>	<b>5.793.315,91</b>	<b>6.147.031,50</b>	<b>353.715,59</b>	<b>-5,75%</b>
Despesas (42)	5.745.784,60	5.472.119,46	(273.665,14)	5,00%
Constituições/Reversões Contigênc. (43)	-	308.823,76	-	0,00%
Constituições/Reversões de Fundos (47)	47.531,31	366.088,28	318.556,97	-87,02%
<b>GESTÃO INVESTIMENTOS</b>	<b>(27.239,62)</b>	<b>(60.173,61)</b>	<b>(32.933,99)</b>	<b>-54,73%</b>
Constituições/Reversões de Fundos (57)	(27.239,62)	(60.173,61)	(32.933,99)	-54,73%
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>98.969.560,98</b>	<b>46.390.251,62</b>	<b>52.579.309,36</b>	<b>113,34%</b>

Comparando o acumulado, até novembro/2015, em relação ao exercício anterior, verifica-se sólida elevação nas constituições/reversões de provisões atuariais, que totalizaram ao final de nov/15, um valor de R\$ 51.630.006,83, correspondendo a um aumento de 864,45% nas despesas, em consequência da reavaliação atuarial ocorrida em 31/dezembro/2014.

### 3.6.3 Resultado do Período

DISCRIMINAÇÃO	30/11/15 (RS)	31/12/14 (RS)	Variação (RS)	Variação (%)
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>82.050.990,44</b>	<b>70.411.183,26</b>	<b>11.639.807,18</b>	<b>16,53%</b>
Adições (31)	35.843.743,37	34.511.985,16	1.331.758,21	3,86%
Fluxo de Investimentos (35)	46.207.247,07	35.899.198,10	10.308.048,97	28,71%
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVO</b>	<b>5.793.315,91</b>	<b>6.147.031,50</b>	<b>(353.715,59)</b>	<b>-5,75%</b>
Receitas (41)	4.239.829,82	4.216.825,68	23.004,14	0,55%
Fluxo de Investimentos (45)	1.553.486,09	1.930.205,82	(376.719,73)	-19,52%
<b>GESTÃO INVESTIMENTOS</b>	<b>160.178.747,13</b>	<b>206.087.463,25</b>	<b>-45.908.716,12</b>	<b>-22,28%</b>
Rendas Var. Positivas (Fixas e Variáveis) (51)	160.178.747,13	206.087.463,25	-45.908.716,12	-22,28%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>242.229.737,57</b>	<b>276.498.646,51</b>	<b>(34.268.908,94)</b>	<b>-5,75%</b>
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>95.744.443,74</b>	<b>43.158.371,01</b>	<b>52.516.660,19</b>	<b>121,68%</b>
Deduções (32)	41.573.477,86	34.950.056,24	6.623.421,62	18,95%
Constituições/Reversões Contigênc. (33)	-176.530,66	176.530,66	(353.061,32)	-
Cobertura de Despesas Administrativas (34)	1.751.052,96	1.781.422,41	(30.369,45)	-1,70%
Constituições/Reversões Prov. Atuariais (36)	51.630.006,83	5.353.337,49	46.276.669,34	864,45%
Constituições/Reversões de Fundos (37)	966.436,75	897.024,21	69.412,54	7,74%
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVO</b>	<b>5.793.315,91</b>	<b>6.147.031,50</b>	<b>(353.715,59)</b>	<b>-5,75%</b>
Despesas (42)	5.745.784,60	5.472.119,46	273.665,14	5,00%
Constituições/Reversões de Conting. (43)	0,00	308.823,76	(308.823,76)	-100,00%
Constituições/Reversões de Fundos (47)	47.531,31	366.088,28	(318.556,97)	-87,02%
<b>GESTÃO DE INVESTIMENTOS</b>	<b>160.178.747,13</b>	<b>206.087.463,25</b>	<b>-45.908.716,12</b>	<b>-22,28%</b>
Deduções/Variações Negativas (52)	109.956.476,73	165.882.829,67	-55.926.352,94	-33,71%
Cobertura de Despesas Administrativas (54)	2.488.776,86	2.435.403,27	53.373,59	2,19%
Constituições/Reversões de Fundos (57)	-27.239,62	-60.173,61	32.933,99	-54,73%
Apuração do Fluxo dos Investimentos (58)	47.760.733,16	37.829.403,92	9.931.329,24	26,25%
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>255.923.190,87</b>	<b>249.245.834,26</b>	<b>6.607.944,07</b>	<b>99,41%</b>
Programa de Gestão Administrativa (PGA)	47.531,31	366.088,28	-	-
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(13.693.453,30)</b>	<b>27.252.812,25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

### 3.6.4 Balanço Patrimonial

ATIVO	30/11/2015	2014	PASSIVO	30/11/2015	2014
Disponível	51.533,15	136.064,99	Exigiv. Operac.	23.867.085,09	12.620.017,85
Imediato (111)	51.533,15	136.064,99	Gstão Previd. (211)	23.190.889,50	12.114.378,53
			Gstão Adm. (212)	650.971,68	480.227,95
Realizável	563.972.758,06	513.821.782,74	Gstão Invest. (213)	25.223,91	25.411,37
Gstão Previd. (121)	7.136.865,53	2.830.953,19			
Gstão Adm. (122)	3.400.427,86	3.315.927,37	Exigiv. Conting.	5.337.022,48	5.478.319,05
Gstão Invest. (123)	553.435.464,67	507.674.902,18	Gstão Previd. (221)	-	176.530,66
			Gstão Adm. (222)	4.603.604,60	4.568.370,51
Permanente	3.187.360,63	3.224.751,47	Gstão Invest. (223)	733.417,88	733.417,88
Imobilizado (131)	3.153.436,06	3.220.750,98			
Diferido (133)	33.924,57	4.000,49	Patrimônio Social	538.007.544,27	499.084.262,30
			Patrim. Cobert. Plan.	520.946.089,24	483.009.535,71
			Prov. Matem. (2311)	555.212.533,56	503.582.526,73
			(-) Equil. Téc. (2312)	34.266.444,32	20.572.991,02
			Fundos	17.061.455,03	16.074.726,59
			Previdenc. (2321)	2.077.836,97	1.111.400,22
			Administr. (2322)	12.988.347,22	12.940.815,91
			Investim. (2323)	1.995.270,84	2.022.510,46
ATIVO TOTAL	567.211.651,84	517.182.599,20	PASSIVO TOTAL	567.211.651,84	517.182.599,20

Em análise ao resultado do período (subitem 3.6.3) e o balanço patrimonial (subitem 3.6.4) e, comparando o acumulado, até novembro/2015, em relação a todo o exercício de 2014, verifica-se que o resultado do exercício se encontra com déficit técnico acumulado de R\$ 13.693.453,30, em consequência da reavaliação atuarial ocorrida em 31/dezembro/2014 e no reajuste da contribuição dos participantes e patrocinador no decorrer de 2015.

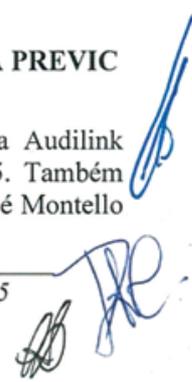
Dessa forma, o déficit técnico acumulado até dez/2014 (R\$ 20.572.991,02) aumentou para R\$ 34.266.444,32 até nov/2015, conforme demonstrado na evolução da conta “2312 – Equilíbrio Técnico”, a seguir:

Conta 2312 – Equilíbrio Técnico			
Ano	Déficit	Superávit	Saldo Acumulado
2010	(6.779.474,55)	-	(6.779.474,55)
2011	(39.186.206,02)	-	(45.965.680,57)
2012	-	46.026.434,35	60.753,78
2013	(47.886.557,05)	-	(47.825.803,27)
2014	-	27.252.812,25	(20.572.991,02)
2015 até novembro	(13.693.453,30)	-	(34.266.444,32)

Ressalta-se que o déficit técnico acumulado até dezembro de 2014 corresponde a 4,16% das provisões matemáticas (R\$ 494.171.919,55 em 31.12.2014) e não se verificou a ocorrência do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, portanto, não é necessário rever o atual plano de equacionamento do déficit técnico, conforme incisos I e II do art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, modificado pela Resolução CGPC nº 13/2013.

### 3.7 RELATÓRIO DO ATUÁRIO, DA AUDITORIA INDEPENDENTE E DA PREVIC

Foi emitido o relatório de auditoria independente executado pela empresa Audilink Auditores & Consultores, de setembro/2015, relativo ao primeiro semestre de 2015. Também foram emitidos relatórios das demonstrações atuariais em mar/2015, pela empresa Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., mas este relativo ao exercício 2014.





Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

Além do fato a seguir, não se constataram outros relevantes ou comprometedores nesses relatórios sobre as atividades da Fundação São Francisco de Seguridade Social e que, na opinião dos auditores, as demonstrações contábeis da FSFSS representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira.

### 3.7.1 Constatação: atuação do Conselho Fiscal em desconformidade com as determinações da PREVIC.

#### Fato:

Foram analisadas as atas de reuniões do Conselho Fiscal, relativas a 83ª, 82ª, 81ª e 80ª reuniões ordinárias, realizadas em 02/12/2015, 03/09/2015, 03/03/2015 e 26/09/2014, respectivamente, sendo verificada a observância à determinação constante do subitem 3.4.3 do Relatório de Fiscalização nº 7/2013/CFDF/PREVIC, conforme segue:

*“Determinação de procedimentos: determina-se que o conselho fiscal aprimore seus procedimentos a fim de que seja atendido o exposto no art. 19 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004. Na elaboração dos Relatórios de Controle Interno em ocasiões futuras o Conselho Fiscal deve ampliar as análises conduzidas, estudando a documentação mais variada possível de diferentes fontes e evitando restringir seus trabalhos sobre relatórios gerenciais apresentados;”*

O relatório da Previc salientou, também, em seu subitem 3.4.1.2 que “os relatórios apresentados à fiscalização referentes ao período de 2010/2012 não descrevem a documentação analisada”. (...) “Não há qualquer referência aos exames efetuados, assim como da documentação de suporte. Pelo teor das atas, o Conselho tomaria conhecimento dos assuntos, limitando-se os exames à solicitação de alguns esclarecimentos, sem verificações mais profundas.”

A equipe de auditoria observou a recorrência do subitem 3.4.1.2 nas atas relativas a 83ª e 82ª reuniões ordinárias. Não constam das atas informações quanto aos documentos utilizados de suporte bem como quanto aos exames efetuados, fato em desacordo com a determinação constante do subitem 3.4.3 do Relatório de Fiscalização nº 7/2013/CFDF/PREVIC.

Dessa forma, por meio da SA nº 01/2016, solicitou-se manifestação da FSFSS a respeito do assunto.

#### Posicionamento da Unidade Auditada:

Em resposta à solicitação de auditoria supracitada, a Fundação São Francisco informou que em 16/12/2015, encaminhou o Ofício nº 88/2015/DS, em anexo, onde registra sua preocupação das últimas atas do Conselho Fiscal não terem abordado os tópicos estabelecidos no art. 19 da Resolução nº 13/2004.

#### Posicionamento da Equipe de Auditoria:

Recomenda-se à Fundação São Francisco que insista junto ao Conselho Fiscal quanto à necessidade de observar a determinação emanada pela Previc em seu Relatório de Fiscalização.

Essa matéria deverá ser objeto de acompanhamento quando do próximo trabalho de auditoria na FSFSS.



Ministério da Integração Nacional - MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/AU

#### 4. CONCLUSÃO

No presente trabalho, realizado sobre os atos de gestão praticados na sede da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, foram apontadas constatações relativas a procedimentos administrativos e financeiros, quais sejam:

- a) elevado número de empregados da Codevasf sem adesão ao Codeprev; e
- b) atuação do Conselho Fiscal em desconformidade com as determinações da PREVIC.

Diante da documentação examinada, verifica-se que a Fundação São Francisco vem desenvolvendo suas atividades em conformidade com as normas e legislação pertinentes, empregando critérios técnicos para gestão dos recursos sob sua responsabilidade, bem como celebrando contratos com empresas para modernização, normatização e adequação dos trabalhos da Fundação às suas obrigações.

Em 2015, após a avaliação atuarial ocorrida em 31/dez/2014, e com o aumento das contribuições dos participantes e da patrocinadora, o déficit técnico acumulado, até novembro encontra-se em R\$ 34.266.444,32, conforme demonstrado na conta “2312 – Equilíbrio Técnico”.

Um fator que continua chamando a atenção, sendo consequência do novo plano de custeio (2014), com revisão do plano de equacionamento do déficit acumulado de 2013, foi a implementação de contribuições extraordinárias (2014-2018). Isso vem pesando muito na conta dos participantes ativos do plano BD, causando graves críticas, ações judiciais e desabonos à FSFSS, e até ocasionando desistências, por alguns, ao plano, pois hoje essas contribuições extraordinárias estão em 81,98%, e passarão para 100,59% a partir de Julho/2016. Mas, segundo relatórios atuariais e gerenciais, demonstram que a medida é necessária para o sucesso e, agora, iminente saldamento do plano.

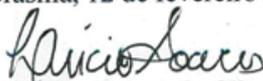
Por fim, novamente, ressalta-se que as dificuldades persistem para análise das contas dos programas previdencial, de investimentos e PGA, para as mudanças ocorridas na previdência complementar e para entendimento dos atuais procedimentos contábeis e atuariais específicos da previdência complementar. Portanto, é necessário que cursos de aprimoramento e atualizações sejam oferecidos aos auditores, preferencialmente contadores, para conhecimento e assimilação mais ampla do sistema de previdência complementar da FSFSS, principalmente no que diz respeito ao campo de Atuária.

#### 5. ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, sugere-se o seguinte encaminhamento à Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, para ciência, e posterior restituição a esta Consad/AU, no prazo de 30 dias, a contar da data de recebimento.

  
Rodolfo C. Carletto Bernardo  
Auditor

Brasília, 12 de fevereiro de 2016

  
Lúcio Soares da Silva  
Auditor

  
Thales Fabrício de Assis  
Auditor



# Manifestação do Conselho Fiscal

## 1. INTRODUÇÃO

O Conselho Fiscal da Fundação São Francisco de Seguridade Social, em atendimento ao artigo 39 do Estatuto e ao artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, reuniu-se no dia 31 de março de 2016, na sede da Fundação São Francisco de Seguridade Social, situada no SBN - Qd. 2- Bloco H – Ed. Central Brasília – 8º andar, com a presença de todos os membros titulares – **RITA RAMOS DAMASCENO** (Presidente), **FREDERICO ORLANDO CALAZANS MACHADO**, **TANIA MARIA NUNES DE ALMEIDA** e **DAYANNA TEREZINHA SOUZA ALBERTO** – e procedeu à análise da documentação abaixo, referente ao exercício de 2015, com o objetivo de emitir manifestação sobre as demonstrações contábeis e a execução orçamentária, sobre a aderência das premissas e hipóteses atuariais, sobre a aderência da gestão dos ativos à Política de Investimento e sobre os indicadores de gestão administrativa.

- Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, consolidadas e por Planos com as devidas notas explicativas;
- Demonstrações Atuariais dos Planos de Benefícios I e II;
- Relatório da Auditoria da Patrocinadora CODEVASF;
- Parecer da Auditoria Independente;
- Atas do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos;
- Relatório da Diretoria Executiva referente ao 4º trimestre de 2015 e consolidado do exercício.

Além da documentação acima citada, o Conselho teve acesso aos documentos e informações solicitados por meio do ofício 02/2016 – CONFIS - RRD, de 09/03/2016.

## 2. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referentes ao ano de 2015 foram apresentadas de acordo com a legislação vigente – Resolução CNPC/Nº 8/2011; Instrução SPC/Nº 34/2009 e Instrução Previc/Nº 5/2011 - e com a observância aos princípios contábeis determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Apresentam como principal característica a segregação real dos registros contábeis, ou seja, respeita a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais administrados pela São Francisco, bem como o plano de gestão administrativa.

Não há observações em relação ao conteúdo dos demonstrativos contábeis.

## 3. AVALIAÇÃO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

A empresa Jessé Montello - Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, responsável pelos Planos I e II, elaborou relatório baseado em seus estudos técnico-atuariais, com seus comentários técnicos, em atendimento à Resolução CGPC nº 13/2004, Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 23/2015. Esse documento contém de forma detalhada as análises das hipóteses econômico-financeiras e biométricas que foram depois ratificadas nas Demonstrações Atuariais. As referidas premissas e hipóteses foram previamente aprovadas pela Diretoria-Executiva e pelo Conselho Deliberativo, conforme estabelece o artigo 5º da Instrução Previc/nº 23/2015. Esse Conselho Fiscal examinou essas hipóteses sem quaisquer discordâncias, e destaca alguns pontos das Demonstrações Atuariais (D.A.):

O atuário, no item V.5 (pg. 17), indica as principais variações do resultado técnico do exercício, que implicaram o equilíbrio técnico superavitário de R\$ 738,47 mil, conforme transcrição a seguir:

**”V.5. - Variação do Resultado Técnico de dezembro de 2014 para dezembro de 2015, apontando as causas mais prováveis:**

<b>Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2014.</b>	<b>RS (20.572.991,03)</b>
Atualização do Equilíbrio Técnico (Déficit) Contábil para 31/12/2015	RS ( 2.256.857,12)
<b>Equilíbrio Técnico (Déficit) Contábil de 31/12/2014 atualizado para 31/12/2015</b>	<b>RS (22.829.848,15)</b>
Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta de Rentabilidade Líquida do ano de 2015, que corresponde à diferença entre o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano do ano de 2015 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, do ano de 2014, evoluído para o final de 2015 considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade do ano de 2015	RS (31.705.872,98)
Impacto referente a revisão dos percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado (Ver FATO RELEVANTE do numeral 3 do item V.3)	RS 49.303.257,28
Impacto referente a adoção de mais 1 (um) ano de atividade para os participantes não assistidos em risco iminente de aposentadoria programada, conforme observado na hipótese de Entrada em Aposentadoria, constante no item III, letra a.11, deste documento.	RS 14.159.644,47
Impacto referente à atualização das Tábuas de Mortalidade	RS (15.504.870,96)
Impacto referente à atualização da Função de Crescimento Salarial	RS 698.369,32
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*1)	RS (179.145,41)
<b>Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2015</b>	<b>RS (6.058.466,43)</b>
Ajuste na Precificação dos Ativos feito em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC 197/2015), na Situação Atuarial do Plano de 31/12/2015.	RS 6.796.933,29
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado, registrado em 31/12/2015, após a aplicação do ajuste na precificação dos Ativos feita em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 e a Portaria 197/2015. (*2)</b>	<b>RS 738.466,86</b>

(\*1) Equivalente a 0,04% do total das Provisões Matemáticas, registrado em 31/12/2015, no valor de R\$ 510.874.569,05. (Ver NOTA)

**NOTA:** Consiste nos desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de um determinado mês, em relação às Provisões Matemáticas obtidas no mesmo mês, através de sua evolução pelo método da Recorrência, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria, rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício.

(\*2) R\$ (6.056.646,72) + R\$ 6.796.933,29 = R\$ 738.466,86”

No item V.2, página 13, a D.A. do Plano de Benefícios I, é apresentado variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior apresentado:

“ 1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano. De dezembro de 2014 para dezembro de 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	Valores em R\$		Variação
	31/12/2014	31/12/2015	
Provisão de Benefícios Concedidos	359.866.713,84	318.609.140,34	(11,46%)
Provisão de Benefícios a Conceder	292.758.570,53	192.265.428,71	(34,33%)
Provisão Matemática a Constituir	(158.453.364,82)	- (*1)	(100%)
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	494.171.919,55	510.874.569,05	3,38%



\*1: Conforme evidenciado pelo JM/0729/2015, de 06/04/2015, o Método Agregado do Regime de Capitalização, adotado na Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios I da Fundação São Francisco, desde seu fechamento a novas adesões de participantes, possui tão somente o conceito de "Contribuições Normal", não prevendo a existência de "Contribuição Suplementar para Cobertura de Tempo de Serviço Passado" a existência de "Contribuição Extraordinária para Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado Não Coberto pela Contribuição Normal", assim sendo, não está sendo considerado qualquer registro como Provisões Matemáticas a Constituir, uma vez que os ajustes provenientes do referido método, estão sendo registrados como "ajuste da contribuição normal" dos participantes, patrocinadoras e assistidos."

Cabe destacar a informação do atuário contida na "NOTA" seguinte ao subitem 17 (pág. 11) do item IV, das Demonstrações Atuariais, em que é explicada a mudança de nomenclatura de "contribuições extraordinárias" para "ajuste das contribuições normais", em razão da adoção do "método agregado" do regime de capitalização, procedimento efetivado pelo atuário após o fechamento do Plano para novas adesões. No método empregado, por definição, há apenas o conceito de contribuições normais, logo, não há contribuições extraordinárias.

Já no subitem 6 (pág. 16) do item V.3, é apresentado o quadro do valor atual dos ajustes programados nas contribuições normais, de forma segregada entre participantes, assistidos e patrocinadores, conforme segue:

Participantes	Ativos	R\$ 37.505.006,88
	Futuros Assistidos	R\$ 39.105.965,94
	Atuais Assistidos	R\$ 48.699.936,94
Patrocinador	Ativos	R\$ 27.158.798,09
	Futuros Assistidos	R\$ 28.318.113,26
	Atuais Assistidos	R\$ 35.265.471,57
Total	Participante	R\$ 125.310.909,76
	Patrocinador	R\$ 90.742.382,92
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 216.053.292,68</b>

Por esse quadro, se infere que se não houvesse os ajustes de contribuições, já ocorridos e a ocorrer até 2018, conforme item "v" (pág. 15) das Demonstrações Atuariais, e transcrita abaixo, o Plano seria deficitário em cerca de R\$ 216 milhões. O ajuste para o aumento das contribuições proposto pelo Atuário foi apreciado e deliberado pela aprovação do Conselho Deliberativo, a ocorrer a partir de julho de 2016, é responsável pela promoção do ajuste na reserva em 2015 no valor de R\$ 49,3 milhões, possibilitando dessa forma a apuração de superávit para o Plano de R\$ 738.466,86.

"(\*1) A% = 65,10% de Julho de 2014 a Junho de 2015;

A% = 81,98% de Julho de 2015 a Junho de 2016;

A% = 129,65% de Julho de 2016 a Junho de 2017;

A% = 156,10% de Julho de 2017 a Junho de 2018;

A% = 188,00% de Julho de 2018 em diante."

#### 4. AVALIAÇÃO DAS HIPÓTESES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II – Codeprev, por ser um plano com características de “contribuição definida”, não há hipóteses econômico-financeiras que possam causar impactos em seu resultado. Com relação a hipóteses biométricas, considerando que o Plano II prevê apenas os riscos de “morte em atividade” e de “entrada em invalidez”, o atuário manteve as mesmas tábuas vigentes, ou seja, a AT-83, agravada em 25%, para mortalidade, e a LIGHT (MÉDIA), agravada em 25%, para entrada em invalidez. O atuário ressalta que o saldo do Fundo de Benefícios de Risco registra o valor de R\$ 2,13 milhões, em 31/12/2015, contra R\$ 1,10 milhões, em 31/12/2014.

Por fim, conclui pela evidência da aderência das hipóteses biométricas, sendo que não houve, desde o início da vigência do Plano II, em 1º/11/2013, a ocorrência de sinistros cobertos pelo Fundo de Risco.

#### 5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Com referência à execução orçamentária do Plano de Benefícios I, a receita previdenciária realizada foi de R\$ 29,27 milhões, contra uma receita orçada de R\$ 29,91 milhões e, pelo lado da despesa previdenciária, a realizada foi de R\$ 35,54 milhões, contra uma orçada de R\$ 35,71 milhões, portanto, praticamente sem desvios.

Quanto ao Plano de Benefícios II – CODEPREV, a receita previdenciária realizada foi de R\$ 9,99 milhões, contra uma receita orçada de R\$ 9,64 milhões, também praticamente sem desvios. A despesa previdenciária do Codeprev em 2015 é decorrente de devolução de reserva de poupança de participantes que se desligaram da Patrocinadora e do Plano e acumulou no exercício valor de R\$ 124 mil, sendo que não havia previsão orçamentária para a hipótese.

#### 6. ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E ACOMPANHAMENTO DE RISCO

##### 6.1. PLANO DE BENEFÍCIOS I

O quadro sintético a seguir demonstra que a gestão dos recursos do Plano de Benefícios I guarda consonância com a Política de Investimento e com a Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015 - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31/12/2014		31/12/2015		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENTA FIXA	322.400.286,93	66,29	372.582.451,09	70,51	60,00	100,00	100,00
RENTA VARIÁVEL	82.994.587,11	17,07	76.213.517,36	14,42	20,00	70,00	70,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	66.859.599,17	13,75	64.501.968,77	12,21	16,00	20,00	20,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1,00
IMÓVEIS	7.386.150,48	1,51	7.236.885,49	1,37	1,00	8,00	2,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	6.693.591,39	1,38	7.873.814,87	1,49	2,00	15,00	5,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	486.314.215,08	100,00	528.408.637,58	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	38.332,90		2.322,93				
(-) Exigível de Investimentos	-233.325		-233.735,00				
TOTAL DOS ATIVOS DE INVESTIMENTOS	486.119.222,79		528.177.225,51				

O Conselho verificou que, no encerramento do exercício de 2015, a Divergência Não Planejada - DNP negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos e acumulado nos últimos trinta e seis meses nos segmentos de Renda Variável, Imóveis e Investimentos Estruturados. E em atendimento à Instrução Previc nº 02, de 18 de maio de 2010, foi apresentado e atestado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, as justificativas técnicas para ocorrência.



## 6.2. PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

O quadro a seguir demonstra que a gestão dos recursos do Plano de Benefícios II – CODEPREV guarda consonância com a Política de Investimento e com a Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015 - PLANO DE BENEFÍCIO II/CD - CODEPREV							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31/12/2014		31/12/2015		LIMITE TÁTICO NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO
	VALOR - R\$ -	% DE ALOCAÇÃO	VALOR - R\$ -	% DE ALOCAÇÃO			
	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %			
RENDA FIXA	9.852.361,17	99,97	21.477.156,41	99,45	90,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2.830,80	0,03	118.907,40	0,55	10,00	20,00	10,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
<b>TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</b>	<b>9.855.191,97</b>	<b>100,00</b>	<b>21.596.063,81</b>	<b>100,00</b>	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	13.876,93	↑ 119,13%	510,54				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		-2.852,56				
<b>TOTAL DOS ATIVOS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>9.869.068,90</b>		<b>21.593.721,79</b>				

A alocação dos ativos do Plano II - Codeprev foi efetuada em apenas dois segmentos - Segmento de Renda Fixa e Segmento de Investimentos Estruturados (Fundo Multimercado), este último não se trata de alternativa de investimento, mas, somente o veículo utilizado para administração da liquidez de curtíssimo prazo.

O Plano completou em novembro de 2015 o prazo de carência concedido pela Resolução 3.792 do CMN, quanto à observação do enquadramento das aplicações. No entanto, todo o investimento realizado pelo plano, no Segmento de Renda Fixa, tem como ativos diversos vencimentos de títulos denominados NTN-B, cujo risco de crédito é o risco soberano. Assim sendo, o Plano, mesmo sem a obrigação de cumprir a citada resolução, encontra-se enquadrado.

## 7. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Os limites para o custeio das despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar podem ser estabelecidos segundo o art. 6º da Resolução CGPC nº 29/2009, entre: a) 9% da soma das receitas e despesas previdenciais (taxa de carregamento); ou, b) 1% dos recursos garantidores (taxa de administração).

No exercício de 2015, esses percentuais resultaram nos seguintes valores: taxa de carregamento – 5,51%; taxa de administração – 0,83%. Dessa forma, o custeio resultou enquadrado em ambos os limites, sendo que o limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento/2015 foi a taxa de carregamento.

Com relação aos indicadores de gestão, os mesmos constam do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, sendo seus valores limites para 2015 estabelecidos pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento. Esses indicadores assim se comportaram:

H. R. A.

*[Handwritten signature]*

INDICADORES	LIMITE DEFINIDO PELO CONDE	INDICE ATINGIDO PELA GESTÃO EM 2015	DIVERGENCIA
Custeio administrativo total em relação ao ativo total	1,20%	1,12%	-0,08%
Despesa administrativa previdencial por número de participantes	R\$ 2.100,00 por participante/ano	R\$ 1.870,64 por participante/ano	-229,36
Despesa administrativa de investimentos em relação aos recursos totais investidos	0,60%	0,48%	-0,12%

Dessa forma, os três indicadores adotados para 2015 tiveram seus valores, no exercício situados abaixo dos limites fixados pelo Conselho Deliberativo.

## 7.1. DEMONSTRATIVO DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PGA

O quadro a seguir demonstra que a gestão dos recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA guarda consonância com a Política de Investimento e com a Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2014 X 2015 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	12/31/2014		12/31/2015		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO
	VALOR - R\$ -	% DE ALOCAÇÃO	VALOR - R\$ -	% DE ALOCAÇÃO			
	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %	MÁXIMO - %				
RENDA FIXA	10.446.853,83	94,75	11.185.691,96	99,25	90,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	578.415,85	5,25	84.470,25	0,75	10,00	20,00	10,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
TOTAL PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.025.269,68	100,00	11.270.162,21	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	38.332,90	↑ 2,22%	10.258,23				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		0,00				
TOTAL DOS ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.063.602,58		11.280.420,44				

Encerrado o ano de 2015 o Plano registrou rentabilidade de 17,10%.

## 8. OPINIÃO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

A empresa Audilink Auditores & Consultores emitiu, sem mencionar ressalvas ou reservas, a seguinte opinião: *“Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.”*

## 9. AUDITORIA DA PATROCINADORA CODEVASF

A Auditoria Interna da Patrocinadora CODEVASF, por meio do Relatório de Auditoria nº 05/2016, de 12 de fevereiro de 2016, concluiu, após exame da documentação do período de janeiro a novembro/2015, que *“a Fundação São Francisco vem desenvolvendo suas atividades em conformidade com as normas e legislação pertinentes, empregando critérios técnicos para gestão dos recursos sob sua responsabilidade, bem como celebrando contratos com empresas para modernização, normatização e adequação dos trabalhos”*. Faz também comentários sobre a baixa adesão dos empregados da Patrocinadora CODEVASF ao Plano II – Codeprev e sobre as elevadas contribuições ao Plano I, necessárias para equacionamento do déficit.



## 10. PARECER

Em atendimento ao artigo 39 do Estatuto da Fundação São Francisco de Seguridade Social, e do artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2014, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31.12.2015, compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado; Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - consolidada; Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios; Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios; Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios por plano de benefícios; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, consolidada; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; além do Parecer dos Auditores Independentes e no Relatório de Recomendações dos auditores independentes, das Demonstrações Atuarias por plano de benefícios e do Relatório da Diretoria Executiva referente ao 4º trimestre de 2015 e consolidado do exercício.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Fundação, esse Conselho Fiscal é de opinião favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis da Fundação São Francisco de Seguridade Social, em 31 e dezembro de 2015, razão pela qual encaminha o presente Parecer favorável ao Conselho Deliberativo da Fundação.

Brasília-DF, 31 de março de 2016.

  
**Rita Ramos Damasceno**  
Presidente

  
**Frederico Orlando Calazans Machado**  
Conselheiro

  
**Dayanna Terezinha Souza Alberto**  
Conselheira

  
**Tania Maria Nunes de Almeida**  
Conselheira

## Conselho Deliberativo

---

### DELIBERAÇÃO Nº 01/2016, de 28 de abril de 2016.

O Conselho Deliberativo da Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO, em sua 59ª (Quinquagésima Nona) Reunião Ordinária realizada em 28/04/2016, e no uso de suas atribuições:

#### RESOLVE:

**Aprovar o Relatório Anual de Prestação de Contas do Exercício de 2015**, composto de Relatório Anual da Diretoria-Executiva, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis, do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho Fiscal e das Demonstrações Atuariais – DA.



**CARLOS HERMÍNIO DE AGUIAR OLIVEIRA**  
Presidente do Conselho Deliberativo  
Fundação São Francisco de Seguridade Social – SÃO FRANCISCO



## **FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL**

SBN – Quadra 2 – Bloco H – Edifício Central Brasília – 8ºAndar  
Brasília/DF – CEP: 70040-904

Telefone: (61) 2195-5400 | 0800-722-5253  
[www.franweb.com.br](http://www.franweb.com.br)